

AGRICULTURA, TERRA, RURAL

TEMPOS DE MUDANÇA

Fernando Oliveira Baptista

Posfácio de
Eladio Arnalte Alegre

100LUZ



AGRICULTURA,
TERRA, RURAL
TEMPOS DE MUDANÇA

Fernando Oliveira Baptista

Posfácio de
Eladio Arnalte Alegre

Ficha Técnica

Título: Agricultura, terra, rural – Tempos de mudança

Autores: Fernando Oliveira Baptista

Posfácio: Eladio Arnalte Alegre

Capa: João Branco | 100LUZ

Design: João Branco | 100LUZ

Edição: 100LUZ | editora@100luz.pt | www.100LUZ.pt

Setembro 2021

Impressão: 100LUZ \ ULZAMA

ISBN:978-989-8448-36-1

Depósito Legal:488375/21

AGRICULTURA, TERRA, RURAL TEMPOS DE MUDANÇA

Fernando Oliveira Baptista

Posfácio de
Eladio Arnalte Alegre

1ª edição

100 LUZ

ÍNDICE

13 - INTRODUÇÃO

PARTE I – CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES

15 - 1. CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES. PERCURSOS E AJUSTAMENTOS

16 - Europa Ocidental

23 - América Latina / Brasil

28 - Angola

34 - O mundo camponês

35 - Nota comparativa

37 - Anexo 1 – Os camponeses e a revolução russa

41 - Anexo 2 – Camponeses e agricultores familiares

49 - 2. MOVIMENTOS E PROJETOS CAMPONESES

49 - Movimento dos Sem Terra

53 - Movimento Zapatista

57 - Vía Campesina

59 - Os projetos e as opções

63 - 3. CHAYANOV, UM PROJETO CAMPONÊS

63 - Alexander Chayanov

64 - A identidade camponesa

67 - A economia familiar e a cooperação

69 - A diferenciação

71 - A República Camponesa da Rússia

75 - Os limites do projeto camponês

79 - 4. ANGOLA – PERCURSOS CAMPONESES

79 - 4.1. Depois da guerra

Balombo (Janeiro de 1997)

Comunas do Bave e do Chiúmbo (Janeiro de 2004)

Huambo e Huíla (Janeiro de 2004)

87 - 4.2. Do Colonato da Cela ao projeto Aldeia Nova

94 - 4.3. Os camponeses e o café colonial

97 - A expansão do café colonial

100 - As unidades produtoras

102 - Terras do café e trabalho forçado

105 - 4.4. Nota conclusiva

PARTE II – TECNOLOGIA, TERRA E RURAL

109 - 5. TECNOLOGIA E AGRICULTURA

109 - O modelo químico-mecânico

112 - O “ideal industrial”

115 - Um trator é muito mais e muito menos do que
uma máquina

117 - Tecnologia e natureza

123 - Nota conclusiva

127 - 6. A TERRA

128 - Terra, agricultura e tecnologia

131 - O domínio da terra

134 - A pequena parcela

136 - A luta pela terra (I)

145 - A luta pela terra (II)

148 - Nota conclusiva

153 - 7. O RURAL

154 - O renascimento rural

158 - Entre os “cuidados paliativos” e a procura urbana

160 - Rural agrícola, mas irrelevante

162 - Entre a “via argentina” e o renascimento rural

165 - Nota comparativa

169 - NOTA FINAL

175 - POSFÁCIO DE ELADIO ARNALTE

199 - TEMPOS QUE MUDARAM

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, registaram-se grandes transformações na agricultura e no mundo rural, algumas das quais são apresentadas nos capítulos seguintes, onde também se identificam e analisam os fatores associados a estas mudanças. Estes vão mencionar-se, de seguida, nesta introdução, para favorecer uma leitura mais integrada do texto.

A crescente mundialização da economia alterou o enquadramento da agricultura e do espaço rural. Ao favorecer um grande incremento de fluxos comerciais, nomeadamente de produtos agrícolas, a globalização teve um grande impacto nos espaços rurais e nas estruturas agrárias, contribuindo, nomeadamente, para fragilizar as pequenas explorações de muitas regiões que foram incapazes de competir com os preços dos bens importados.

Paralelamente, registaram-se sucessivos aperfeiçoamentos da tecnologia agrícola e um crescente interesse do capital financeiro pelas atividades ligadas ao território, nomeadamente pela agricultura.

A motomecanização, químicos agrícolas e o crescente recurso a espécies melhoradas, animais e vegetais, ou seja, o modelo químico-mecânico de produção agrícola, generalizaram-se desde a segunda metade do século XX, levando à obtenção de produções e produtividades muito mais elevadas do que anteriormente. Estes resultados repercutiram-se nos preços que, neste período, registaram uma baixa tendencial no mercado internacional. Resta mencionar que estas tecnologias, a par da sua eficácia, têm vindo, com é hoje bem conhecido, a ter algumas consequências ambientais desfavoráveis.

Acresce que a tecnologia agrícola tem conhecido sucessivos aperfeiçoamentos, alguns dos quais têm vindo a ser potenciados por novos modelos de produção, comandados pelo capital financeiro. Nestes, a tradicional exploração agrícola, com uma base territorial e uma estrutura produtiva própria, é substituída pela combinação, ajustada a cada momento, de serviços e equipamentos alugados para cada fase do cultivo, numa terra também arrendada e utilizada apenas como um substrato e com sistemas de cultivo assentes em sementes geneticamente modificadas, poderosos químicos agrícolas e uma pesada motomecanização.

Atualmente, ainda prevalecem, no grande capitalismo agrícola tradicional, versões menos radicais relativamente à fluidez da estrutura produtiva, mas, crescentemente, com idênticos perfis tecnológicos e uma preocupação similar de reduzir os custos fixos.

As consequências das transformações dependeram também do enquadramento socioeconómico das populações agrícolas e rurais, em especial da existência, ou não, de alternativas, nas cidades ou em territórios de emigração, à permanência das famílias nas suas pequenas explorações agrícolas.

Outro fator foi a evolução da população, a qual não depende apenas do contexto produtivo, mas também se relaciona com outros fatores (sanitários, culturais e religiosos), gerando-se, por vezes, nalguns “países menos desenvolvidos”, um desajustamento entre os habitantes, as oportunidades de trabalho e os recursos a que têm acesso, com a tecnologia de que dispõem. Este desacerto levou, com frequência, à impossibilidade de assegurar à população condições de vida minimamente aceitáveis.

Foram sobretudo decisivas as intervenções dos Estados, ou a ausência delas, tanto no apoio à economia e às transformações tecnológicas das unidades agrícolas, como na regulação das relações com o mercado e na melhoria das condições de vida, com a construção de infraestruturas e equipamentos, e a organização de serviços (saúde, escola, bombeiros, polícias e outros) destinados às populações de lugares e aldeias.

Finalmente, tem de referir-se a autonomia das famílias agrícolas, nas suas opções e possibilidade de as concretizar. Houve casos em que foi coartada.

Foi o conjunto de fatores referido nos parágrafos anteriores que emergiu na análise de algumas das principais transformações que se verificaram, nas últimas décadas, na agricultura e no espaço rural, as quais se vão abordar nos capítulos que se seguem.

No capítulo 1 analisam-se alguns percursos, nas últimas décadas, de unidades agrícolas familiares e, nos capítulos seguintes, abordam-se as dificuldades dos movimentos camponeses na luta por modelos de sociedade alternativos (capítulo 2), os limites do projeto camponês de Chayanov numa economia mercantil (capítulo 3) e evidencia-se, a propósito de Angola, a extrema fragilidade dos camponeses, mas também a sua vontade e engenho para aproveitarem as oportunidades, mesmo que limitadas e diminutas (capítulo 4).

Na segunda parte, aprecia-se a evolução da tecnologia e as consequências ambientais da sua utilização (capítulo 5), a questão da terra, nas suas relações com o fortalecimento do grande capitalismo agrícola, as fragilidades da pequena parcela e a luta pela terra (capítulo 6). Depois, no último capítulo mostra-se, para quatro casos, a diversidade dos espaços rurais que se foram constituindo neste período de grandes mudanças.

Este livro é uma versão ampliada da apresentação feita em Junho de 2018, em Santiago de Compostela, no XVI Congresso da Sociedade Espanhola de História Agrária. É, sobretudo, uma reflexão apoiada num percurso profissional, o que, de resto, se reflete na escolha dos territórios considerados nas análises.

* * *

Nesta introdução têm ainda de se mencionar as iniciativas e os contributos que tornaram possível este trabalho e que, de seguida, se referem com agradecimento.

Ao Lourenzo Fernandez Prieto devo a oportunidade e o incentivo para fazer este livro que, de algum modo, decorre do diálogo e da colaboração que fui mantendo, nas últimas três décadas e meia, com Eladio Arnalte que, agora, teve a gentileza de rever o texto e de redigir um posfácio.

Em trabalhos anteriores já explicito os apoios, de pessoas e instituições, que me foram permitindo, ao longo dos anos, contactar

com as realidades agrárias e rurais de alguns dos territórios que abordo neste trabalho. Agora apenas pretendo destacar os apoios mais continuados e recentes: Elisa Costa e João Ferreira Neto (Angola); João Mosca (Moçambique); Caio França e Zander Navarro (Brasil).

Sou também devedor dos comentários e sugestões de Carlos Amaral, Joaquim Cabral Rolo, José Ferragolo da Veiga e Raul Jorge, e, sobretudo, das leituras, releituras e correções da Maria Carlos.

CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES. PERCURSOS E AJUSTAMENTOS

No último século e meio, a questão camponesa emergiu associada à relação entre as características das estruturas agrárias e a transição para sociedades industrializadas e urbanizadas. Tem sido um tema persistente, acompanhando as diferenças nos ritmos e calendários das diferentes sociedades e que, nas últimas décadas, ganhou novos contornos com a crescente mundialização da economia.

Inicialmente, os defensores do processo de industrialização advogavam a necessidade da agricultura favorecer o processo de industrialização, o que passaria por ir libertando mão-de-obra para as unidades fabris, assegurar, a preço adequado, o abastecimento alimentar e de matérias primas e converter-se num mercado para o escoamento dos produtos industriais.

A via para alcançar estes objetivos seria impulsionar a modernização tecnológica da agricultura, o que permitiria também um grande incremento da produtividade do trabalho. Esta mudança, em particular a motomecanização, impunha, para ser economicamente viável, escalas de produção que, em geral, não eram compatíveis com a pequena dimensão das unidades camponesas.

Foi esta formulação que norteou inicialmente os paradigmas seguidos pelos estados, para favorecer o ajustamento da agricultura tanto nas economias de mercado como nos países onde se procurava aplicar o modelo socialista (na variante soviética). Embora o objetivo fosse o mesmo, os caminhos seguidos foram completamente diferentes. Nestes últimos, negou-se a condição camponesa e impôs-

se uma coletivização forçada das pequenas unidades agrícolas^{1a}. Nas economias de mercado, percorreram-se várias trajetórias, de que se vão referir alguns exemplos.

Europa Ocidental

O avanço da industrialização, o crescimento das cidades, o contínuo fortalecimento de uma economia de serviços e o acentuado desenvolvimento das redes de comunicações, nomeadamente rodoviárias e ferroviárias, exigiram muitos braços que os campos forneceram, voluntariamente e mesmo de bom grado. Sair, ir para as cidades ou mesmo emigrar, aparecia como um horizonte de mudança capaz de proporcionar melhores condições de vida do que as aldeias e lugares. Em Espanha e Portugal, foi nos anos sessenta que se desencadeou a grande vaga do abandono dos campos. Em muitas regiões, sair, emigrar, era já uma realidade que havia muito se verificava, nomeadamente para as Américas e, no caso português, para a África. Nos anos sessenta, a grande alteração destas saídas foram a amplitude e os novos rumos: as cidades dos próprios países e algumas regiões da Europa.

O êxodo foi possível porque surgiram alternativas à vida nos campos, mas exigiu a cada família camponesa uma opção deliberada para alguns dos seus elementos procurarem outros rumos. Foram decisões que puderam ocorrer devido à autonomia de que as famílias dispunham na gestão quotidiana das suas vidas. Ao fazê-lo, desestruturaram a economia das casas grandes das vilas e aldeias que tradicionalmente assentava na inesgotável disponibilidade de trabalho barato para assalariar e na entrega de pequenas parcelas de terra para serem cultivadas por arrendamento ou parceria, a troco de rendas exorbitantes. Com o êxodo diminuiu fortemente a procura de terra para arrendar ou tomar de parceria e os salários tornaram-se bem mais elevados. Paralelamente, as pequenas unidades agrícolas familiares, com a partida de muitos dos seus membros, foram obrigadas, para sobreviverem, a adotarem tecnologias que permitissem aumentar a produtividade do trabalho.

1a - Sobre os camponeses e a revolução russa ver o anexo 1.

Convém ainda sublinhar que o efeito do êxodo nas estruturas agrárias não foi contrabalançado por uma tendência para o crescimento da população, em que, pelo contrário, se registou, nas décadas seguintes, uma acentuada contenção.

Alteraram-se, mesmo, as relações no interior das famílias. Nas explorações camponesas família e exploração constituem duas realidades indissociáveis: verifica-se uma fusão entre a economia doméstica e a economia da unidade agrícola e há uma identificação do conjunto dos membros do agregado doméstico, do coletivo familiar, com o destino da exploração. Este modelo entrou em ruptura com a possibilidade dos elementos da família terem oportunidades de vida e trabalho mais favoráveis, fora das explorações. Com esta situação, enfraqueceu a forte autoridade do chefe de família sobre os filhos, própria da sociedade rural tradicional. Simultaneamente, os pais deixam de ser o exemplo “do que devem ser os filhos, bem pelo contrário, representam o exemplo do que não devem ser”; também os pais “reconhecem que a exploração familiar(...) não é um bom exemplo a seguir pelos filhos”¹.

O declínio da economia tradicional, acompanhando o êxodo, favoreceu a transformação tecnológica da agricultura, ou seja, contribuiu para tornar inevitável a transformação das explorações agrícolas, em que, no plano da economia, primou a ação dos Estados procurando ajustar as estruturas agrárias aos processos de industrialização e de urbanização. Na Europa Ocidental, foram políticas de grande envergadura e continuidade, centradas na transformação das unidades camponesas em explorações familiares modernizadas², totalmente renovadas “pela ‘libertação’ das suas potencialidades em relação ao desenvolvimento geral das sociedades capitalista”². Para este objetivo, apoiou-se e estimulou-se a modernização tecnológica associada a um aumento da escala de produção fomentada, sobretudo desde os anos sessenta, por medidas destinadas a favorecer a reestruturação fundiária das explorações agrícolas³. Foram também políticas adotadas por regimes não democráticos. Assim, um trabalho recente mostra como os regimes fascistas, para além de uma retórica de identificação com o rural tradicional e do elogio das virtudes camponesas como

2 - Sobre as diferenças entre explorações camponesas e explorações familiares modernizadas ver o anexo 2.

matriz da nação, optaram, no essencial, por medidas modernizadoras para as pequenas unidades agrícolas⁴.

Estas orientações da intervenção estatal foram apoiadas por subsídios e generosas linhas de crédito e por uma regulação dos mercados agrícolas que, nos países da União Europeia, levou a prevalecer, pelo menos até 1992, um forte protecionismo o qual, de resto, estava na tradição de muitos países europeus, nomeadamente nos períodos de crise económica⁴.

A orientação das políticas era apoiar as unidades que se enquadrassem, ou pudessem vir a enquadrar-se, nos critérios da economia capitalista e procurar alternativas para as famílias cujas explorações não se coadunassem com este objetivo. As primeiras deveriam ir sendo absorvidas⁵ e integradas na economia capitalista; quanto às outras, esperava-se que cessassem a atividade. Algumas das que se encontravam neste segundo lote mostraram-se, no entanto, resistentes e foram sobrevivendo à anunciada desapareição. Contribuíram para esta resiliência tanto a própria lógica de funcionamento das unidades familiares, como o trabalho da família fora da exploração, ou o contributo das pensões de reforma para a economia dos agregados domésticos. São, de qualquer modo, explorações cujo peso na economia do sector agrícola tem vindo a decrescer⁶.

O chamado Relatório Mansholt⁷, do nome do seu principal autor, que foi vice-presidente da Comissão Europeia e comissário para a agricultura, é o documento programático que, para a União Europeia, melhor esclarece os contornos destas políticas, que visavam a transformação da estrutura agrária. Publicado em 1969, apresentava-se como uma proposta para acelerar a reorganização agrícola e fundiária, de modo a consolidar unidades produtivas mais eficazes, com maior produtividade, integradas no mercado capitalista e capazes de abrir a economia agrícola europeia ao mercado mundial. Embora a maioria das medidas que listava não tenham sido aplicadas de imediato, foi um documento que marcou uma orientação que foi concretizada nas décadas seguintes e que, em 1992, levaria a uma maior abertura ao mercado mundial⁸.

A intervenção do Estado foi, em particular no centro e norte da Europa, um processo com uma longa história – podem marcar-se os seus primórdios na Dinamarca de finais do século XVIII – e que

embora com numerosas vicissitudes, teve uma linha de continuidade persistente – apesar de muito ténue nalguns períodos⁹ – e que pode ser desdobrada em três vertentes: a regulação dos mercados e o apoio ao ajustamento técnico-económico das estruturas agrárias; o enquadramento das condições de vida a nível local (acesso a serviços e a energia, infraestruturas e equipamentos, mobilidade, segurança,...); medidas que favoreçam diretamente a melhoria dos rendimentos das famílias através de apoios ao rendimento dos agricultores concedidos no âmbito da política agrícola. Relativamente à amplitude destes últimos, refira-se que nos anos 1986-88, estes apoios constituíram 39% do rendimento dos agricultores nos países da União Europeia (UE), e 22% nos Estados Unidos (EUA). Mais tarde, já depois de acordos que foram consagrando a crescente abertura dos mercados, esta percentagens diminuíram mas ainda se mantiveram muito significativas: em 2010-12, eram de 19% para a UE, e de 8% para os EUA¹⁰.

Na Europa, o Estado teve também uma intervenção decisiva na melhoria das condições de vida a nível local. Embora com intensidade e calendários desfasados – mais cedo no centro e norte e só mais tarde na Europa do Sul – as comunidades rurais foram sendo dotadas de serviços e equipamentos equivalentes aos das cidades. Foi uma reestruturação do quadro social que, de algum modo, acompanhou a reestruturação agrícola¹¹.

Finalmente, a regulação dos mercados e o apoio técnico-económico. Para a Europa dispomos de uma breve síntese de um economista agrário francês que, além de corresponder ao que efetivamente ocorreu, é esclarecedora: a agricultura foi uma “criação do Estado”¹².

Foi nestas transformações que morreu o camponês e emergiu o agricultor familiar modernizado. No plano da tecnologia, a grande diferença situa-se nos graus de liberdade em relação à natureza e não, como por vezes se afirma, no carácter rotineiro e avesso à mudança dos camponeses. Pelo contrário, quando lhes é conveniente, e possível, inovam e adotam novas tecnologias e ajustam os sistemas de produção. Schultz¹³ enfatizou-o num trabalho publicado em 1965 e, mais recentemente, Fernández-Prieto¹⁴ mostrou-o para a Galiza das primeiras décadas do século XX, evidenciando as mudanças nas tecnologias e analisando o contexto associativo e institucional que as tornou possíveis.

Eram, de qualquer modo, alterações que mantinham a precaução de fazer o cultivo – nomeadamente no que se refere ao solo (fertilidade, textura,...) – de modo a que se mantivessem, de um ciclo agrícola para o seguinte, as potencialidades produtivas do meio. Esta precaução era necessária, dado que os camponeses não dispunham de meios que lhes permitissem corrigir qualquer devastação que ocorresse no meio, ou atingisse a produção. Ou seja, estavam obrigados a seguir uma racionalidade ecológica que assegurasse a continuidade das condições do meio de que viviam. A prática desta racionalidade, e o recurso às tecnologias com que era compatível, enraizavam nos saberes que tradicionalmente, de geração em geração, tinham garantido uma relação equilibrada com a natureza.

A rutura, e o emergir do agricultor familiar, deu-se com a difusão do modelo químico-mecânico, ou seja, com a generalização da motomecanização e do consumo de adubos, herbicidas, fitofármacos, medicamentos para a sanidade animal, corretores do solo, etc.. Com este novo modelo tecnológico, aumentaram a produção e a produtividade do trabalho, e passou a haver capacidade para atenuar alguns dos desequilíbrios que poderiam ocorrer no ciclo produtivo. Um exemplo: os adubos podiam suprir a baixa de fertilidade dos solos provocada por um cultivo demasiado intensivo ou compensar a quebra de estrumes decorrente da diminuição do gado de tração, que os tratores iam tornando desnecessário.

Os saberes tradicionais também foram ficando desajustados e foram divulgados, em geral com o patrocínio dos Estados, os saberes técnicos indispensáveis para o manuseio dos produtos químicos e para a utilização das máquinas motorizadas.

A transição do mundo camponês para a agricultura familiar modernizada foi sendo anunciada desde os primeiros anos da década de sessenta. Em Portugal, a irreversibilidade desta transformação, era proclamada, em 1960, por Castro Caldas: “Para mim tenho como certo que devemos saudar a morte do camponês porque ela corresponde à criação de uma nova realidade rural: o Agricultor”¹⁵. Villares refere-a, na Galiza, para os anos sessenta e inícios da década seguinte¹⁶. Em França, em 1965, constatava-se a desapareição dos camponeses¹⁷ e, dois anos depois, proclamava-se o seu fim¹⁸.

A morte dos camponeses foi saudada como a entrada numa nova era em que se iria produzir mais, a menor preço e se resolveriam as questões do abastecimento urbano. Foram esperanças que se confirmaram. Foi o triunfo do agricultor modernizado tecnologicamente, bem inserido no mercado capitalista e generosamente apoiado pelas políticas públicas.

Esta mudança desenrolou-se, em muitos países, de modo progressivo e socialmente aceite, numa continuada interação entre as iniciativas do poder e as estruturas representativas dos agricultores. A procura desta convergência favoreceu a aceitação pelos camponeses das contínuas adaptações com que as suas vidas e explorações se foram confrontando. Este processo decorreu no contexto da vida política onde os camponeses já estavam inseridos com autonomia. Para a França, Agulhon refere-o desde as últimas décadas do século XIX: : “A República e a maior parte do campesinato aceitaram-se reciprocamente, os rurais acomodaram-se à democracia e ao anonimato do poder supremo, e os republicanos ‘oportunistas’ felizes, pelo seu lado, por terem encontrado na ‘sabedoria’ rural um contrapeso para os ‘perigos’ citadinos (agitações plebiscitárias ou a avançada do socialismo)”¹⁹.

Noutros países, como Espanha e Portugal, onde as ditaduras do século vinte quebraram as estruturas associativas agrícolas que se tinham vindo a constituir desde o último terço do século XIX, prevaleceu a sujeição dos camponeses às iniciativas dos governos²⁰. Foi um panorama que favoreceu a tutela dos senhores locais sobre as comunidades rurais, a qual só veio a desvanecer-se com a erosão da economia das casas grandes provocada pelo grande êxodo rural – com já antes se notou – e pelo retomar da democracia, em ambos os países no último quartel do século passado.

O grande objetivo das intervenções dos estados era permitir que as unidades agrícolas fossem viáveis e, se possível, competitivas no mercado mas não as tornaram – nem tal seria possível – imunes às dinâmicas deste, nomeadamente com o acentuar da globalização desde as últimas décadas do século XX. Estas dinâmicas, conjugadas com a crise da economia camponesa e o triunfo das unidades familiares tecnologicamente modernizadas, tiveram grande e contínuo impacto nas estruturas agrárias: nos países fundadores da atual União

Europeia (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo), entre 1966/67 e 1997, o número de explorações agrícolas reduziu-se de 42%, enquanto a superfície agrícola utilizada se mantinha quase constante (-0,8%). A par deste aumento da dimensão física média das explorações, verificou-se também um crescimento ainda mais acentuado da dimensão económica média. Estas tendências associaram-se ao fortalecimento e a uma maior presença das unidades de maior dimensão, e a um desaparecimento elevado das pequenas unidades. No mesmo intervalo de tempo, a mão-de-obra empregue na agricultura baixou de quase dois terços²¹. Concentrou-se também a terra agrícola: na União Europeia, em 2013, 3% das explorações agrícolas controlavam 52% da terra e 76% das unidades – as de menor dimensão – dispunha apenas de 11%²².

O percurso das estruturas agrárias foi constante e continuado, mas não linear e homogéneo. Nos seus ritmos e cronologias interferiram, como foi analisado por Arnalte, outros factores: características dos sistemas de produção; tecnologias disponíveis e modalidades de acesso a equipamentos (aquisição, aluguer, copropriedade); a demografia da família; o funcionamento do mercado da terra; a relação das famílias com a exploração (tempo inteiro, tempo parcial, complemento de pensões e reformas); o meio em que se localizam as unidades agrícolas; as políticas agrícolas, mas também o modo como são aplicadas. Destes fatores, e das suas interações, resultaram graus e tempos diferenciados na recomposição agrária²³.

Deste ajustamento, como bem evidenciaram Ortiz e Arnalte²⁴, resultaram realidades diferenciadas na Europa Ocidental. A “modernização produtivista” – para recorrer à expressão destes autores – configurou na Europa do Norte uma estrutura agrária mais sólida e competitiva do que na do Sul, onde as explorações agrícolas são – entre outras características – menos profissionais, com elementos mais idosos, com menor dimensão física e económica, e menos intensivas. Esta situação decorre, seguramente, dos percursos anteriores das estruturas agrárias mas, também, das diferenças entre os contextos sociais e económicos dos vários países e das oportunidades que nestes se foram deparando à população agrícola (como por exemplo: emprego não agrícola; benefícios das políticas sociais e de educação; maior procura urbana para as amenidades do rural).

O contexto socioeconómico de cada país, ou região, caracteriza-se, para além das condições do meio, das estruturas agrárias e dos sistemas de produção, pelos contornos da sua história, pelo desenvolvimento e solidez da economia, pelos modos de articulação das pessoas com os territórios, pelos modelos de povoamento e presença das cidades, pelo quadro institucional que envolve as atividades económicas e o quotidiano dos residentes. Finalmente, também pelo engenho e capacidades destes, nomeadamente na relação com o saber e as tecnologias.

Das diferenças entre estas vertentes decorrem consequências distintas: nos modos e condições de vida – que condicionam a demografia; nos rendimentos individuais; nas condições de mobilidade da população; nas capacidades técnicas e, para não alongar demasiado a lista, nos graus de vulnerabilidade ao risco e à relação com o mercado. O contexto pode assim emergir como uma matriz favorável para a vida económica e social – é o caso dos países mais desenvolvidos – ou, pelo contrário, deixar as pessoas e as suas atividades totalmente vulneráveis à inclemência do mercado e dos riscos naturais, e confrontadas com dificuldades que impossibilitam a alteração das condições de vida e trabalho.

No percurso que antes se apresentou, muitos saíram, foram para as cidades ou emigraram, e nestes destinos encontraram vias de inserção na vida social e económica; outros ficaram e adaptaram-se. Foi um percurso de que não sobrou gente, contrariamente ao que veio a ocorrer noutros contextos e que, como antes se referiu, foi essencialmente marcado pelos seguintes factores: a existência de alternativas à vida nas aldeias agrícolas; a decisão de membros das famílias rurais de procurarem outros destinos; a evolução demográfica; a possibilidade de acesso à tecnologia químico-mecânica; o efeito do contexto socioeconómico e, sobretudo, as intervenções do Estado.

América Latina / Brasil

Contrariamente ao que se passou na Europa Ocidental, na América Latina a agricultura familiar não ocupou um lugar central no processo de modernização tecnológica da agricultura que, neste Continente,

também se verificou com crescente amplitude desde os anos sessenta do século passado.

Foi uma tendência que se acentuou com a implantação do modelo neoliberal de abertura ao exterior, que se impôs depois de uma grave crise da dívida externa (1982) nos principais países. As economias nacionais tomavam, assim, um novo rumo depois do modelo de substituição de importações que, dos anos trinta até à década de sessenta, levava os países a promoverem uma industrialização que pudesse substituir a importação de numerosos produtos. Neste modelo, a agricultura tinha sido relegada para um lugar secundário: competir, a par das exportações que tradicionalmente assegurava, alimentar a baixo custo a mão-de-obra urbana, de modo que o preço dos bens industriais estivesse ao alcance dos rendimentos da população.

No caso do Brasil, como mostra Graziano da Silva²⁵, os anos da substituição de importações não foram, de qualquer modo, um período de estagnação tecnológica: foi depois dos anos oitenta que, acompanhando a dinâmica do sector exportador, se acentuou a transformação tecnológica²⁶. Esta fortaleceu sobretudo as grandes unidades capitalistas, embora na América Latina se tenham registado também iniciativas de apoio à modernização das unidades agrícolas familiares, como se verificou no Brasil, desde 1996, com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que tem feito o seu caminho com sucesso, persistindo em governos com opções políticas distintas e tendo “um importante papel” no “acesso dos pequenos agricultores às novas tecnologias de produção”²⁷.

Assim, muitos dos segmentos de agricultura familiar, tecnologicamente modernizada, que se espalham pela América Latina beneficiaram, ainda que com diversidade de procedimentos e intensidades diferentes, de apoios públicos. A diferença para a Europa está sobretudo na intensidade e também na continuidade das políticas. Além do que a agricultura de base familiar tem, no plano económico, uma presença mais ampla e relevante na Europa Ocidental do que na América Latina. De qualquer modo, no caso do Brasil, estas iniciativas não alteraram a grande polarização das estruturas agrárias: 0,4% das explorações, ou seja, cerca de vinte e duas mil unidades, são responsáveis por 51% da produção e a 8% cabem 85%; em contrapartida, a 73% das unidades agrícolas – as de menor dimensão

– apenas cabem 4% do total da produção²⁸.

É, seguramente, neste último grupo que se encontra a esmagadora maioria das explorações camponesas que mantiveram as tecnologias tradicionais. Trata-se de um amplo conjunto de unidades agrícolas que, como adiante se refere, tem resistido mas que, nas últimas décadas, tem sido considerado irrelevante para as dinâmicas do sistema económico capitalista. Assim, já em 1987, Graziano da Silva se referia aos “camponeses pobres e semi-proletários” como estando “fora do circuito produtivo” e devendo ser “enfocados pelo lado social”²⁹. Poucos anos depois, a propósito da América Latina, Chonchol (1994) enfatizava que, a par da extrema debilidade produtiva, os membros das famílias camponesas também não eram necessários como assalariados tanto no campo, como nas cidades³⁰. Mais recentemente, sobre o Brasil, Alves e Rocha (2010) insistiam em que a pobreza de que sofrem não tem solução na agricultura³¹. Esta constatação ressaltava também de um estudo da FAO sobre a relação entre a pobreza rural e o boom agrícola que se registou na América Latina desde 2000. As conclusões foram claras: o crescimento agrícola não teve repercussão na diminuição da pobreza; nos países em que esta diminuição se verificou, as causas foram as políticas sociais (Brasil e Chile) ou remessas de salários obtidos fora da agricultura (México e Guatemala)³². Noutro âmbito, Helfand, Pereira e Soares, em 2013, confirmaram, para o Brasil, as avaliações anteriores relativamente a pequenos agricultores, definidos pela sua dimensão económica – e não pela dimensão física e/ou pela tecnologia utilizada – e concluíram: “Eles podem estar marginalizados [na agricultura], mas não têm outras perspetivas”³³.

E eles são muitos. Só no Brasil repartem-se por cerca de 3,2 milhões de explorações agrícolas³⁴, correspondendo a cerca de 60% do número total de unidades agrícolas. Aquele número tem-se mantido relativamente constante desde 1970³⁵, ou seja, as famílias resistem, de geração em geração, nas suas diminutas parcelas e em condições de grande precariedade, que apenas se atenuaram quando beneficiaram de políticas sociais³⁶. No plano da economia, face ao sistema económico dominante, no Brasil, como na América Latina, os camponeses, na sua grande maioria, sobram, são “redundantes”³⁷. Como notava Chonchol, desde os anos que marcaram o início da consolidação da grande agricultura capitalista, a economia camponesa tornou-se um “refúgio

para milhões de habitantes rurais”³⁸.

Para este panorama contribuíram fortemente não só as grandes tendências do desenvolvimento agrícola – a que se vem aludindo – mas também a evolução demográfica e as opções da política agrícola.

O primeiro destes fatores foi salientado por Chonchol³⁹, já em 1994, ao destacar as consequências, no contexto da América Latina, “de um forte crescimento demográfico”, que se veio a acentuar: de 1960 até 2016, a população triplicou e no último quarto de século aumentou quarenta por cento.

Relativamente à atuação dos Estados, uma palavra que evidencia bem o relacionamento com os camponeses é *orfandade*⁴⁰, pois traduz o modo como os seus interesses foram, quase sempre, ignorados, ou mesmo hostilizados, no desenho e execução das políticas públicas, tanto no apoio à produção, como nas condições de vida a nível local, dificultando o acesso das populações a serviços e equipamentos⁴¹.

Houve, é certo, episódios fundiários, como algumas reformas agrárias dos anos sessenta – abordam-se noutro capítulo – que favoreceram os sectores mais desmunidos mas, nem nestes, nem noutros casos, se verificou uma atuação pública continuada que a prazo lhes permitisse, como produtores agrícolas, afrontar com vantagem, e duradouramente, as dinâmicas do sistema capitalista e beneficiarem de adequadas condições de vida.

A dificuldade de apoiar o camponês como produtor agrícola foi bem enfatizada, já neste século, num episódio, com governos que se apresentavam como favoráveis aos mais débeis: os mandatos do Presidente Lula, no Brasil, de 2003 a 2010.

Em Janeiro de 2003, o governo apresentou, para as vertentes social e económica do seu projeto político, duas linhas de orientação: combater o deficit social; apoiar e defender a grande economia, o que para a agricultura significava sobretudo as unidades capitalistas (o agronegócio).

O combate ao deficit social era apontado como a primeira prioridade e mesmo o eixo estruturador da ação do governo. No cerne desta orientação encontrava-se o ambicioso programa Fome Zero, cujo principal objetivo era a “implementação de uma política de segurança alimentar que garanta a todos o direito à alimentação” e foi no seu âmbito que foram inicialmente definidas as grandes linhas de apoio

à pequena produção agrícola, associadas ao que se esperava da dinâmica que viria a ser gerada por um dos elementos chave do Fome Zero, o cartão-alimentação. Este anunciava-se como uma “alavanca estratégica” para fomentar a participação das populações na vida política local; contribuir para resolver o problema alimentar; alargar e consolidar os mercados locais de produção e de consumo; dinamizar o desenvolvimento territorial.

Implantar o cartão-alimentação pressupunha, de facto, delimitar um território onde convergiam a participação das populações (comunidade) e a constituição de um mercado local de produção e de consumo. O município foi o nível territorial por que se optou. O fortalecimento do mercado local seria conseguido através de uma dupla imposição. Os beneficiários do cartão-alimentação só podiam utilizá-lo em compras feitas nos comerciantes certificados localmente pelo programa Fome Zero. Estes, para serem certificados, deviam vender produtos agrícolas adquiridos aos agricultores locais, nomeadamente aos pequenos agricultores. Criava-se, assim, um circuito virtuoso local entre produção e consumo que deveria repercutir-se em toda a atividade económica do município. O principal obreiro do Fome Zero viria mesmo a notar: “É justamente esse *demand pull*, de corte Keynesiano e Kalekiano, que afasta esse programa do elenco de ações meramente assistencialistas”⁴².

A participação da população (comunidade) seria concretizada através de um Comité Gestor Local a quem caberia dinamizar a participação da comunidade, intervir na elaboração da lista de pessoas que teriam direito ao cartão-alimentação, certificar os comerciantes locais e verificar se cada beneficiário estava a utilizar o seu cartão de modo adequado. Para se concretizar este último controlo, cada beneficiário deveria entregar ao Comité as faturas das compras. Apesar do lugar central do Comité na gestão local do programa, os recursos financeiros que este distribuía eram canalizados através da prefeitura. Da dinamização da participação da comunidade esperava-se ainda um contributo para fortalecer a vida democrática a nível local e para favorecer a prática da cidadania.

A vida do cartão-alimentação não correspondeu ao destino que os seus criadores lhe tinham desejado. Sobretudo, não se conseguiu articular a nível local a interação entre os diversos agentes

(consumidores, comerciantes, produtores agrícolas, prefeituras, membros do Comité Gestor, técnicos do Estado). Menos de um ano depois do seu lançamento foi absorvido no programa bolsa-família, que visava distribuir subsídios às famílias carenciadas. Toda a ambição do *demand pull* local e do incentivo à participação cívica foram dissolvidos numa política importante, mas meramente assistencialista. Os pequenos agricultores deixaram assim de ser apoiados como produtores agrícolas, mas passaram a beneficiar de uma política social, que lhes agradava, de que se mostraram agradecidos ao governo⁴³ e que, convém sublinhá-lo, teve um impacto significativo na redução da pobreza⁴⁴.

Angola

Em Angola, conjugaram-se circunstâncias que põem em relevo, de modo extremo, a situação dos camponeses numa economia periférica. A saber: as sequelas de um colonialismo violento mas em que também emergiu um campesinato com uma acentuada relação com o mercado⁴⁵ e, nalgumas regiões – nomeadamente nas províncias cafeeícolas do Uíge, Kwanza Norte e Bengo (cf. capítulo 4) – verificava-se mesmo a presença de uma elite camponesa com uma situação económica mais destacada; uma independência tardia (1975), a que seguiram quase dezassete anos marcados pela turbulência da guerra civil e que devastaram o mundo rural; a imposição aos camponeses do modelo socialista, seguido de transições que levaram ao confronto com o mercado capitalista; um país centrado na economia do petróleo.

O pós-1975 foi, assim, um longo período marcado pela guerra civil. Os episódios conturbados da independência foram seguidos, em especial depois de 1979, por confrontos entre o MPLA-PT (Movimento Popular para a Libertação de Angola—Partido dos Trabalhadores) e a UNITA (União para a Independência Total de Angola), que se tornaram mais violentos depois de 1993, ou seja, depois de cerca de dois anos de tréguas, em que se realizaram, em 1992, as eleições presidencial e para o parlamento. A UNITA, que perdera ambos os atos, rejeitou os resultados e os combates foram reiniciados, em Outubro deste último ano. No final de 1994, foi assinado um novo acordo de paz, que

persistiu num contexto de quase-paz⁴⁶ durante cerca de quatro anos.

O recomeço da guerra, em 1998, agravou ainda este quadro. A devastação acentuou-se e cresceu o número dos que deixaram as suas aldeias. Estimou-se que mais de um quarto da população rural tenha abandonado o local onde vivia. Nas zonas de maior conflitualidade, esta proporção foi bem mais elevada⁴⁷.

Paralelamente ao desenrolar da guerra civil, os camponeses foram também confrontados com as sucessivas diretrizes do governo sobre o destino que lhes era traçado. Assim, em 1978, o 1º Congresso do MPLA-PT preconizava que os camponeses deviam abandonar gradualmente o sistema de produção familiar e integrarem-se no “sector socialista da economia”, ou seja, em cooperativas de produção. Sendo que, neste tempo, cooperativismo era, na ação política, entendido como coletivismo.

Foi uma determinação política de curta duração e que se saldou, na agricultura, por um grande fracasso. Este insucesso, os efeitos da guerra, e a necessidade política de não hostilizar as famílias agricultoras, num contexto de conflito, levaram o Partido que governava a alterar radicalmente a via antes preconizada. Em 1985 determinou, por um lado, a privatização das terras englobadas nas empresas estatais, ou seja, as antigas fazendas coloniais. Por outro, passou a defender “a valorização do homem rural, considerando (...) os camponeses como os agentes dinamizadores do meio rural”. Dois anos depois deste anúncio, em 1987, a opção pela economia de mercado era explicitamente assumida⁴⁸ e publicadas medidas favoráveis às famílias camponesas. Estas intenções não tiveram qualquer impacto nas comunidades rurais, dado o alastrar dos confrontos militares e a crescente inoperância dos serviços do Estado.

O fim da guerra, em 2002, marcou o início de um novo ciclo em que, desde cedo, se foi desenhando o lugar dos camponeses na economia do país, no contexto de um continuado e um forte aumento da população: 1940 – 3,7; 1970 – 5,8; 2015 – 21,8 (em milhões).

Nas vastas zonas que tinham sido atingidas pela guerra, as aldeias e as economias agrícolas estavam destroçadas, e, com frequência, as populações não dispunham de meios que lhes permitissem recomeçar a produção. Face a este panorama, o governo promoveu medidas destinadas a viabilizar o retomar dos ciclos produtivos agrícolas.

Destas políticas, a mais influente foi o PEDR (Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural), inicialmente previsto para 2005/08, mas cuja aplicação se prolongou para além deste último ano.

Foram, assim, distribuídos às famílias sementes e pequenos equipamentos. Estes apoios permitiram em muitas comunidades restabelecer a relação produtiva com a terra e regularizar os sistemas agrícolas, ainda que com uma base tecnológica muito débil, que pode sintetizar-se em cinco pequenos equipamentos: enxada, machado, catana, pilão e peneira. Apesar da pequena dimensão e da debilidade tecnológica, são economias relacionadas com o mercado e monetizadas. Assim, no caso de Malange, 96% das famílias vendem no mercado pelo menos um produto ou serviço, e dois terços levam ao mercado mais de um quarto do que produzem. Paralelamente, mais de metade do rendimento e cerca de um terço do consumo são em dinheiro⁴⁹.

Numa primeira fase, as intervenções do Estado foram um contributo relevante para as famílias refazerem os seus ciclos produtivos, ainda que, como adiante se verá, mantendo níveis de vida muito insuficientes. Foi um impulso que, no entanto, não veio a ter uma sequência que permitisse um fortalecimento efetivo da agricultura camponesa, tanto no plano tecnológico como no da sua base fundiária.

Assim, depois da guerra, começou também a concretizar-se, no terreno, a privatização, já anunciada em 1985, das antigas fazendas coloniais que, entretanto, tinham sido incorporadas no sector estatal. Essas terras, antes da independência, tinham sido usurpadas às comunidades camponesas, mas estas, em geral, mantinham viva a memória da perda e, em muitos casos, tinham mesmo tentado opor-se-lhe. As zonas do café ilustram bem esta história.

A ocupação das terras do café, geralmente as de melhor qualidade, fora marcada por conflitos abertos, como no Amboim em 1917, ou por uma tensão abafada e reprimida pela pressão do regime colonial. Depois, ao longo dos anos, a apropriação foi-se consolidando e as populações foram refazendo as suas vidas nas margens das terras ocupadas. Persistiu, no entanto, o sentimento de que tinham sido espoliadas e de que aquela terra “é nossa”. Alimentou, mesmo, como destaca David Birmingham, a terceira fase do início da rebelião nacionalista. Assim, depois da revolta de Luanda e da guerra do

algodão, em Fevereiro de 1961, no mês seguinte “a grande rebelião do café rebentou no norte de Angola”⁵⁰.

Após a independência, nunca se colocou a questão de devolver as terras às comunidades. Num primeiro momento, foram destinadas ao sector estatal e depois, com o desmoronamento deste, vieram a ser repartidas entre as elites político-militar e administrativa do Regime. Com raras exceções, mantêm-se, até ao presente, desativadas. São reservas patrimoniais sem atividade económica e sem qualquer impacto positivo no meio rural, em especial porque não criam emprego⁵¹.

Acrescem, ainda, na marginalização fundiária dos camponeses, as constantes e continuadas usurpações de parcelas que cultivam, tanto por grandes interesses agrícolas ou pastoris, como para alargar as áreas das elites angolanas. Em Malange e na Huíla, por exemplo, eram realidades que persistiam nas primeiras décadas do século XXI. Estas situações relativas à terra acentuaram o cerco fundiário às comunidades camponesas, que se consolidara no período colonial. Manteve-se, assim, uma situação que antes compelira as unidades camponesas a uma sobre-utilização dos solos, reduzindo os pousios e com consequências nos sistemas de produção⁵². Com o acréscimo de população entretanto registado, este aspeto tende a agravar-se além de que pode limitar a possibilidade das famílias alargarem as áreas utilizadas, caso venham a poder recorrer a outras tecnologias, nomeadamente à tração animal.

A relação das comunidades com a terra é um tema muito subvalorizado, com o argumento de que há muita terra disponível. Este é um falso pressuposto, dado que na avaliação, além da área, têm de considerar-se as características e potencialidades dos solos, a orografia, a proximidade das vias de comunicação e dos mercados e a distância das parcelas às aldeias. Face a estes critérios, com a usurpação das terras, é muito constrangedor o cerco fundiário às comunidades rurais, num contexto de continuado aumento da população.

Para além da debilidade tecnológica e da marginalização fundiária consagrou-se também, depois da guerra civil, a subalternização dos camponeses na economia do país. Era uma perspetiva que se vinha configurando desde os últimos anos do conflito armado, quando o abastecimento alimentar, em particular de Luanda, era assegurado quase exclusivamente pelas doações internacionais e

pelas importações. Estas últimas destinavam-se sobretudo à capital de Angola, onde, de facto, eram consumidos mais de 70% dos bens alimentares importados⁵³.

Quando depois, ao longo dos anos, as doações foram diminuindo, a sua substituição foi feita principalmente pelas importações. Este modelo de abastecimento era possibilitado pelas receitas do petróleo. Angola era, e continua a ser, uma economia do petróleo, que representa 45% do produto do país (2012) e 97% das exportações (2008/12)⁵⁴.

No plano político, este modelo associa-se a uma aliança tácita entre a elite do Regime, que detém o poder, e o influente sector do comércio informal, por onde passa a maior parte da comercialização dos alimentos importados. Esta aliança assenta em dois elos: o primeiro decorre de uma convergência de interesses – a elite controlava o negócio da importação, o comércio informal fazia a distribuição; o segundo elo decorre da forte e ampla presença do sector informal na população das cidades. Assim, no caso de Luanda, 78% das famílias tinham pelo menos um elemento a trabalhar neste sector⁵⁵. Acarinar este sector era, assim, essencial para manter uma aliança que, nas decisivas eleições de 1992, se mostrou incontornável: as cidades votaram no MPLA⁵⁶.

Paralelamente, a pressão urbana do abastecimento era mais fácil e eficazmente satisfeita pelo fluxo das importações, do que por uma incipiente produção interna e por deficientes sistemas de transporte e circuitos de comercialização. Esta pressão, a par dos elos antes referidos, levou à expansão e fortalecimento do comércio informal e à subalternização do incentivo à “produção agrícola nacional”.

Um outro fator, decisivo para a marginalização das pequenas economias, era a perspetiva da elite que governava, e governa, o país, ou seja, a crença nas virtualidades, em quaisquer circunstâncias, do projeto técnico-económico que visa fazer “de cada exploração uma fábrica”⁵⁷. Este objetivo, comum ao que foi a experiência socialista e ao programa capitalista, persistiu assim nas expectativas da elite angolana, tanto no período em que se pretendia gestora e condutora do socialismo como, poucos anos depois, quando se pretende arauto, e beneficiária, do grande capitalismo agrícola. Para qualquer destas vias, os camponeses eram um estorvo, a corrigir ou a ignorar.

São estas famílias agrícolas, economicamente irrelevantes num capitalismo do petróleo, que constituem a sociedade rural de Angola. Integram mais de nove milhões de pessoas, vivendo em comunidades rurais e repartidos por agregados domésticos com uma dimensão média 4,4 pessoas⁵⁸. Pode ainda acrescentar-se que mais de 99% das unidades agrícolas são familiares⁵⁹. Nesta população, no caso de Malange, o trabalho das famílias é empregue principalmente nas lavras que cultivam (89%). Outras atividades na unidade familiar (carvão, comércio,...) ocupam 9% e apenas 2% se destina a atividades exteriores, o que é também um indicador da inexistência de um mercado de trabalho rural.

Nas comunidades rurais, submetidas ao Estado – tema que se retoma no capítulo 4 – impera a pobreza. Num inquérito divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INEA) a incidência da pobreza na população rural é de 58,3%.⁶⁰ Mais grave é o panorama transmitido por um trabalho efetuado em Malange em que, de acordo com os critérios aceites a nível internacional, 82% dos inquiridos estavam abaixo do limiar de pobreza e 49% encontravam-se mesmo em situação de pobreza extrema⁶¹.

O caso de Angola indicia uma realidade mais ampla: a de muitas zonas do mundo para cujas economias dominantes os camponeses se têm vindo a tornar supérfluos como produtores e desnecessários como fornecedores de mão-de-obra. Hobsbawm indica que estas tendências se foram impondo desde os anos setenta do século passado⁶². Sobram, assim, da economia que a globalização vai impondo, muitos milhões de camponeses e vastos territórios rurais, que são também regiões onde se concentra a pobreza. Muitas das pessoas extremamente pobres vivem em zonas rurais, onde se dedicam à agricultura⁶³.

São também zonas com estruturas produtivas bem mais débeis: no período 2001/2012, o valor da produção agrícola por trabalhador agrícola era 55 vezes maior nos países “com rendimento elevado” do que nos países “com fraco rendimento”. É uma distância que tem vindo a agravar-se – quarenta anos antes (1961/71) era de 14 vezes⁶⁴ -- e de que uma consequência decisiva é a dificuldade dos camponeses competirem, nos seus próprios países, com os produtos importados.

O mundo camponês

\Para além da África Subsariana e da América Latina, existem outros mundos camponeses. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) indica a existência⁶⁵, no conjunto do planeta, de 570 milhões de explorações agrícolas, das quais mais de 90%, ou seja, mais de 500 milhões, são familiares. Paralelamente, estima-se que, do total de explorações, 72% tenham menos de um hectare e lhes correspondam 8% da superfície agrícola. Para as unidades abaixo dos dois hectares (475 milhões), estas percentagens são, respetivamente, de 84% e de 12%. Acrescente-se, ainda, que apenas cerca de 2% das explorações com menos de dois hectares se localizam nos “países com rendimento elevado”⁶⁶.

É, certamente, no cruzamento do universo das unidades familiares agrícolas com o das explorações com menos de dois hectares que se encontra a esmagadora maioria das unidades que se podem classificar como camponesas.

Quase dois terços das explorações com menos de dois hectares repartem-se pela Índia (24%) e pela China (41%). São duas das agriculturas mais relevantes do mundo, ambas com uma ampla população camponesa, com taxas de crescimento do produto agrícola elevadas e que ilustram bem as potencialidades das pequenas economias agrícolas⁶⁷.

No caso de algumas regiões da Índia, nos anos sessenta, os camponeses aderiram amplamente à difusão de sementes melhoradas e bem mais produtivas, com consequências muito favoráveis para a economia do país. Foi um sucesso que se deveu a uma política fortemente interventiva: preços mínimos garantidos e subsídios no consumo de adubos e outros *inputs*. Mais recentemente, houve uma adesão massiva a um OGM (organismo geneticamente modificado): o algodão Bt. De 2003 até 2008, a percentagem da área de algodão onde se utilizou este OGM, passou de 1,3% para 81,1%, e a produção do país duplicou e tornou-se o segundo exportador mundial.

Na China, a intervenção do Estado foi bem mais estruturante desde que no final dos anos setenta se abandonou a coletivização das terras agrícolas e se refez uma agricultura onde, apesar de se verificar alguma diferenciação nas explorações, a esmagadora maioria são pequenas

economias familiares⁶⁸, num sistema assente na “responsabilidade das famílias” e com resultados muito relevantes para o conjunto da agricultura do país: de 1980 a 2004, o número de pobres passou de 634 milhões (64% da população) para 128 milhões (9,9%); de 1961/71 a 2001/12, a produção por trabalhador agrícola foi multiplicada por 3,4, embora esta relação seja bem inferior – 31,2 vezes (em 2001/12) – à dos países que a FAO classifica como de “rendimentos elevados” e em que se impôs a tecnologia capital-intensiva.

Esta intervenção teve várias vertentes. Implantou-se uma economia de mercado, regulada pelo Estado e, nalguns produtos, com preços favoráveis para os produtores e acima do mercado mundial. Apoiou-se fortemente a difusão de tecnologias trabalho-intensivas: sementes OGM, químicos agrícolas, regadio. Condicionou-se a vida das famílias: limites no número de filhos (só podiam ter um filho); a terra é cedida pelo Estado e, nalguns casos, pode ser retirada; é autorizado o trabalho temporário fora do local de residência mas muito dificultada qualquer migração definitiva para as cidades. Ou seja, têm de se manter camponeses.

Nota comparativa

Os casos antes referidos permitem identificar seis fatores que condicionaram os percursos camponeses. O primeiro é o contexto social e económico em que estão integrados. Assim, na Europa, a urbanização da sociedade e a constituição de economias industriais e de serviços permitiram às famílias agrícolas e rurais optar por sair dos campos – segundo fator – procurando nas cidades e na emigração outras condições de vida. Esta saída, conjugada com um declínio tendencial na taxa de crescimento da população – terceiro fator – levou a uma acentuada quebra populacional nos campos e tornou inevitável uma profunda transformação tecnológica das explorações camponesas, que se foram transformando em explorações familiares modernizadas. Esta mudança foi muito apoiada pelo Estado – o quarto fator – que visava a consolidação de unidades competitivas no mercado europeu, e depois no mundial. Esta perspetiva, associada à própria dinâmica do mercado, levou à adoção de tecnologias que

favorecessem a produtividade do trabalho – quinto fator. Todas estes processos e transformações decorreram, nas últimas décadas, no quadro de uma crescente mundialização da economia – sexto fator – que expôs as unidades produtivas a uma concorrência acrescida que levou, como se referiu, a um continuado ajustamento das estruturas agrárias com uma sucessiva eliminação de numerosas explorações.

No Brasil/América Latina, as principais diferenças decorreram da taxa de absorção (com adequadas condições de vida) de população rural pelas cidades, conjugada com a tendência da evolução (crescimento) da população não ter sido suficiente para possibilitar a saída dos campos de muitas famílias, que neles tiveram de permanecer como sobras do sistema económico capitalista, enquanto produtores. A estas, restou irem resistindo, para além das pressões do mercado, nos seus refúgios, ou seja, nas suas pequenas explorações agrícolas. Só puderam aceder a uma vida melhor quando beneficiaram de uma ampla política social.

No caso de Angola, acumulam-se todas as desvantagens: o contexto social e económico não absorve população agrícola e rural; a população rural tem uma elevada taxa de crescimento; a muito débil intervenção do Estado, para além do impulso ao reinício da atividade agrícola, depois da guerra civil; a extrema fragilidade da tecnologia; a exposição das pequenas unidades camponesas ao mercado mundial; a impossibilidade, para os que queriam partir das aldeias – e são uma grande parte – de encontrar uma alternativa, que não seja trocar a pobreza dos campos pela miséria dos subúrbios urbanos ou pelo risco de uma imigração ilegal para longes paragens.

Finalmente, no caso da China, a que apenas se aludiu brevemente, sobressai a presença do Estado: regulando o mercado interno e a relação com o mercado mundial; difundindo massivamente pelas pequenas unidades uma tecnologia trabalho-intensiva; limitando o crescimento da população e dificultando a sua saída dos campos, ou seja, impedindo que as famílias procurem uma alternativa fora das suas aldeias. Como se referiu, é uma estratégia que teve grande impacto na redução da pobreza mas, como também se notou, limitando fortemente a autonomia das famílias agrícolas.

Esta última conclusão e o balanço dos três casos anteriores suscitam a questão da viabilidade das economias camponesas, com

autonomia, num mercado crescentemente globalizado. Do que se evidenciou, a resposta não se afigura favorável para os camponeses, o que também parecem confirmar as conclusões dos três próximos capítulos. Num deles analisa-se o percurso de três dos principais movimentos camponeses: Movimento dos Sem Terra (MST), do Brasil; Movimento Zapatista, do México; Vía Campesina. Qualquer deles pretende alcançar “novas formas de construção social”⁶⁹. Outro é uma apresentação do projeto camponês de Alexander Chayanov, o mais importante economista agrário que trabalhou sobre as agriculturas camponesa e familiar. Finalmente, noutro capítulo documenta-se, a propósito de Angola, a extrema fragilidade de muitas economias camponesas, mas também o engenho e a capacidade para procurarem sobreviver.

Anexo 1 - Os camponeses e a Revolução Russa

A situação política e militar da Rússia, no Outono de 1917, permitiu aos camponeses avançarem sobre os grandes domínios fundiários, ocupando as terras e – para que “a ave nunca mais volte ao ninho”⁷⁰ – destruindo as casas e os bens de utilização pessoal dos senhores. Retomavam, de algum modo, o que acontecera em 1905/6 mas, agora, num contexto em que o movimento camponês pôde avançar e consolidar-se, sem repressão e oposição.

Esta revolta camponesa, que ocorreu paralelamente à tomada do Estado pelo partido bolchevique⁷¹, reafirmou o tradicional “princípio comunal”⁷² – “a Revolução russa levou a comuna rural ao seu apogeu histórico”⁷³ – e as aldeias tenderam a fechar-se nos seus espaços, sociabilidades e tradições. Para o poder bolchevique, este mundo rural era “um imenso desconhecido, um oceano inexplorado em torno das cidades”⁷⁴, que não tardou a ser reprimido e hostilizado, desde os primeiros meses de 1918, com as dificuldades no abastecimento urbano. “Lenine propôs ‘buscas em massa’ a todos os armazéns e celeiros, e o fuzilamento no local dos especuladores apanhados a açambarcar trigo”⁷⁵. Destacamentos militares e grupos armados foram para as aldeias recolher trigo, pela força, e procuraram aumentar as

quantidades que os camponeses estavam dispostos a ceder.

Esta política foi aplicada desde Maio de 1918. Os seus resultados no abastecimento das cidades foram, desde o início, exíguos mas, de algum modo, contribuíram para legitimar a ofensiva que, neste mesmo período, visava levar o poder bolchevique às aldeias: só intervindo e transformando-as se poderia resolver, de modo estrutural, a questão do abastecimento. Ou, nas palavras, proferidas em Maio de 1918 por um destacado dirigente (Sverdlov⁷⁶): “É somente se nós conseguirmos dividir as aldeias em dois campos hostis e irreconciliáveis, se formos capazes de aí fomentar a mesma guerra civil que teve lugar ainda não há muito nas cidades... é então que estaremos em medida de dizer que faremos nas aldeias o que fomos capazes de conseguir nas cidades”⁷⁷.

A ofensiva contra os camponeses encontrou, desde o início, e ao longo dos três anos que durou, a oposição das aldeias, que se traduziu na resistência passiva mas também na hostilidade aberta contra o poder. Lenine⁷⁸ viria a reconhecê-lo ao evocar, em 1922, a situação que se tinha vivido: foi, “na história da Rússia dos soviets, a primeira e, espero, a última vez que se viram grandes massas camponesas virarem-se contra nós (...)”⁷⁹. A situação atingiu dimensões que ameaçaram pôr em causa o poder instalado. Este viu-se obrigado a encontrar uma solução que fosse aceitável para as aldeias. “Depois de terem vencido os Brancos⁸⁰, que tinham o apoio de não menos de oito potências ocidentais, os bolcheviques inclinaram-se diante dos camponeses”⁸¹.

Na primavera de 1921, a capitulação do poder traduziu-se na Nova Política Económica (NEP), ou seja, no restabelecimento do comércio de mercadorias, em particular do trigo, e no reconhecimento de que era necessário tranquilizar a vida nas aldeias. Assumia-se, também, que o verdadeiro problema era aumentar a produção e não “extrair do camponês o seu inexistente excedente”⁸².

O sucesso da campanha agrícola de 1922 confirmou as expectativas: a colheita foi a maior, desde a Revolução de 1917. Paralelamente, no plano político, o poder bolchevique felicitava-se com a paz reinante nas aldeias: “Os levantamentos camponeses que antigamente, antes de 1921, por assim dizer, constituíam um traço característico do quadro geral russo, desapareceram quase completamente. O campesinato está contente com a sua atual situação...”⁸³.

Os anos da NEP foram um período em que se fortaleceram as economias camponesas e se revitalizaram a vida e as sociabilidades aldeãs, mas em que persistiu o desacerto, que nunca se desfizera, entre estes “processos sociais reais que estavam ocorrendo no campo” e o poder político “encerrado numa concepção enganadora da sociedade rural”, e com os “seus representantes locais separados do campesinato em quase todos os aspetos que não fossem o uso da violência administrativa”. Este afastamento, levou Shanin a considerar que em meados dos anos vinte já estava criado o cenário para o “drama da coletivização”⁸⁴.

Esta viria a ser desencadeada na sequência da má colheita de 1928/29, que, de novo, colocou em evidência – na visão do poder soviético⁸⁵ – a desadequação de uma estrutura agrária composta por explorações camponesas para corresponder às necessidades de um país que se procurava industrializar⁸⁶.

A coletivização aparecia, assim, como a via que permitiria conciliar a produção agrícola e o abastecimento alimentar com o processo de industrialização e, simultaneamente, assegurar a “estabilidade do regime”⁸⁷, quebrando as estruturas sociais e políticas da sociedade rural, comunal e aldeã. Avançou, desde o final de 1929, quando Staline⁸⁸ determinou a “liquidação dos koulaks⁸⁹ enquanto classe”⁹⁰. As consequências foram dramáticas. Segundo Lewin, cerca de dez milhões de pessoas foram deportadas e muitas delas morreram neste processo⁹¹.

O movimento camponês foi aniquilado e a vida tradicional das aldeias desestruturada. O poder soviético, com a coletivização, refez os campos em torno de imensas unidades agrícolas, cuja gestão e organização dependiam diretamente do Estado. Foi uma via que reconfigurou radicalmente a estrutura agrária e desmantelou o vigor social e político que o movimento camponês afirmara, com determinação, em 1905/6 e desde o outono de 1917.

Lewin, numa avaliação histórica deste período, argumenta que teria sido possível acertar o processo de industrialização com a integração progressiva das economias camponesas em modelos organizativos e institucionais ajustados, tanto às dinâmicas destas economias como aos objetivos da economia soviética⁹². De resto, na época e no interior do próprio partido bolchevique, emergiram algumas

posições que advogavam esta conciliação. É o caso das reflexões de Lenine, mas apenas na fase final da vida e já doente⁹³, e sobretudo de Boukharine⁹⁴ que, segundo o seu biógrafo, defendia a conciliação com os camponeses devido à “conceção ética” que tinha da “tarefa histórica do socialismo”⁹⁵.

A sua posição, embora destacando a prevalência do poder bolchevique, não defendia a aniquilação do movimento camponês, como veio a acontecer, mas preconizava a sua progressiva absorção pelo socialismo. Ou seja, uma integração crescente, e tutelada, das unidades camponesas nas estruturas económicas socialistas. Esta integração teria de fazer-se, “passando pelo mercado” e através do cooperativismo que, devidamente orientado, levaria os camponeses “pouco a pouco a compreenderem o seu interesse”, empenhando-se na “via da união”, isto é, na produção em comum. Realizava-se assim “a fusão da agricultura e da indústria nacional proletária”⁹⁶.

De qualquer modo, como se evidenciou, foi a negação dos camponeses que se impôs e que viria a marcar todas as experiências de aplicação do modelo socialista. Esta sentença estava, de resto, inscrita no destino que os fundadores tinham traçado para os camponeses. Kautsky enunciou-o com clareza na sua famosa Questão Agrária: “Nós partimos do princípio de que a evolução da indústria moderna conduz necessariamente ao socialismo”, e acrescentava ainda: “A evolução social apresenta, pois, na agricultura o mesmo sentido que na indústria. Num e outro caso, tanto as necessidades sociais como as condições sociais atuam no sentido da grande exploração social, cuja forma mais elevada associa a agricultura e a indústria numa sólida unidade”⁹⁷. Com este pressuposto, o pequeno camponês não tinha qualquer futuro, como já fora enunciado por Engels: “nós prevemos o fim inelutável do pequeno camponês”⁹⁸. Mesmo em casos, como na China⁹⁹, em que inicialmente o partido comunista tinha maior proximidade com o meio rural e agrícola, os camponeses foram inicialmente sacrificados à opção pela coletivização.

Anexo 2 - Camponeses e agricultores familiares

Nas páginas anteriores surgiu com frequência a menção a camponeses e agricultores familiares¹⁰⁰. Para aclarar as diferenças entre estas categorias optou-se por elaborar esta breve síntese, ainda que com algumas repetições em relação ao que antes se referiu. Nesta análise, toma-se como paradigma o que ocorreu na Europa do Sul e consideram-se quatro pontos: tecnologia; relações família/exploração e modelo de trabalho; critério económico e risco; relação com a comunidade rural.

Os dois primeiros pontos já anteriormente foram destacados. Assim, relativamente à tecnologia, pôs-se em evidência a relevância dos graus de liberdade em relação à natureza que permite a tecnologia químico-mecânica, utilizada pelo agricultor familiar, em contraste com a dependência do camponês face aos imprevistos e aos ciclos da natureza. No plano da família, do camponês para o agricultor familiar, quebrou-se a fusão entre a economia doméstica e a economia da unidade agrícola, e declinou a identificação de todos os membros do agregado doméstico com o destino da exploração.

É, atualmente, consensual que as unidades de produção assentes em trabalho familiar podem manter-se em atividade sem proporcionarem ao trabalho familiar uma remuneração equivalente à que se pratica no mercado de trabalho e sem atingir os rendimentos médios correntes no mercado para a terra e para os capitais próprios. Esta formulação comporta, no entanto, situações bem diferenciadas. Para a agricultura familiar modernizada, com sistemas de produção especializados e com uma ampla relação com o mercado, o objetivo é maximizar o rendimento familiar e há casos em que este pode mesmo alcançar níveis equivalentes ao do capitalismo agrícola. É o que sucede na sólida agricultura familiar que há mais de meio século se consolidou na Europa do Centro e Norte, e que combina grande dimensão económica com tecnologia altamente produtiva e trabalho familiar muito qualificado.

Para a pequena unidade camponesa, a par de uma relação com o mercado, que geralmente se verificava e onde o autoconsumo tinha um lugar central, o grande objetivo era a manutenção e a reprodução da família. Ou seja, a gestão era estabelecida sobretudo com este

desígnio. Acresce que dada, em geral, a vulnerabilidade da economia da família, o camponês não está disposto a correr nenhum risco, seja qual for o benefício que pudesse tirar com uma opção que se afastasse da sua prática habitual. Pelo contrário, na agricultura familiar modernizada, com maior flexibilidade em relação à natureza e com uma economia mais mercantilizada, há tendência para uma avaliação probabilística do risco.

Finalmente, a relação com a comunidade. O camponês era membro de uma comunidade rural, com a qual se identificava e a que se sentia pertencer (até por contraposição a outras comunidades próximas) e era através das suas estruturas de poder que se relacionava com o exterior. Eram também o interconhecimento e as práticas coletivas da comunidade que, acima da família, lhe enquadravam o quotidiano.

Pelo contrário, o agricultor modernizado não se identifica pela sua pertença a uma comunidade: mora num local, já aberto sobre a sociedade e na relação com as estruturas de poder. É, sobretudo, um agente económico, com os seus interesses e uma relação individualizada com o Estado e a sociedade.

Este último ponto é relevante e ajuda a esclarecer um debate sobre os camponeses, no mundo de hoje. Uma perspetiva difundida nos estudos camponeses, e formulada a partir do pressuposto de que “o modo camponês de fazer agricultura está enraizado na condição camponesa e provem dela”, ou seja, são camponeses todos os que fazem agricultura visando, entre outros aspetos, uma relação sustentável com a natureza. Não se consideram, assim, a dimensão económica das unidades agrícolas, as relações de poder em que as famílias se encontram inseridas e os contextos socioculturais em que vivem¹⁰¹. Ignoram-se também as diferenças nos apoios públicos, nomeadamente os apoios ao rendimento e os subsídios à produção.

É uma perspetiva que dissocia a condição camponesa do seu contexto económico e sociocultural e das relações com o Estado e que, ignorando outras diferenças, pretende abranger todos os que não produzem de modo competitivo para o mercado mundial.

Neste âmbito, os caminhos atuais da agricultura na União Europeia onde pesados subsídios e apoios ao rendimento das famílias permitem a persistência de explorações não competitivas, são vistos do seguinte modo: “os agricultores europeus estão alargando a campesinidade das

suas unidades agrícolas e se reconstituindo como novos camponeses — não como “camponeses de ontem”, mas como camponeses do terceiro milênio”¹⁰².

Convém agora acrescentar que não é possível aceitar esta perspectiva sem um profundo ceticismo¹⁰³, nomeadamente devido à grande diferença existente entre os países desenvolvidos e os países do Sul, em particular a África subsariana. Nos primeiros, a população agrícola é uma pequena minoria que beneficia de, no plano político, ter grande visibilidade territorial e uma sólida herança histórica de receber apoios do Estado. Estes países têm, ainda hoje, uma capacidade económica que lhes permite subvencionar generosamente as suas unidades agrícolas. Nos países do Sul, a situação é a inversa: a população agrícola tem grande expressão e não beneficia de apoios públicos substanciais e continuados. Também as condições de vida entre estes dois grupos de países, tanto no campo como nas cidades, não podem ser deixadas de lado quando se comparam as duas realidades. Além do que, a condição camponesa para além de uma economia e de um modo de relação com a natureza é, sobretudo, uma realidade social imersa na sua historicidade¹⁰⁴.

NOTAS

- 1 - Naranco, J., La agricultura y el desarrollo económico español, *Cuadernos de Ruedo Ibérico*, 13/14, 1967, pp. 6-31.
- 2 - Servolin, C., *Las políticas agrarias*, Madrid, 1988, p. 57.
- 3 - Cf.: Servolin, C., *Ob. cit.*; Baptista, F., A questão da terra, em Baptista, F. (org.), *Terra e tecnologia. Século e meio de debates e políticas de emparcelamento*, Oeiras, 2005, pp. 193-220.
- 4 - Cf. Tracy, M., *L'État et l'agriculture en Europe Occidentale*, Paris, 1986, 464p.
- 5 - Servolin, C., L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste, em *L'univers politique des paysans*, Paris, 1972, pp. 41-77.
- 6 - Cf. *Structure des exploitations agricoles. Résultats historiques -- enquêtes de 1966/67 à 1997*, Eurostat, 2000.
- 7 - *Le plan Mansholt. Le rapport Vedel*, Paris, 1969, 589 p.
- 8 - Cf. Loyat, J. e Petit, Y., *La Politique Agricole Commune*, Paris, 1996, 191 p.
- 9 - Cf. Servolin, C., *Las políticas agrarias*, Madrid, 1988.
- 10 - Avillez, F., *A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum*, Cascais, 2016, p.378.
- 11 - Fuller, A. e Bolldan, R., Pluriactivity among farm families: some West European, US and Canadian comparaisons, em I. R. Bowler et al. (orgs.), *Contemporary rural systems in transition*, vol. 2, *Economy and Society*, Londres, 1992, pp. 201-212.
- 12 - Servolin, C., *L'agriculture moderne*, Paris, 1989, p.16.
- 13 - Schultz, T., *A transformação da agricultura tradicional*, Rio de Janeiro, 1965.
- 14 - Fernández-Prieto, L., *Labregos com ciência. Estado, sociedade e innovación tecnolóxica na agricultura galega, 1850-1939*, 1992, 518 p..
- 15 - Caldas, E., *Modernização da agricultura*, Lisboa, 1960.
- 16 - Villares, R., *História da Galiza. Uma memória dos avós europeus*, 2015.
- 17 - Gervais, M. et al., *Une France sans paysans*, Paris, 1965.
- 18 - Mendras, H., *La fin des paysans*, 1984 (1ª edição, 1967).
- 19 - Agulhon, Maurice, Atitudes politiquies, em *Histoire de la France Rurale*, vol. 3. *De 1789 à 1914*, Paris, 1976, p. 469.
- 20 - Cf.: Fernández-Prieto, L., *El apogon tecnolóxico del fascismo. Estado e innovación en la agricultura española del siglo XXI*, Valencia, 2007, 389 p.; Fernández-Prieto, L., Represión franquista e desarticulación social en Galicia. A destrucción da organización societária campesina.1936-1942, em Fernández-Prieto, L.(ed.), *Terra e progreso. Historia agraria da Galicia contemporánea*, Vigo, 2000, pp. 193-213; Baptista, F., *A política agrária do Estado Novo*, Porto, 1993.
- 21 - Cf. *Structure . . .*
- 22 - *Eurostat*.
- 23 - Cf. Arnalte, E. (coord.), *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricul-*

- tura española*, Madrid, 2007, 383 p.
- 24 - Ortiz-Miranda, D. et al. (eds.), *Agriculture in Mediterranean Europe. Between old and new paradigms*, 2013, 315 p..
- 25 - Graziano da Silva, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Campinas, 1999, p.22.
- 26 - Sobre a grande transformação da agricultura brasileira nas últimas décadas cf. Buainain, A. et al. (eds.), *O mundo rural no Brasil do século XXI. A formação de um novo padrão agrário e agrícola*, Brasília, 2014, 1182 p.. Ver também: Klein, H. E Luna, F., *Alimentando o mundo. O surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*, Rio de Janeiro, 2020, 440 p. e Navarro, Z. (org.), *A economia agropecuária do Brasil. A grande transformação*, São Paulo, 224 p..
- 27 - Buainain, A. et al., O tripé da política agrícola brasileira. Crédito rural, seguro e Pronaf, em Buainain, A. et al., *O mundo rural no Brasil do século XXI. A formação do novo padrão agrário e agrícola*, Brasília, 2014, p. 851.
- 28 - Alves, E. e Rocha, D., Ganhar tempo é possível, em Gasques, J., Vieira Filho, e Navarro, Z. (orgs.), *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*, Brasília, 2010, p. 275-289.
- 29 - Graziano da Silva, J., Mas, qual Reforma Agrária?, *Reforma Agrária*, ano 17, nº 1, 1987, pp. 11-69.
- 30 - Chonchol, J., *Sistemas agrários en América Latina*, Santiago do Chile, 1994, p.419.
- 31 - Alves E. e Rocha, D., *Ob. cit.*, p. 288.
- 32 - Graziano da Silva, J. et al. (eds.), *Boom agrícola y persistència de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, FAO, 2009, 343p..
- 33 - Helfand, S. et al., Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira. Situação atual e perspectivas, em Buainain A. et al., *Ob. cit.*, p.555.
- 34 - *Idem*, p.543.
- 35 - *Idem*, p. 538-9.
- 36 - Helfand, S. e Del Grossi, M., El boom agrícola y la pobreza rural en Brasil, em Graziano da Silva, et al. (eds.), *Boom....*, pp. 103-128.
- 37 - Cf., para o Brasil, Buainain, A. et al., Sete teses sobre o mundo rural brasileiro, em Buainain, A. et al., *Ob. cit.*, pp. 1159-1182.
- 38 - Chonchol, J., *Ob. cit.*, p.419.
- 39 - Cf. Chonchol, *Ob. cit.*
- 40 - Como sugerem Alves, E. e Rocha, D., *Ob. cit.*
- 41 - Graziano da Silva, J. et al., Reflexiones finales, em Graziano da Silva, J. et al. (eds.), *Ob. cit.*, p.332.
- 42 - Graziano da Silva, J., A agricultura contra a fome, em Santoro, A., *Fome zero. Textos fundamentais*, Rio de Janeiro, 2004, p.53.
- 43 - Singer A., *Os sentidos do lulismo*, São Paulo, 2012.
- 44 - Helfand, S. e Del Grossi, *Ob. cit.*

- 45 - Neves, A. , *Agricultura tradicional em Angola. Anos 60*, Castro Verde, 2012.
- 46 - Wheeler, D. e Pélissier, R. , *História de Angola*. Lisboa, 2011.
- 47 - Cf. Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural – PEDR – 2004-2008, 2004. Luanda.
- 48 - Sobre a relação do MPLA-PT com a questão camponesa cf. : Neto, J. , *Os camponeses e o desenvolvimento agrícola e rural de Angola*. Lisboa, 1999; e, do mesmo autor, *História agrária de Angola depois da independência: cronologia das várias fases*. 2011. Uíge.
- 49 - Ao longo deste ponto, a informação sobre Malange foi retirada de Baptista, F., *O destino camponês*, Castro Verde, 2013.
- 50 - Birmingham, D., *Portugal e a África*. Lisboa, 2010, p.165.
- 51 - Cf. Baptista, F. , *O destino...* .
- 52 - *Idem*.
- 53 - A informação e as conclusões relativas ao consumo alimentar e ao sector do comércio informal apoiam-se em Neto, J., *Agriculturas e alimentação*, Lisboa, 2008.
- 54 - *Informe económico y social de Angola*. Madrid.
- 55 - Cabral, M., *O sector informal em Angola*, Benguela, 2006.
- 56 - Sobre o voto das cidades e o sector informal, cf. Birmingham, D., *Breve história da Angola moderna (séc. XIX-XXI)*, Lisboa, 2017.
- 57 - Fitzgerald, D., *Every farm a factory*, Londres, 2003.
- 58 - *Censo 2014. Recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014*.
- 59 - Cf. *Relatório económico de Angola*. 2014. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- 60 - *Inquérito integrado sobre o bem-estar da população*, Luanda, Instituto Nacional de Estatística, 2011 e Rodrigues, C., Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz, *Revista Angolana de Sociologia* (online), 9, 2012 (consultada no dia 10 de Janeiro de 2017).
- 61 - São, é certo, percentagens superiores aos valores divulgados pelo INEA, mas a diferença deve-se, seguramente, ao facto de terem sido utilizados critérios diferentes para definir os limiares de pobreza.
- 62 - Hobsbawm, E., *A era dos extremos*, Lisboa , 1996, pp. 406-407.
- 63 - Cf. informação disponibilizada pela FAO.
- 64 - *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture 2014*, Roma, 2015.
- 65 - *Idem*.
- 66 - Na publicação referida na nota anterior, a FAO reparte os países por quatro grupos de rendimento: fraco, intermédio-camada inferior, intermédio-camada superior e elevado.
- 67 - Sobre as referencias feitas neste parágrafo e nos dois seguintes à China e à Índia cf.: FAO, *La situation...2014*; Fabiani, G., *Agricultura –Mondo. La storia contem-*

porânea e gli scenari futuri, Roma, 2015; Jaffrelot, C., *L'Inde contemporaine*, Paris, 2019; Petit, M., *Pour une agriculture mondiale productive et durable*, Versalhes, 2011; Ploeg, J. e Ye, J. (eds.), *China's peasant agriculture and rural society*, Nova Iorque, 2018; Zhang, Q., Review of China's peasant agriculture and rural society, *Journal of Agrarian Change*, 19(2), 2019, pp. 380-384; Ajustés à la baisse, les prix du blé en Chine restent parmi les plus élevés du monde, *Agriculture strategies* 28, Abril, 2018.

68 - O número de explorações agrícolas na China é de 200,6 milhões. As unidades com um perfil empresarial são menos de meio por cento e utilizam 13,4 % da terra agrícola disponível (cf.: FAO, *La situation...2014*, p. 122 e Ploeg, J. e Ye, J. (eds.), *Ob. cit.*, p. 101/2).

69 - Pérez-Vitoria, S., *Manifeste pour un XXI siècle paysan*, 2015, Paris, pp. 162-177.

70 - Werth, N., *Les révolutions russes*, Paris, 2017, p. 86.

71 - Viria depois a designar-se como Partido Comunista da Rússia e, desde 1918, como Partido Comunista da União Soviética.

72 - Pipes, R., *La Révolution russe*, Paris, 1993, p. 665.

73 - *Idem*, p. 666.

74 - Linhart, R., *Lenine, les paysans*, Taylor, Paris, 1976, p. 36

75 - Carr, E., *A Revolução bolchevique*, tomo 2, Porto, 1979, p. 62.

76 - Sverdlov (1885-1919) – Iakov Mikhailovitch Sverdlov foi, desde muito jovem, um empenhado militante e, desde 1912, tornou-se num dos principais dirigentes do Partido Bolchevique.

77 - Citado em Pipes, R., *Ob. cit.*, p. 673.

78 - Lenine (1870 – 1924) -- Vladimir Ilytch Oulianov, conhecido por Lenine, foi o principal dirigente do Partido Bolchevique, da Revolução Russa e do Governo do país depois de 1917.

79 - Citado em Linhart, R., *Ob. cit.*, p. 71.

80 - O Exército Branco era constituído por forças nacionalistas que se opunham à Revolução de Outubro e que lutaram contra o poder revolucionário. Foi definitivamente derrotado em 1923.

81 - Figes, O., *La Révolution russe*, 2 vols., Paris, 2007, p. 1364.

82 - Carr, E., *Ob. cit.*, p. 193.

83 - Lenine, cit. em *Idem*, p. 323.

84 - Todas as citações deste parágrafo são retiradas de Shanin, T., *La classe incómoda*, Madrid, 1983, p. 273. Sobre este tema cf. Lewin, M., *La paysannerie et le pouvoir soviétique 1928-1930*, Paris, 1966, p. 117.

85 - Poder exercido pelo Partido Comunista da União Soviética. Esta foi formalmente constituída em 1922 com a união das repúblicas russa, ucraniana, bielorrussa e transcaucasiana. Todas estas repúblicas eram governadas por partidos bolcheviques que acatavam a coordenação e supremacia do Conselho dos Comissários dos Povos da Rússia Soviética, inicialmente presidido por Lenine.

- 86 - Cf. Lewin, M. , *Ob. cit.* , pp. 193 e segs., e pp. 228-229.
- 87 - Lewin, M. , *La formation du système soviétique*, Paris, 1987, p. 165.
- 88 - Staline (1879-1953) – Josef Vissariovitch Djongachvili, conhecido como Staline, nasceu na Geórgia. Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, desde 1922, foi consolidando o seu poder no Partido e no Estado e, depois de 1929, dirigiu e controlou, de modo pessoal e ditatorial, a União Soviética.
- 89 - Koulak – camponês com maior dimensão económica, que também assalariava trabalhadores agrícolas e que, nalguns casos, podia ser também comerciante ou prestamista.
- 90 - Citado em Lewin, M. , *La formation . . .* , p. 164.
- 91 - Citado em Lewin, M. , *La paysannerie . . .* , p. 450.
- 92 - Lewin, M. , *La formation . . .* , p. 171.
- 93 - Cf. Lewin, M. , *Le dernier combat de Lénine*, Paris, 1978.
- 94 - Boukharine (1888-1938) – Nicolai Ivanovitch Boukharine, brilhante economista e teórico marxista, foi um destacado dirigente do Partido Bolchevique e dos primeiros anos da União Soviética, vindo a ser executado por ordem de Staline.
- 95 - Cohen, S. , *Nicolas Boukharine. La vie d'un bolchevik* , Paris, 1979.
- 96 - Boukharine, *Le socialisme dans un seul pays*, 1974, pp. 151, 123, 130 e 123 (o número das páginas corresponde à sequência das citações feitas no parágrafo).
- 97 - Kautsky, K., *La cuestión agraria*, México, 1980 (1ª edição, 1898), pp. 356 e 361.
- 98 - Engels, F., *La question paysanne en France et en Allemagne*, Paris, 1956 (1ª edição, 1894), p. 24.
- 99 - Cf. Bianco, L. , *La recidive. Révolution russe, révolution chinoise*, 2014.
- 100 - Sobre a distinção entre camponês e agricultor familiar ver: CEPAL, *Economía campesina y agricultura empresarial (tipología de productores del agro mexicano)*, 1982, México, 339 p. e Mendras, H., *Les sociétés paysannes*, Paris ,1995, 368 p. (a primeira edição é de 1976).
- 101 - Cf. J.D. Van Der Ploeg, *Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*, Porto Alegre, 2008. As citações são retiradas das páginas 37, 39, 62, 317 e 329.
- 102 - J. D. Van Der Ploeg, *Ob. cit.*, p. 174. Ver ainda, sobre este tema H. Martins de Carvalho, *De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária*, Curitiba, 2009.
- 103 - Cf. H. Bernstein, *Class dynamics of agrarian change*, Winnipeg, 2010 e, do mesmo autor, A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização, *Sociologia*, Porto Alegre, vol. 13 nº 27, 2011, pp. 52-81.
- 104 - Os últimos quatro parágrafos foram retomados de F. Baptista, *O destino...* .

MOVIMENTOS E PROJETOS CAMPONESES^{1A}

No final do capítulo anterior, mencionaram-se três movimentos camponeses que visam construir outros modelos de sociedade em que os camponeses, enquanto tais, possam ter o controlo do seu destino e da sua vida quotidiana. Vão agora referir-se os seus percursos, apreciando a viabilidade das suas propostas no contexto da globalização e das realidades nacionais em que se inserem.

Movimento dos Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, geralmente conhecido por Movimento dos Sem Terra (MST), foi fundado em 1984, com um consenso de opiniões favoráveis no círculo alargado dos que se preocupavam com a questão da terra. Tinha mesmo “o apoio de amplas faixas da Igreja Católica, particularmente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)”¹. Muitos dos dirigentes do MST tinham feito os seus primeiros passos de militância na esfera da Igreja.

Para o MST, um objetivo era a conquista de terra pelos mais carenciados dos campos. Mas esta conquista deveria também constituir um alicerce para uma transformação estrutural, ou seja, era um meio de “lutar por uma sociedade mais justa. Uma sociedade sem explorados e exploradores”²

1A - Já foram anteriormente publicadas duas versões deste texto. Uma, com o título Camponeses, projetos e o futuro, nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 2020, vol. 60, pp. 449-461. A outra, com o título Gente que sobra. Projetos camponeses nas primeiras décadas do século XXI, em Sílvia Gomes *et al.*, *Desigualdades sociais e políticas públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, Vila Nova de Famalicão, 2018, pp. 307-325.

A fundação do MST ocorreu num momento em que a questão agrária no Brasil registava profundas mudanças. As décadas que antecederam o golpe de 1964 – de onde veio a sair a ditadura militar que governou o Brasil até aos anos 1980 – foram marcadas por fortes lutas pela terra e pelo fortalecimento dos movimentos que as assumiam. No mesmo período, autores ilustres (Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel) apontavam a premência da questão agrária³: defendiam a modernização (capitalista) da agricultura, mas a par do acesso dos mais desprovidos à terra e aos direitos sociais e do trabalho; reconheciam que havia um “excedente estrutural de mão-de-obra”, associado à questão fundiária; preconizavam a intervenção do Estado na grande propriedade, ou seja, a reforma agrária. Pretendiam, assim, adequar a agricultura às necessidades do desenvolvimento do país e resolver a situação dramática da população empobrecida dos campos.

Não avançaram medidas com este objetivo e o efeito mais relevante das lutas e debates deste período veio a refletir-se no Estatuto da Terra, aprovado em Novembro de 1964, já depois do golpe militar, e que anunciava “um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da desapropriação dos latifúndios improdutivos e/ou aquisição de terras produtivas e a sua redistribuição às famílias que dispõem de pouca ou nenhuma terra, para torná-la produtiva e cumprir a sua função social”. “No momento da sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações”⁴.

As décadas seguintes viriam, no entanto, a modificar os contornos da questão agrária. Graziano da Silva⁵ reconhecia-o em 1983 e, em 1996, constatava já o fortalecimento de um poderoso capitalismo agrícola, tecnologicamente modernizado e que resolvera o problema agrícola e alimentar da economia capitalista, que comandava o país. Persistia a questão social e agravara-se, mesmo, o excedente populacional que sobrava. Ângela Kageyama⁶ estimou, para os anos 1980, que sobrava mais de 60% da população classificada como ativa agrícola. Eram os sem terra do MST.

Para este movimento, a luta pela reforma agrária era um passo indispensável para construir uma outra economia que integrasse os sem terra, como produtores e cidadãos. Foi assim, num contexto de gente que sobrava da terra, que o MST iniciou a sua atividade na primeira metade dos anos oitenta. Inicialmente mais circunscrita ao sul do Brasil e, desde a

década seguinte, com ampla ação a nível nacional, promoveu a ocupação de terras, nas quais se instalavam famílias, geralmente em lotes individuais. Exigiu ao Estado, com sucesso, apoios e créditos. Fez avançar a reforma agrária e tornou-se um agente, incontornável e decisivo, nas relações de forças que se estabeleciam nos campos, em torno da terra⁷. Um dos principais críticos do MST viria, mais tarde, a reconhecê-lo: “não existe hoje nenhuma propriedade rural protegida, caso o MST decida conquistá-la”⁸.

Paradoxalmente, o ímpeto do movimento e o crescendo da pressão sobre a terra viriam a declinar com a chegada da esquerda ao poder, ou seja, depois da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo, com a eleição de Lula da Silva para Presidente da República (2003-10).

Com o novo poder, passou a haver um maior diálogo com os movimentos sociais, uma diminuição acentuada da repressão e da criminalização dos ativistas, bem como mais crédito, um reforço dos apoios técnicos e uma melhoria dos serviços públicos no meio rural⁹.

O grande impacto sobre a questão da terra não veio, no entanto, destes fatores, mas da perspetiva do governo sobre o modo de melhorar as condições de vida e de favorecer a inclusão social: dissociar os objetivos sociais e de cidadania da esfera da produção e do trabalho. O principal instrumento desta orientação foi uma medida designada por Bolsa Família.

No mundo rural e agrícola, as duas grandes metas do novo poder eram: apoiar e defender a grande economia, ou seja, as unidades capitalistas; combater o défice social, o que viria a ser confiado principalmente ao programa Bolsa Família. Defendia-se, ainda, que estes dois objetivos podiam coexistir harmoniosamente.

O programa Bolsa Família – como já se referiu no capítulo 1 – era uma medida redistributiva e assistencialista que subsidiava as famílias carenciadas de modo que estas pudessem melhorar significativamente as suas condições de vida e exercer uma cidadania efetiva. Afastava-se de quaisquer metas produtivas ou de trabalho e contribuiu para uma quebra muito acentuada da pobreza rural. Com esta política, dissociou-se, em grande parte, a luta pela terra da melhoria das condições de vida. A pressão social sobre a terra diminuiu e o MST viu a sua posição enfraquecer.

O debate sobre esta via – cidadania pelo assistencialismo e não pelo trabalho e pela produção – foi amplo e extremado. Para a esquerda tradicional e para alguns sectores próximos do MST, esta política foi classificada como neoliberalismo “perfeito” e avaliada como um pequeno preço a pagar pelo

capitalismo, para ter paz social¹⁰. Outro sector, que se reclama de uma visão crítica, reconhece os resultados positivos mas preocupa-se com as suas consequências políticas: “O clientelismo disfarçado do Bolsa Família ameaça e, provavelmente, inviabiliza a democracia no Brasil”; Lula e o seu partido “parasitaram os movimentos sociais, trataram de institucionalizá-los, de amansá-los e privá-los de criatividade social e política”¹¹. Finalmente, os que apoiam a política aplicada consideram que a via possível, e profunda, da transformação da sociedade é pela política e o modo de a concretizar é, antes do mais, dar a toda população capacidade de exercício efetivo da cidadania. Argumentam ainda que a opção redistributiva foi o modo mais eficaz de o conseguir a curto prazo, e que o “povo profundo” a validou nas eleições¹².

A par das consequências da política assistencialista, a crescente publicitação do modelo autoritário em que assenta a sua estrutura interna também enfraqueceu a posição do MST, que se assumia como uma vanguarda, cujo objetivo era conduzir os sem terra ao socialismo. É uma organização hierárquica, de cima para baixo, “quase nada democrática e pouco tolerante às vontades e histórias familiares dos próprios agricultores”¹³.

Autores próximos do movimento¹⁴ não desmentem completamente estas características, mas tendem a desvalorizá-las devido às condições difíceis em que este atua, e à especificidade do seu trajeto e dos processos em que se envolve.

Este debate está, de qualquer modo, desfocado da questão central: os camponeses aderiram ao MST quando este lhes pareceu a via mais favorável. Fizeram-no, aceitando o contexto decorrente desta opção, nomeadamente as limitações impostas pela vanguarda político-sindical que a organiza e governa. Quando surgiu outra possibilidade – o Bolsa Família, que, como se notou, também não era consensual – muitos distanciaram-se do MST, e aderiram a outra possibilidade. Ou seja, os camponeses, na sua existência e procura de autonomia – e sempre que é viável – vão escolhendo, para além do lugar que, uns e outros, lhes pretendem destinar nos seus projetos.

De qualquer modo, a ressonância pública deste debate, a par das consequências das políticas assistencialistas contribuiu para enfraquecer a aceitação do MST ao nível da sociedade e reduziu a sua influência.

A luta pela terra deixou de se associar a um modelo de desenvolvimento económico. Já não é necessária para ajustar a agricultura à economia

capitalista do país e perdeu espaço como base para construir outra sociedade. Passou, mesmo, a ser apresentada, em sectores que ainda a defendem, “não como um ‘imperativo’ do desenvolvimento” ou da inclusão social, mas como “uma escolha democrática da sociedade”, na relação das populações rurais e urbanas com o território”¹⁵. Esmoreceu o projeto voluntarista do MST.

Movimento Zapatista

No dia 1 de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ocupou várias cidades de Chiapas (México). Foi um levantamento armado, a que se seguiram onze dias de confronto com as forças armadas governamentais. Em fevereiro e março, sob a égide do Bispo de San Cristóbal de Las Casas, decorreu um “diálogo de paz”. Depois, sucederam-se anos de procura de um acordo, e de pressões do governo e de grupos paramilitares sobre as comunidades zapatistas. Desde 2003, assistiu-se a um maior distanciamento do Estado e ao avanço da autonomia das comunidades rurais.

O EZLN, que organizou e impulsionou o levantamento, tinha sido fundado em 1983 e era uma vanguarda, verticalizada e hierárquica, de matriz marxista-leninista. Em Chiapas, sensibilizou e organizou os camponeses, num processo que enraizou num terreno com um historial de mobilizações devido, em particular, às sociabilidades das comunidades agrárias, à presença atuante e libertadora da Igreja Católica e à influência do movimento regional camponês.

O levantamento, no momento em que ocorreu, teve grande impacto no México e foi calorosamente acolhido por numerosos e amplos sectores da sociedade. Também, a nível internacional, o Movimento Zapatista teve, desde o início, empenho e talento para se ir impondo como uma referência na luta pela construção de um “outro mundo”. O que, de resto, lhe tem valido muitos apoios e donativos.

Neste percurso, embora mantendo as expectativas dos seus aderentes, foi acertando o seu discurso pelos ventos das mudanças ideológicas que se foram sucedendo e que se repercutiram nas expectativas dos seus apoiantes, tanto a nível nacional como internacional. O movimento passou, assim, do objetivo inicial de estabelecer o socialismo a enunciados

sobre a transição democrática e os direitos indígenas. Finalmente, tomou como rumo a defesa da autonomia das comunidades, a qual deveria ser construída cortando todo o relacionamento com o Estado e recusando mesmo quaisquer apoios ou políticas governamentais.

Desde 2003, para privilegiar a presença e iniciativa das populações camponesas na construção da autonomia, o EZLN “decidiu retirar-se do funcionamento político” das comunidades, mas manteve uma posição tutelar: “zela pela perenidade da experiência”¹⁶.

A influência do Movimento Zapatista estende-se por uma ampla zona de montanha e abrange muitos milhares de pessoas. Não se trata, no entanto, de um território contínuo e bem delimitado: é uma área onde se encontram também populações que não aderiram ao zapatismo, havendo mesmo comunidades em que coexistem ambas as opções. Não é também um território à “margem do Estado”¹⁷. Pelo contrário, este é uma presença – nomeadamente com serviços de vigilância – que ladeia as comunidades e os seus espaços sociais e produtivos. Ou seja, estas comunidades “não são unidades territoriais fechadas, mas definem-se pela sua pertença voluntária a redes que se regem por normas e práticas alternativas de autogoverno”¹⁸. De qualquer modo, nos espaços sociais e produtivos associados a estas comunidades, a presença e o controlo são zapatistas, o que permitiu a ocupação de áreas abandonadas pelos proprietários depois da eclosão do movimento.

Nestas áreas, coexistem as unidades individuais e os projetos coletivos, cujas receitas são destinadas a constituir um fundo comunitário. As primeiras são explorações camponesas, com produções para autoconsumo e outras destinadas principalmente ao mercado, e em que, por vezes, algum elemento trabalha fora para aumentar o rendimento do agregado doméstico. Muitas unidades viram a sua área de cultivo alargada com um retalho das terras ocupadas.

Os projetos coletivos, coordenados por órgãos de autogoverno zapatista, abrangem atividades diversas, algumas das quais realizadas na parte das terras ocupadas que não foi repartida. Num trabalho efetuado nalgumas comunas¹⁹ identificaram-se: hortas coletivas; produção artesanal de velas e vestuário, para venda; iniciativas de comercialização em conjunto (lojas comunitárias, acordos de comércio justo, ...). Muitos dos projetos são apoiados por organizações não governamentais nacionais e internacionais. O fundo, para que estas atividades contribuam, destina-se a suportar

despesas decorrentes da gestão comunitária e a apoiar o funcionamento dos serviços assegurados às populações, como saúde e educação.

A economia das comunidades está exposta ao mercado, onde vendem e compram o que necessitam, mas tendo como orientação minimizar as relações com o exterior: recusam todos os apoios e políticas governamentais, tanto na área económica como social; não estabelecem contratos com empresas ou bancos; procuram também controlar as saídas das pessoas que vão trabalhar fora da comunidade e – como adiante se nota – chegaram a pretender também evitar a emigração para os Estados Unidos da América (EUA). O fechamento não é só económico. Controlam-se os contactos com elementos exteriores e são difíceis as relações entre zapatistas e outras pessoas, mesmo quando vivem na mesma comunidade.

Desde janeiro de 1994 passaram duas décadas e os autores que têm analisado este movimento ensaiam alguns balanços, em geral muito marcados pelo grau de adesão, ou de distância, política e ideológica ao que ocorre em Chiapas. Vão reter-se três aspetos.

Sobre as condições de vida, as avaliações não coincidem mas, para além das divergências, os trabalhos consultados não invalidam a constatação de alguns camponeses que, quando inquiridos, afirmaram que eram tão pobres como os seus vizinhos não zapatistas²⁰.

Também não é consensual a apreciação do funcionamento dos órgãos de governo da autonomia zapatista: oscila entre os que concluem que não é democrático, dado que estão submetidos à tutela do EZLN, e os autores que evidenciam a existência de formas mais democráticas de participação nas assembleias comunitárias e nos projetos de saúde e educação. De qualquer modo, mesmo nesta última posição, não se afasta expressamente a presença da tutela constante do EZLN.

Um balanço esclarecedor vem da opção dos que pretendem sair do movimento e, sobretudo, dos que querem emigrar²¹. Como antes se notou, a emigração não se adequa ao modelo fechado das comunidades zapatistas. Temem-se os seus efeitos: os que emigram são braços e capacidades que passam a faltar nas tarefas da gestão comunitária e nos trabalhos coletivos; as remessas enviadas para as aldeias podem abalar o padrão de igualdade que se procura manter, quer pelos níveis e tipos de consumo, quer porque podem permitir desenvolver negócios que colidam com os projetos coletivos; com a emigração, vêm também modos de vida que se podem afastar da austeridade zapatista.

Os que emigram, por sua vez, procuram melhorar a situação económica das famílias e ter acesso a outros estilos de vida. Mencionam, ainda, que a luta desenvolvida não trouxe os benefícios esperados nas condições de vida.

Apesar da resistência inicial, a emigração acabou por se impor e as comunidades procuraram minimizar os seus efeitos. Assim, os que saem devem comprometer-se a entregar à comunidade o dinheiro necessário para se efetuarem as tarefas comunitárias que deixam de fazer. Devem também aceitar a fixação do período de tempo que podem ficar fora.

Com a emigração, afrontam-se duas opções que estão muito associadas à diferenciação geracional. Os que pretendem emigrar são os mais jovens que já cresceram no seio do movimento, dada a opção dos seus pais. Os que resistem são os mais velhos que tiveram uma vida difícil e subalterna, e que integraram o zapatismo de forma convicta e atuante.

Estes últimos aceitam e defendem as tarefas decorrentes da participação no movimento, bem como algumas restrições ao modo de vida, como a proibição do consumo de bebidas alcoólicas. Valorizam, nesta avaliação, trabalharem “agora sem patrão”, “terem terras suficientes”, “estarem organizados”, “estarem unidos”, “estarem com a família”. Para manterem este modo de vida, aceitam a escassez de dinheiro e a vida nas comunidades.

Os que partem, os que querem emigrar pretendem outro mundo, onde possam ter acesso a bens de consumo e ao estilo de vida das cidades. Querem também libertar-se das tarefas e imposições da comunidade, como a proibição de bebidas alcoólicas. Procuram outro destino: terem “liberdade de movimentos”; “verem outros lugares”; viverem a “aventura do migrante” e deixarem para trás a imagem de “desertor” que lhes pretendem colar. Pretendem refazer a vida. Este é, entre outros, o caso das jovens que são mães solteiras ou separadas: saírem pode permitir-lhes reconstituírem uma vida pessoal e afetiva. A emigração aparece, assim, como a possibilidade de uma vida pessoal num mundo aberto, em contraposição ao universo fechado e impositivo da comunidade zapatista.

Este balanço, em particular o ponto sobre a emigração, torna mais nítidos os contornos do projeto zapatista. Seriam assim as comunidades camponesas, fechadas, com economias de pequena escala, assegurando a sobrevivência das famílias com um nível de vida modesto, mas digno, que permitiriam construir espaços autogovernados, ainda que sob tutela, e libertos da ordem neoliberal que hoje comanda o planeta.

Seria um mundo novo a erguer desde baixo, assente numa estrutura

socioeconómica camponesa e fechada, o que não parece compatível com o contexto do Movimento Zapatista: as explorações camponesas não são hegemónicas no país e estão mesmo rodeadas por um mundo aberto, economicamente poderoso e relativamente ao qual é difícil manter barreiras, como o ilustra a emigração²².

É neste quadro que, nestas comunidades, emerge o confronto entre a paixão dos que se empenham na defesa de um mundo pela ideologia e pela opção política, e os interesses dos que privilegiam o aproveitamento das oportunidades e esperam melhorar as condições materiais do seu quotidiano e ter um modo de vida mais livre. A prazo, num mundo aberto, é difícil manter, em democracia – sem qualquer tutela – a preponderância da paixão sobre a relevância dos interesses²³. Esta constatação impõe limites ao projeto zapatista, dificilmente exportável e, no caso mexicano, com um futuro incerto.

Vía Campesina

A Vía Campesina é um movimento internacional, fundado em 1993, que agrupa associações de camponeses e de agricultores de grandes zonas do planeta, escala a que se reivindica como a voz social e política das gentes da agricultura e do mundo rural.

Assim, enquanto os projetos do MST e do Zapatismo estão enraizados regional e localmente e associam os objetivos a alcançar a um modelo determinado de estrutura socioeconómica, a perspectiva da Vía Campesina tem outro âmbito: é global, política e contra-hegemónica. Parte da constatação de que não basta opor aos que configuram e comandam a atual ordem mundial – o Império, na nomenclatura de Hardt e Negri (2000) – “um projeto visando uma autonomia local e limitada” A resistência e ofensiva têm de ser construídas à escala global: “A mundialização deve ser confrontada com uma contra mundialização. O Império com um contra-Império”²⁴.

A Vía Campesina adere, de modo explícito, a esta perspectiva, reconhecendo que os camponeses são afetados pelos efeitos da “marginalização e destruição”, impostos pelos “grandes interesses económicos”²⁵. O que está em causa são, “de um lado, as forças da globalização económica empenhadas em destruir a diversidade e em hegemonizar e instaurar à escala do planeta uma economia e uma cultura

únicas (...). Do outro lado, as forças contestatárias afirmam a diferença e defendem a diversidade”²⁶.

Com esta posição, para a Vía Campesina, o projeto camponês passa por uma alternativa que reconcilie, à escala do planeta, a produção com a natureza e que imponha a soberania alimentar, ou seja, torne a alimentação uma realidade local e regional, e não um amplo negócio, desterritorializado, totalmente mercantil e global, controlado pelo grande capital. O campesinato seria o sujeito desta transformação que permitiria ir construindo uma nova ordem desde baixo: “Hoje, a verdadeira resistência à engrenagem neoliberal globalizada deve construir desde a base um projeto alternativo de gestão dos recursos naturais, de uso da ciência e da tecnologia, da democracia local, da produção e dos mercados, da saúde e da alimentação, da administração, da educação e da cultura”²⁷.

É em torno desta perspetiva que a Vía Campesina pretende congrega os agricultores que sofrem as consequências dos avanços do grande capital agroindustrial. O universo destes agricultores não é restringido pela geografia, nem pelas condições socioeconómicas ou tecnológicas, nem pela designação profissional. Assim, tanto no Norte como no Sul, há famílias agricultoras atingidas pela mundialização. Constata-se ainda que estes efeitos atingem unidades de pequena dimensão, com tecnologias rudimentares e níveis de vida muito baixos, bem como explorações modernizadas tecnologicamente, com peso económico, prósperas e recebendo vultosos subsídios, como é o caso da Europa. Como é evidente, esta heterogeneidade compromete a ampla unidade preconizada pela Vía Campesina.

Também não parece fácil encaminhar o outro pilar do projeto: a soberania alimentar. Ou seja, o direito de cada povo a alimentar-se do que produz, com base numa economia agrícola hegemónizada pelos camponeses. Estes estão hoje expostos ao mercado mundial e, com frequência, veem chegar às suas aldeias alimentos importados e vendidos a preços mais baixos do que aqueles a que conseguem produzir.

A soberania alimentar poderia assegurar-lhes um mercado, rural e urbano, onde venderiam sem competir com alimentos importados e produzidos pela grande agricultura industrializada. Foi, de qualquer modo, com esta agricultura que se tornou possível uma descida muito acentuada dos preços agrícolas, desde os anos sessenta do século passado.

Isto significa que, para impor a soberania alimentar, não bastaria vencer os poderosos interesses do grande capital agroalimentar. Seria

necessário, também, convencer os consumidores das suas vantagens, para a defesa dos camponeses e da natureza. A preocupação com o meio ambiente parece, no entanto, não ser agora exclusiva dos camponeses como evidencia a crescente tendência da grande agricultura para o seu enverdecimento, como uma necessidade para ser socialmente aceite.

Defender os camponeses seria, de qualquer modo, uma opção de cidadania, mas as escolhas dos consumidores dissociam-se, em geral, em cada pessoa, do seu ideário como cidadão²⁸. A ambição da perspectiva global da Vía Campesina aparece, assim, fragilizada.

Os projetos e as opções

Nos pontos anteriores, evidenciaram-se as dificuldades – ou mesmo impossibilidade – de os camponeses, enquanto tal, se afirmarem como sujeito do seu próprio destino. O MST e o Zapatismo não conseguem impor-se como modelo a seguir, mesmo nos contextos onde estão implantados. Na Vía Campesina os objetivos aparecem comprometidos, demasiado longínquos e desenraizados das aspirações e lutas concretas, e quotidianas, da generalidade dos pequenos agricultores, a nível local e regional.

As vias possíveis dos camponeses têm vindo a ser outras: sair, emigrar; procurar sobreviver na própria aldeia. A primeira tanto engloba os que saem silenciosos para a periferia da cidade mais próxima, como os que vão para longe, procurando em novos mundos vidas diferentes e melhores. Imaginam as terras para onde vão com as cores da sua própria esperança. O desacerto é frequente, por vezes violento e transmitido pelos que tinham ido antes, mas não trava a ambição de deixar aldeias e terras, e de procurar outros caminhos. Foi o que fizeram, e fazem, muitos milhões de camponeses.

A segunda via é a dos que continuam camponeses. Nesta opção, ou inevitabilidade, há situações muito diferentes. A dos que, ainda que a níveis muito distintos, têm as suas economias asseguradas ou complementadas por transferências do Estado – sejam os generosos subsídios atribuídos aos ditos novos camponeses europeus, sejam os beneficiários do programa Bolsa Família, no Brasil. Há também os que procuram vingar no mercado (produtos agrícolas, trabalho e/ou outras atividades) e, ainda, os que

apenas ambicionam escapar à pobreza. Os segundos são a grande maioria, mas, relativamente ao primeiro grupo, há que ter alguma precaução. Num trabalho recente, centrado na África Subsaariana, conclui-se, analisando o que muitos estudos têm evidenciado, que “os agricultores modernizados que controlam progressivamente a produção agrícola não provêm (como nos casos europeus) da ascensão de determinados estratos de pequenos agricultores, mas são maioritariamente ‘novos atores’ que se introduzem no negócio agrário, enquanto a massa de pequenos agricultores se mantém empobrecida e com poucas expectativas de dinamismo interno”²⁹.

É uma constatação que reforça a argumentação dos que defendem que, para os camponeses, o objetivo não é a modernização tecnológica, mas fortalecer as suas capacidades endógenas, e garantir a todos um modo de vida simples, mas digno e capaz de permitir a conquista da cidadania e assegurar uma presença política efetiva na sociedade³⁰. Este é, no entanto, um percurso difícil e que se tem revelado inoperante: do lado da economia, pela situação débil em que se encontram, agravada pela exposição inclemente ao mercado mundial e pela debilidade e inconsequência de muitas das políticas agrícolas nacionais; do lado da cidadania e da política, pelo controlo a que ainda estão sujeitas muitas comunidades camponesas.

São explorações agrícolas e territórios que, em larga medida, sobram da economia globalizada. As famílias mantêm-se na terra pela impossibilidade de qualquer alternativa³¹. São vidas subalternas e precárias, sem voz política, que procuram, cada dia, uma saída – efémera que seja – para sobreviverem e que, como todos, continuam a sonhar com novos futuros, cujos contornos dependem de como as mulheres e os homens o vislumbram. Ou seja, como, entre a experiência e a expectativa, selecionam e organizam o que lhes parece possível, em cada momento³². Aderem a uma via, ou abandonam-na, como se notou a propósito do MST e do Movimento Zapatista, conforme lhes parece mais favorável. Procuram o seu caminho, não se sentem obrigados a aderir, ou permanecer, ao/no lugar que outros lhes traçam, mesmo que nalgum período, esse tenha sido uma boa opção. Recusam ser, na expressão de Souza Martins³³, “o camponês no projeto dos outros” mas, todo o seu percurso está também longe de um (inexistente) projeto camponês, viável e atuante.

NOTAS

- 1 - Grybowski, C., *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais nos campos*, Petrópolis, 1987.
- 2 - Stédile, J. e Beto, F., *A luta pela terra*, 1996.
- 3 - Cf. Kageyama, A., A questão agrária no Brasil. Interpretações clássicas, *Reforma Agrária*, 23 (3), 1993, pp. 5-16.
- 4 - Medeiros, L., *História dos movimentos sociais nos campos*, Rio de Janeiro, 1989.
- 5 - Graziano da Silva, J., *A questão agrária*, São Paulo, 1983, e, do mesmo autor, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Campinas, 1996.
- 6 - Kageyama, A., *Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional*, Campinas, 1986.
- 7 - Cf. Aretio-Aurtena, B., *Microhistoria del Movimiento de los Sin Tierra*, 2 vols., Cidade Real, 2016 e Fernandes, B., *A formação do ST no Brasil*, Petrópolis, 2000.
- 8 - Navarro, Z., Treze teses para entender o MST, *Folha de São Paulo*.
- 9 - Aretio-Aurtena, B., *Ob. cit.*, p.135.
- 10 - Herrera, R., *Os avanços revolucionários na América Latina*, Lisboa, 2010.
- 11 - Martins, J., *A política do Brasil lúpen e místico*, São Paulo, 2010, pp. 9 e 216.
- 12 - Singer, A., *Os sentidos do lulismo*, São Paulo, 2012.
- 13 - Navarro, Z., Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais nos campos. O MST e a Reforma Agrária, *Perspectiva*, 11 (2), 1997, pp. 90.
- 14 - Carvalho, H., A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada, em B. Santos (org.), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Porto, 2004, pp. 197-219.
- 15 - Cassel, G., Apresentação, em C. Árabe, *A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento*, Brasília, 2008.
- 16 - Coussef, F., Em Chiapas a revolução persiste, *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), Junho 2017.
- 17 - Baronnet, B., Introducción, em Baronnet, B. et al., *Luchas “muy otras”. Zapatismo y la autonomía en las comunidades indígenas de México*, México, 2011, p.30.
- 18 - *Idem*, p. 25.
- 19 - Stalher-Sholk, R., Autonomia y economía política de resistência en las Cañadas de Ocosingo, em B. Baronnet, *Ob. cit.*, p. 441.
- 20 - *Idem*, p. 433-435.
- 21 - Sobre o tema da emigração cf. Moreschi, A., Entre el “sueño zapatista” y el “sueño americano”. La migración a Estados Unidos vista desde las comunidades zapatistas, *Mygración y Desarrollo*, 13, 2009, pp.79-95.
- 22 - Cf. de Saavedra, M. : Los conflictos internos del zapatismo en las Cañadas Tojolabalas de la selva Lacandona, *Sociológica* n° 63, 2007, pp. 177-209; The “armed

community in rebellion” in the Tojolab’al Cañadas, Chiaoas (1988-1996), *Journal of Peasant Studies*, 32 (3-4), 2007, pp. 417-449; Desmitificar al zapatismo, *Replicante*, 10 de Março 2011; 20 años de zapatismo, *El País*, 1 de Março 2014. Ver também Toledo, V., El zapatismo rebasado. Sustentabilidad, resistências indígenas y neoliberalismo, *La Jornada*.

23 - Hirschman, H., *As paixões e os interesses*, Lisboa, 1997.

24 - Hardt, M. e Negri, A., *L’Empire*, Paris, 2000, p. 259.

25 - Alegria, R. e Nicholson, P., Avant-propos, em *Vía Campesina. Une alternative à la mondialisation neoliberal*, Genebra, 2002, p. 5-6.

26 - Desmarais, A., *Vía Campesina. Une réponse paysanne à la crise alimentaire*, Montreal, 2008.

27 - Toledo, V., *Ob. cit.*.

28 - Reich, R., *Supercapitalisme*, Paris, 2008.

29 - Arnalte, E., Pequeña agricultura y vías de salida de la pobreza rural: el caso de África subsariana, em Jorge, R. (org.), *Pequena agricultura e desenvolvimento rural*, Castro Verde, 2018.

30 - Cf.: Sen, A., *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, 2000; Rahnama, M., *Quand la misère chasse la pauvreté*, Arles, 2003.

31 - Cf., por exemplo, o caso da Tunisia em Jouili, M., *Ajustement structurel, mondialisation et agriculture familiale en Tunisie*, Montpellier, 2008.

32 - Godinho, P., *O futuro é para sempre*, Lisboa, 2017.

33 - Martins, J., *Os camponeses e a política no Brasil*, Petrópolis, 1983, p. 81.

CHAYANOV, UM PROJETO CAMPONÊS

A proposta de Chayanov para a constituição de uma República Camponesa – que em seguida se vai analisar – é, seguramente, o contributo mais esclarecedor sobre as condições que exigiria um projeto camponês. Os trabalhos em que a proposta se alicerçou foram publicados nos anos vinte do século passado, tendo como pano de fundo a vitalidade do movimento camponês russo, bem evidenciada em 1905 e depois de 1917, e um vasto labor de economistas agrários sobre as aldeias e a agricultura russas.

Chayanov formulou o seu projeto apoiando-se nesta documentação e na consistência e determinação camponesas. Procurou evidenciar a possibilidade da Rússia tomar, em relação ao mundo camponês, um rumo diferente do que decorria da aplicação do modelo socialista e que superasse também as limitações de outras tentativas camponesas que foram sempre iniciativas fugazes e que se mantiveram arredadas do Estado, das grandes cidades e dos recursos não agrícolas.

Alexander Chayanov

Alexander Chayanov foi um agrónomo e economista agrário que dedicou a vida ao estudo e defesa dos camponeses. Nasceu em Moscovo, em 1888 e formou-se na Academia Agrícola Timirjazev, onde veio a ser professor a partir de 1918. Intelectual brilhante, escreveu também textos de ficção e de história de arte. A sua vida acompanhou, de algum modo, a vida dos camponeses russos, nas primeiras décadas

do século XX. Publicou as suas obras mais marcantes nos anos vinte, que depois de 1917, constituíram o período mais favorável para as economias camponesas. Viria a ser preso em 1930, com o arranque da coletivização na União Soviética, e, depois, deportado para o Kazakistão, onde foi executado no dia 20 de Março de 1939¹.

Autor de uma obra muito vasta, analisou, nos seus principais trabalhos, a economia familiar e aprofundou a análise das vias que possibilitariam a sua integração, de modo autónomo, nos sistemas económicos. São estudos de onde ressaltam elementos para a defesa dos camponeses, como um sujeito social, político e económico. Escreveu, também, um pequeno livro onde emergem os contornos políticos do seu projeto camponês, que intitulou como uma utopia, mas que enraizava na necessidade que sentia, e na possibilidade que defendia, de os camponeses terem o seu próprio destino.

O que se segue é uma apresentação dos elementos que, na obra de Chayanov, se podem articular como configurando o que se pode designar como sendo o seu projeto camponês. É, de qualquer modo, apenas um esboço.

A identidade camponesa

Chayanov insistiu no reconhecimento da identidade dos camponeses². Estes não tinham duas almas, como pretendia a leitura marxista, nem se dividiam entre viáveis e inviáveis, como defendia a economia agrária tradicional. Na época, este posicionamento divergia radicalmente das concepções então prevalecentes.

O tema das duas almas tinha sido claramente explicitado por Marx: “O camponês ou o artesão independente estão divididos em duas pessoas”: como possuidores de meios de produção são capitalistas, como trabalhadores são os seus próprios assalariados. Conforme preveja a posse ou a perda dos meios de produção, assim se tornam num capitalista ou num assalariado³.

Esta herança de Marx marcou decisivamente a sua posteridade, como mostram as análises dos autores desta corrente. Kautsky, na sua célebre “A questão agrária”, copia a formulação: “Duas almas convivem no íntimo do pequeno agricultor: a do proprietário e a do proletário”⁴.

Lenine viria a indicar que o pequeno produtor, mesmo recorrendo apenas a trabalho familiar, como “produtor de mercadorias” é um “antagonista do proletariado”, “um pequeno burguês”⁵. Todos estes enunciados fizeram depois o seu caminho no movimento comunista e impregnaram a sua visão sobre os camponeses. Em Portugal, foram retomados por Cunhal, nos seus escritos sobre a agricultura e o mundo rural⁶.

Paralelamente à rejeição da “fictícia dupla natureza do camponês”⁷, Chayanov distanciou-se também da avaliação das economias familiares como viáveis ou inviáveis, decorrente da aplicação das categorias da economia capitalista aos camponeses. Rejeitava a contabilização individualizada, dos juros dos capitais próprios e da renda dos terrenos que eram propriedade do cultivador. Não aceitava, também, a norma de valorizar o custo da mão-de-obra familiar aos preços do mercado de trabalho. Afastava-se, assim, dos procedimentos da economia agrária vinculada à economia capitalista. Um dos mais destacados autores desta escola, na primeira metade do século passado, foi Ernest Laur⁸, que veio a ter uma influência acentuada em Portugal⁹ e com quem Chayanov estabeleceu um intercâmbio intelectual.

Aos procedimentos antes referidos, Chayanov contrapunha que a família camponesa visava um rendimento único e indivisível, resultante do trabalho e da utilização do que era seu (eventualmente, terra e capital). Como adiante se refere, o que determinava a fixação deste montante era uma avaliação subjetiva da própria família e não dependia da valorização dos recursos próprios e do trabalho familiar. Podia mesmo ocorrer, como acontecia – e ainda acontece – que subtraindo o resultado desta valorização e dos encargos efetivamente verificados (compras no mercado, pagamentos em géneros,...) ao produto obtido, se obtivesse uma diferença negativa. Esta circunstância, muito frequente, não impedia, no entanto, a continuidade do labor da família desde que esta, na sua avaliação subjetiva, considerasse aceitável o rendimento, único e indivisível, obtido.

Esta era, e é, de resto, a situação de muitas unidades familiares que a aplicação das categorias da economia capitalista indicava como sendo inviáveis, mas que persistiram durante décadas¹⁰. A aplicação destas categorias veio, no entanto, a pautar as decisões políticas que foram sendo tomadas para favorecer a sobrevivência ou eliminação

das unidades familiares na economia capitalista.

Para além do reconhecimento da especificidade das economias familiares, Chayanov defendia o campesinato como sujeito social e político. Esta posição é o fulcro do seu projeto camponês e também colide com os pressupostos e análises, tanto da conceção marxista, como da prática capitalista.

A este propósito, Marx, com o seu conhecido diagnóstico de 1852, deixou um rasto inamovível na tradição socialista. Por um lado, concluía que os camponeses “não se podem representar a si próprios, eles devem ser representados. Os seus representantes devem ao mesmo tempo aparecer-lhes como os seus senhores, com uma autoridade superior, com um poder governamental absoluto, que os proteja contra as outras classes e lhes envie do alto a chuva e o bom tempo”. Por outro, considerava que não existia, entre os camponeses, “nenhuma comunidade, nenhuma ligação nacional, nem nenhuma organização política”, pois, no seu conjunto, “eram uma simples adição de grandezas do mesmo nome, aproximadamente como um saco cheio de batatas forma um saco de batatas”¹¹. É uma perspetiva que escamoteia a dimensão do campesinato como uma civilização, como um modo de vida e com as suas próprias culturas. Esta miopia inicial contaminou irremediavelmente a relação do movimento socialista com os camponeses.

O projeto de Chayanov separa-se também das formas de dominação sobre os camponeses que prevaleceram nos regimes capitalistas. Estes, para as manterem, não hesitaram, por vezes, em recorrer a processos radicais. Assim, ainda nos anos setenta do século passado, em França, um destacado e combativo dirigente sindical agrícola de um sector que tinha dificuldades em inserir-se no processo de absorção capitalista, evidenciava, com amargura, a submissão dos camponeses, analisando o isolamento dos seus modos de trabalho, as sociabilidades nas suas comunidades, e as influências tradicionalistas dos notáveis locais e dos padres. Acrescentava, ainda, que para além da lisonja que os partidos políticos, de raiz urbana, lhes dedicavam nos períodos eleitorais, os camponeses pressentiam que “ninguém tinha necessidade do seu concurso, do seu contributo cultural, para construir um mundo novo”. Apenas lhes restava a “adesão profunda” ao sistema organizado verticalmente, em que viviam¹².

A história do campesinato, como é bem conhecido, não é, no entanto, apenas o registo da submissão. De qualquer modo, como mostraram autores como Mendras¹³ e, em particular, Wolf¹⁴, as revoltas camponesas têm dificuldade em se relacionar com o Estado. Wolf, conclui mesmo que o triunfo camponês quando aconteceu revelou-se efêmero e não passou pelo Estado, nem pelas cidades onde se concentravam os órgãos de poder. O projeto de que estes movimentos eram portadores distanciava-se do manejo da ordem estatal. “A utopia camponesa”, assim lhe chamou Wolf “é a aldeia livre, desembaraçada de coletores de impostos, de recrutadores de mão-de-obra, de grandes proprietários, de funcionários”¹⁵.

O projeto de Chayanov, além de integrar a especificidade da economia familiar, pretende uma ordem estatal camponesa.

A economia familiar e a cooperação

A base económica do projeto de Chayanov assenta na identificação de diferentes sistemas económicos¹⁶, cada um deles exigindo a elaboração do seu próprio corpo de teoria, incluindo as categorias necessárias para a compreensão do seu funcionamento, bem como da lógica dos seus agentes. Afastava, assim, a existência de uma teoria económica e aplicável de modo generalizado. Explicitava-o, com clareza, indicando que “temos de aceitar como indiscutível o facto da forma capitalista atual da economia representar apenas um caso particular da vida económica”, que “não pode e não deve ser estendida a outras formas de organização da vida económica”¹⁷. Chayanov referia-se, mesmo, a vários sistemas económicos dos quais, na apreciação de Thorner¹⁸, se podem reter sobretudo quatro: capitalismo, escravagismo, comunismo e economia familiar. Foi a este último que dedicou a maior parte do seu labor, tendo mesmo procurado esboçar alguns dos eixos do que poderia ser uma economia nacional hegemonzada pela economia familiar.

Desenvolveu, de qualquer modo, com profundidade, a análise da unidade base do sistema da economia familiar. Fê-lo, apoiando-se nos materiais empíricos de que dispunha para numerosas regiões da Rússia. Vão apresentar-se três das principais dimensões do seu

trabalho: a economia da unidade familiar, o ciclo de vida da família e a relevância da cooperação.

O primeiro destes pontos implica uma clarificação inicial: o objetivo era elaborar uma “teoria da atividade econômica da força de trabalho familiar e não uma teoria da organização da produção”¹⁹. Ou seja, analisar os critérios e prioridades do trabalho familiar, na agricultura e fora dela, e não o estudo econômico da produção agrícola.

Com esta orientação, mostrou, como antes se referiu, que a família visa um rendimento único, proveniente do seu trabalho e da utilização de recursos próprios. O critério que determina, em cada contexto, o montante deste rendimento decorre da avaliação subjetiva da família, da relação entre o trabalho despendido e os proventos obtidos. Ou, de modo mais preciso, da avaliação subjetiva “das fadigas do desgaste do trabalho marginal” relativamente à da “utilidade marginal do produto obtido com esta força de trabalho”²⁰. Como salienta Chayanov, esta avaliação é indissociável dos “processos subconscientes e intuitivos do momento em que é realizada”²¹. Ou seja, esta avaliação está também associada aos fatores que a influenciam no contexto em que ocorre.

O primeiro destes fatores, que se aborda no próximo ponto, é a pressão do consumo da própria família, condicionada pelo ciclo demográfico da unidade doméstica. Sendo que esta pressão está também ligada às influências culturais e às próprias sociabilidades da família²².

São também muito relevantes, do lado da obtenção do rendimento, as condições de produção e os meios de trabalho, pelo modo como limitam ou favorecem a produtividade do trabalho²³.

No entanto, para Chayanov, o fator que mais condiciona a economia da família e a organização das suas atividades, é o grau de relação com o mercado²⁴. Quando esta se alarga e se torna mais intensa, as opções da família vão no sentido de procurar as melhores oportunidades de trabalho fora da exploração agrícola e mesmo de reorganizar o aproveitamento desta, procurando rentabilizá-la em termos de mercado e só mantendo arredado da influência deste algum “elemento de produção insubstituível por razões técnicas”²⁵.

A referência a estes fatores, nomeadamente ao mercado, permite realçar que não se considera a economia familiar separada do mundo, ignorando as dinâmicas do contexto em que se situa. Esta foi uma

crítica frequente, ao argumentar-se que, na concepção de Chayanov a economia familiar era analisada sem tomar em consideração o seu exterior.

Complementando a sua análise da economia das unidades familiares, uma das grandes preocupações de Chayanov foi o estudo e defesa da cooperação²⁶, pois reconhecia que havia sectores em que operar a maior dimensão era favorável, dado os efeitos das economias de escala que poderiam tornar mais vantajoso vender e comprar em conjunto, bem como utilizar equipamentos de maior vulto.

O objetivo era manter, nomeadamente, as produções mais intensivas, em unidades familiares e promover uma integração vertical na mecanização e comercialização. Esta seria concretizada através da cooperação. Chayanov propunha, de resto, o envolvimento da produção agrícola por uma rede diversificada e estruturada de cooperativas que, além dos sectores já mencionados, poderia abranger o crédito, seguros e agroindústria. Acrescentava, ainda, que a inserção das pequenas explorações numa integração vertical iria obrigá-las a melhorar as suas técnicas e a aperfeiçoar os sistemas de cultivo, de modo a poderem responder às exigências “da procura do mercado mundial”²⁷.

Para além destas considerações económicas e técnicas, argumentava também, que a cooperação iria permitir aos pequenos agricultores o controlo democrático, desde a base, das instituições que enquadravam a sua atividade.

A diferenciação

O segundo ponto é sobre a diferenciação das unidades familiares. Para Chayanov, o consumo e o trabalho familiar contribuem decisivamente para explicar o volume da atividade económica da família²⁸. O primeiro pressionando a satisfação das necessidades do agregado familiar; o segundo, como o fator de que depende o desenvolvimento das atividades da família. Esta formulação implica aceitar o pressuposto de que não há outros fatores limitantes, nomeadamente a terra, ou seja, a família pode sempre ajustar a área que cultiva ao trabalho disponível.

A esta formulação, Chayanov acrescenta alguns esclarecimentos. Assim, mostra como ao longo do ciclo de vida da família, se vai alterando a relação entre a pressão do consumo do agregado doméstico (número de unidades de consumo) e o trabalho disponível (número de unidades de trabalho). Explicita, a este propósito, as diferenças do nível de consumo em cada fase da família, dadas as variações existentes, neste aspeto, entre crianças, jovens, adultos e idosos. Refere, ainda, o impacte que podem ter na produtividade fatores como a qualidade do trabalho (qualificação, intensidade, ...) e os meios de trabalho, bem como as condições naturais de produção. É, de qualquer modo, uma formulação que se centra no fulcro da dedução de Chayanov: “a unidade económica camponesa, em condições análogas às da sociedade russa, varia constantemente o seu volume [de atividade económica] ao longo de décadas de acordo com as fases do desenvolvimento familiar”²⁹. A referência à realidade russa remete, em particular, para o facto da terra não ser um fator limitante, dada a possibilidade de acesso a terras comunitárias.

A relevância desta dedução decorre, ainda, das suas implicações sociais e políticas: as diferenças verificadas entre as unidades familiares não são estruturais, mas devem-se principalmente ao facto de se encontrarem em fases diferentes do ciclo de vida, que todas percorrem.

Para os marxistas – académicos³⁰ e políticos – pelo contrário, verificava-se uma nítida diferenciação estrutural associada à relação com o mercado. Trabalhos de Lenine³¹, anteriores à Revolução de 1917, tinham evidenciado – na sua perspetiva – uma profunda diferenciação estrutural entre os camponeses, a qual teria implicações diretas nas posições políticas e ideológicas dos diferentes estratos das unidades familiares.

Em Março de 1919, Lenine retomava este tema e defendia a urgência de considerar “a diferenciação dos elementos proletários e semiproletários nos campos, [e] a sua união com o proletariado das cidades tendo em vista lutar contra a burguesia rural”, onde incluía as camadas mais favorecidas do campesinato. Era, nesta data, a defesa da etapa socialista da revolução, a qual se distinguia do que ocorreria em Outubro de 1917, momento em que o contexto era outro: “tomámos o poder com o campesinato no seu conjunto. Era uma revolução

burguesa pelo que a luta de classes no campo ainda não se tinha iniciado”³².

Para além das diferenças entre estas duas concepções, a que põe ênfase na homogeneidade estrutural do campesinato foi alvo, nas últimas décadas, de numerosas verificações científicas. De resto, o próprio Chayanov concordou, no seu tempo, com algumas críticas que sublinhavam a difícil generalização das suas conclusões para contextos diferentes do da Rússia³³. Adiantou, ainda, que a família só determina a dimensão da exploração de um modo geral e que “em nenhum momento particular é o único determinante”³⁴.

Das avaliações posteriores, destaca-se a de Shanin, que estudou de modo exaustivo a mobilidade do campesinato russo³⁵. A sua conclusão é taxativa: a formulação de Chayanov, tratada “de uma forma rigorosa e em termos matemáticos, não foi comprovada pela maioria dos dados disponíveis da Rússia do princípio do século [XX] nem das ‘sociedades em desenvolvimento’”³⁶.

Uma outra avaliação, também apoiada em estudos dedicados aos camponeses russos, entre 1880 e 1930, e a países em vias de desenvolvimento, é mais ambivalente: “os resultados foram muito diferentes segundo o contexto estudado, o modelo adaptado e a amostra selecionada”³⁷.

De qualquer modo, como adiante se nota, a não diferenciação estrutural era um elemento essencial do projeto de Chayanov, que o viria a acautelar de modo normativo, ou seja, impondo-o por via política. Mostrava, assim, algum ceticismo com os resultados que obtivera sobre o ciclo de vida da família.

A República Camponesa da Rússia

Em 1920, Chayanov publicou, com um pseudónimo – Ivan Kremniov – um livro intitulado *A viagem do meu irmão Alexis ao país da utopia camponesa*³⁸. A personagem central da narrativa é Alexis Kremniov. Adormecera na Moscovo bolchevique, numa noite dos últimos meses de 1921, depois de ter lido umas páginas de Herzen escritas em meados do século XIX: “o socialismo ocupará o lugar do conservadorismo atual e será vencido pela revolução a vir, de nós

desconhecida”. Viria a acordar na República Camponesa da Rússia, acolhido pela família de Alexis Minine, que, por um conjunto furtivo de circunstâncias, o tomou por Charlie Man, um visitante americano.

A transformação da Rússia bolchevique na República Camponesa tornara-se inevitável desde 1932, quando o campesinato conseguira a maioria absoluta no renovado congresso dos soviets. Depois, num percurso com os seus percalços, a nova República fora-se constituindo como uma democracia tolerante e descentralizada, que aceitava como critério supremo “o enriquecimento do conteúdo da vida dos homens e a plenitude da vida humana”. Os estímulos que explicavam o percurso desta sociedade, eram, nas palavras de Alexis Minine, “as centelhas do fogo prometeano da criação”.

Este livro de Chayanov foi editado num período em que o poder bolchevique proclamava, de modo explícito, a rutura com o campesinato e a necessidade imperiosa de submeter as suas estruturas e instituições. Ou seja, quando depois do apoio bolchevique ao levantamento camponês de 1917 se passou, desde 1918, à recolha de alimentos nas aldeias, pela força. “De sujeito do movimento revolucionário de 1917, o campesinato tornava-se objeto de uma política agrária vinda das cidades”³⁹.

O texto de Chayanov é editado no contexto desta rutura. Na introdução da primeira edição, assinada pelo então diretor das Edições do Estado, *A viagem* era classificada como uma teoria do socialismo camponês, obra de um opositor. A edição justificava-se, na opinião deste diretor, porque o seu autor “diz sinceramente em que acredita e o que deseja, e isto dá à sua *Utopia* um interesse indiscutível. Publicamo-la para que cada operário e mais particularmente cada camponês (...) saibam como desenham o futuro os que não pensam como nós”⁴⁰.

Esta avaliação inicial – “obra de um opositor” – acompanhou o percurso do livro nos anos que se seguiram. No final dos anos vinte, quando Chayanov começou a ser perseguido, os seus detratores apontavam *A viagem* como “um manifesto kulak” ou uma “utopia kulak”⁴¹. Era um texto incómodo na Rússia dos anos vinte e Chayanov cedo começou a senti-lo. Em cartas que escreveu, nestes anos, afirmava mesmo que tinha como mais prudente não se identificar como seu autor: “Bani a Utopia raramente revelei o pseudónimo”⁴².

Estes receios não eram infundados. Quando, no início da década

de trinta, foi preso e começou o processo que conduziu à sua execução, um dos argumentos dos acusadores foi o Partido dos Trabalhadores do Campo, que tinha imaginado no livro⁴³.

Neste – voltando agora ao seu conteúdo – Chayanov recusava explicitamente que a transformação da sociedade pudesse decorrer de uma ideia que ignorasse a realidade. Avaliava, assim, como anárquico o período, de 1917 até ao triunfo da República Camponesa, em que os “ideólogos da classe operária realizaram sobre a terra os seus ideais, pelos seus métodos do iluminismo esclarecido”. Paralelamente, notava que “o socialismo foi concebido como a antítese do capitalismo” pelo que não podia conceber o sistema ideal “senão como negação do sistema prevalecente”. E acrescentava: “o operário, que era assalariado, introduziu para construir a sua ideologia o assalariamento como credo do sistema futuro e criou um sistema económico no qual todos eram executantes e onde apenas alguns indivíduos isolados gozavam do direito de criar”.

Como contraposição a este sistema e à aplicação de uma ideia dissociada da realidade, Chayanov propunha um sistema económico enraizado na história da Rússia, e assente na exploração camponesa individual, em que “cada trabalhador é um criador, cada manifestação da sua individualidade uma obra prima do trabalho”.

A consolidação deste projeto, tendo como base uma democracia tolerante, exigia, para o seu autor, a resolução de “dois problemas fundamentais de organização”. O primeiro implicava a constituição de um sistema económico nacional, hegemonizado pelas unidades agrícolas familiares, mas com uma base técnica avançada e que funcionasse sem qualquer constrangimento “administrativo não económico”. O segundo passava por assegurar um elevado progresso cultural “em todos os domínios da vida”, partilhado tanto pela população urbana como rural.

Na base deste sistema, e hegemonizando-o, estavam as pequenas unidades familiares, individualizadas, em que prevalecia o trabalho manual e com dimensões em torno dos 3,3 a 4,4 hectares. A tecnologia a utilizar adaptava-se à escala destas unidades. Assim, para Chayanov, o futuro pertencia “ao pequeno trator, que se transforma numa espécie de animal doméstico, minuciosamente cuidado pelos seus próprios utilizadores”⁴⁴.

Era um sistema que funcionava com as categorias da economia familiar, cujos critérios de organização produtiva (pequena dimensão, trabalho familiar e manual, tecnologia adaptada) limitavam as possibilidades de uma diferenciação estrutural entre as unidades agrícolas familiares, ou seja, na base hegemónica do sistema⁴⁵.

A par deste panorama, Chayanov reconhecia, como antes se referiu, que nalguns sectores a grande dimensão tinha vantagens. Por este motivo, uma orientação central, na organização da vida económica da República Camponesa da Rússia, era a integração vertical das unidades familiares em poderosas cooperativas que, além das vantagens económicas e técnicas, permitiam aos camponeses – através do controlo das suas cooperativas – sobrepor-se a iniciativas da economia capitalista, cuja existência era aceite na República Camponesa, ainda que de modo residual e muito limitado pela legislação destinada a regular o trabalho assalariado.

Era também uma economia onde prevalecia um acentuado proteccionismo. De facto, ao longo de *A viagem* não se referem relações económicas com outros países. O autor da introdução de 1920 denunciava mesmo o projeto de Chayanov como a “criação de uma economia isolada num sistema fechado e cortado do mundo inteiro”⁴⁶. A propósito deste comentário convém, no entanto, notar a enraizada tradição do proteccionismo agrícola e recordar que foi com este regime aduaneiro que se modernizaram muitas das agriculturas dos países mais desenvolvidos.

Na República Camponesa, à hegemonia da agricultura ajustaram-se também as formas de povoamento. Assim, neste “éden camponês”, as grandes cidades tinham sido reorganizadas e mesmo parcialmente destruídas. Em 1984 – ano de *A Viagem* de Alexis Kremeniov – só existiam cidades de pequena dimensão e, em muitas regiões, a população espalhava-se indefinidamente pelos campos em teias contínuas de casas, hortejos e explorações agrícolas.

Os camponeses desta República reconheciam-se como herdeiros da civilização rural e aldeã, mas tinham modos de vida e tecnologias que os afastavam radicalmente do passado. A sua identidade, como camponeses, limitava-se à pequena escala na produção e ao trabalho familiar e manual.

Os limites do projeto camponês

Dos textos de Chayanov, anteriormente referidos, *A Viagem* tem um estatuto diferente de todos os outros, que são de natureza teórica e analítica. É apresentada como uma utopia, publicada num momento em que a civilização camponesa estava ameaçada pelo anúncio de uma política que se propunha dividir os camponeses entre os que poderiam ser integrados na construção do socialismo e os que eram classificados como opositores.

Comentadores⁴⁷ deste livro concordam em o reconhecer como uma proposta que, numa situação concreta, defendia o mundo camponês, sugerindo caminhos para a sua organização e fortalecimento. Alguns sublinham também que é uma “arcádia bucólica”. Esta dimensão não invalida, no entanto, que nos seus fundamentos e principais eixos se reconheçam os contornos de um “presente autêntico” que permite antever o que os camponeses poderiam querer⁴⁸.

Associando a esta proposta a argumentação e análises de outros trabalhos de Chayanov, esboça-se, com nitidez, um projeto camponês de que se vão indicar os principais elementos, com base no que se abordou nos pontos anteriores.

O primeiro é o reconhecimento dos camponeses como sujeito social, político e económico, com capacidade para hegemonizar e organizar a sociedade. Esta constatação não é seguramente estranha ao profundo conhecimento que Chayanov tinha do mundo rural e agrícola, e também à observação que pôde efetuar do levantamento dos camponeses russos em 1917, e da sua oposição determinada ao poder, desde 1918.

A autonomia e capacidade passam, no plano económico, por considerar e respeitar as lógicas específicas da agricultura familiar, não a submetendo a critérios diferentes daqueles que lhe são próprios. Ou seja, não impondo à economia camponesa iniciativas e políticas guiadas por referenciais de outros sistemas económicos.

A organização económica e social – é o terceiro elemento – assenta na hegemonia social, política e económica de explorações agrícolas de pequena dimensão, com trabalho familiar, frequentemente manual, e recorrendo a tecnologias compatíveis com a sua escala diminuta.

Esta base económica, em economia de mercado, só se mantem,

com estabilidade e continuidade, se a sua persistência for assegurada por uma regulação política que imponha a permanência das características da estrutura agrária, impedindo a concretização dos efeitos diferenciadores do mercado nas unidades agrícolas. Ou seja, este modelo tem de decorrer de uma opção política, que, em economia de mercado, fixe um modelo de estrutura agrária, que impeça a diferenciação económica numa sociedade camponesa, cuja economia, com esta restrição, deveria funcionar “sem recurso a qualquer restrição administrativa não económica”⁴⁹.

O quarto elemento refere-se à cooperação. As unidades agrícolas devem articular-se verticalmente em sectores a montante e jusante da produção, e para a utilização de equipamentos de maior envergadura, numa poderosa rede cooperativa, avançada tecnologicamente e potenciadora de produtividades elevadas.

O projeto de Chayanov, para além das limitações associadas à imperiosa rigidez da estrutura agrária, suscita questões incontornáveis para o debate sobre o lugar dos camponeses na sociedade e na economia: a relevância social, política e económica do campesinato; a especificidade da sua economia e a importância da cooperação.

NOTAS

- 1 - Kerblay, B. , Postface, em Alexander Tchayanov, *L'organisation de l'économie paysanne*, Paris, 1990, pp. 23-34. Cf. também Kerblay, B. , *Du mir aux agrovilles*, Paris, 1985, pp. 103-152.
- 2 - Neste ponto, sobre as análises e conclusões de Chayanov, seguiu-se: Chayanov, Alexander V. , *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires, 1974, 342 p.
- 3 - Marx, K. , *Théories sur la plus-value*, tomo I, Paris, 1974, p. 447.
- 4 - Kautsky, K. , *La cuestión agraria*, Madrid, 1980 [1899], p. 380.
- 5 - Lenine, V. , Nouvelles données sur les lois du développement du capitalisme dans l'agriculture, *Oeuvres*, tomo 22, Paris, 1960 [1917], p. 101.
- 6 - Cunhal, A. , *Contributos para o estudo da questão agrária*, 2 vols. , Lisboa, 1976.
- 7 - Chayanov, A. , *La organización . . .* , p. 34.
- 8 - Laur, E. , *Économie rurale*, Lausanne, 1924, e, do mesmo autor, *Comptabilité agricole*, Lausanne, 5ª edição, 1944.
- 9-9 Cf. : Lima Basto, E. , *Inquérito económico-agrícola*, 4º vol. *Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, Lisboa, 1936 ; Barros, H. , *Economia agrária*, vols I e III, Lisboa, 1944 e 1954.
- 10 - Para o caso português cf. Baptista, F. , Economia agrária e política agrária, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, 1981, pp. 72-75.
- 11 - Marx, K. , Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte, em Marx – Engels, *Oeuvres choisies*, tomo I, Moscovo, 1970, p. 498.
- 12 - Lambert, B. , *Les paysans dans la lutte des classes*, Paris, 1970, pp. 26-27. Sobre o percurso deste autor cf. Chavagne, Y. , *Bernard Lambert – 30 ans de combat paysan*, 1988.
- 13 - Mendras, H. , *Les sociétés paysannes*, Paris, 1995.
- 14 - Wolf, E. , *Les guerres paysannes du vingtième siècle*, Paris, 1974.
- 15 - *Idem*, p. 303.
- 16 - Tchayanov, A. V. , Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas, *Análise Social*, nº 46, 1976 [1924], pp. 477-502.
- 17 - *Idem*.
- 18 - Thorner, D. , Préface, em Tchayanov, A. . *L'organisation . . .* , p. 21.
- 19 - Chayanov, A. , *La organización . . .* , p. 89.
- 20 - *Idem*, p. 85.
- 21 - *Idem*, p. 92.
- 22 - *Idem*, p. 88.
- 23 - *Idem*, pp. 77, 82 e 133.
- 24 - *Idem*, p. 135.

- 25 - *Idem*, p. 142.
- 26 - Cf. Chayanov, A., *The theory of peasant co-operatives*, 1991 (1ª edição, 1919) e, do mesmo autor, *La organización . . .*
- 27 - Chayanov, A., *La organización . . .*, p. 319.
- 28 - *Idem*, p. 56.
- 29 - *Idem*, p. 67.
- 30 - Cf. Cox, T., *Peasants, class, and capitalism*, Oxford, 1986.
- 31 - Lenine, V., *Le développement du capitalisme en Russie*, Moscovo, 1969 [1899].
- 32 - Lenine, V., Le VIII Congrès du P.C.(b) R. – Rapport sur le travail à la campagne, le 23 Mars 1919, *Oeuvres choisies*, vol. 3, Moscovo, p. 230.
- 33 - Chayanov, A., *La organización . . .*, pp. 123-124.
- 34 - Chayanov, A., *Idem*, p. 67.
- 35 - Shanin, T., *La classe incómoda*, Madrid, 1983.
- 36 - Shanin, T., El mensaje de Chayanov: aclaraciones, faltas de comprensión y “la teoria del desarrollo” contemporânea, *Agricultura y Sociedad*, nº 48, 1988, p.143.
- 37 - Stanziani, A., Cajanov, Kerblay et les shestidesiatniki: une histoire globale ?, *Cahiers du monde russe*, nº 45/3-4, 2004.
- 38 - Kremniou, Alexis [Chayanov, Alexander], *Voyage de mon frère Alexis au pays de l’utopie paysanne*, Lausanne, 1976. Este ponto apoia-se neste trabalho, de onde se retiraram todas as citações que não têm outra referencia explícita.
- 39 - Linhart, R., *Lenine, les paysans*, Taylor, Paris, 1976, p. 44.
- 40 - Niqueux, M., *Postface*, em Kremniou, A., *Ob. cit.*, p. 120.
- 41 - *Idem*, p. 131.
- 42 - Cf. Bourgholtzer, F., *Aleksander Chayanov and Russian Berlin*, 1999, pp. 64-65.
- 43 - Kerblay, B., *Postface . . .*, p. 26.
- 44 - Sperotto, F., Aproximación a la vida y a la obra de Chayanov, *Agricultura y Sociedad*, nº 48, 1988, pp. 205-206.
- 45 - Apesar das suas análises sobre a diferenciação, Chayanov optou, neste texto, por impor uma restrição administrativa às suas previsíveis consequências nas dinâmicas da estrutura agrária. Ou seja, não confiou nas virtualidades da relação entre o ciclo de vida da família e a sua exploração.
- 46 - Niqueux, M., *Ob. cit.*, p. 122.
- 47 - Cf.: Niqueux, M., *Ob. cit.*; Kerblay, B., *Postface . . .*; Kerblay, B., *Du mir . . .*; Smith, R., Introduction, *Journal of Peasant Studies*, vol. 4, nº1, 1977; Funes, S., Introducción a la utopia de Chayanov, em Chayanov *et al.*, *Chayanov y la teoria de la economia campesina*, México, 1987.
- 48 - Bloch, E., *El principio esperanza*, vol. 1, Madrid, 2007, pp. 366-369.
- 49 - Chayanov, A., *La organización . . .*, p. 53.

ANGOLA. PERCURSOS CAMPONESES

Depois da guerra

Balombo (Janeiro de 1997) - Em Janeiro de 1997, a estrada que ia do Lobito para o Balombo estava ladeada, em muitos troços, por caminhões e veículos militares destruídos, nalguns casos queimados. A violência da guerra civil levava também as populações a fugirem dos lugares mais expostos aos confrontos. Alguns moradores tinham-se afastado da estrada, outros procuraram abrigo em aglomerados de maior dimensão, nomeadamente nas sedes de município.

Esta poderia ter sido a opção de alguns dos trinta agricultores que estavam numa reunião em Balombo. Num pequeno terreiro, destacava-se uma mesa, coberta por um pano vermelho, onde tomaram assento o Administrador do Município, o delegado local do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola – Partido dos Trabalhadores) e os chefes, angolano e português, da missão agrícola que visitava a região¹. De um dos lados da mesa, à esquerda dos que presidiam, estava o soba, devidamente paramentado com uma farda branca e um imponente boné de corte militar. Diante da mesa, sentados em pequenas cadeiras, alinhavam-se, em cinco filas, os agricultores. Houve discursos dos que presidiam, falou o soba e alguns dos camponeses também se exprimiram dizendo o que mais lhes faltava. Queriam poder vender os seus produtos, dispor de adubos e retomar a tração animal, que antes utilizavam. A guerra tornara-se, de facto, uma presença constante na vida das aldeias. Os episódios conturbados da independência foram depois seguidos, em especial depois de 1979, por confrontos entre

o MPLA e a UNITA (União para a Independência Total de Angola), que se tornaram mais violentos depois de 1993, ou seja, depois de cerca de dois anos de tréguas, em que se realizaram as eleições, presidencial e parlamentar, de 1992. A UNITA, que perdera ambos os atos, rejeitou os resultados e os combates foram reiniciados, em Outubro deste último ano. No final de 1994, foi assinado um novo acordo de paz, que persistiu num contexto de quase-paz² durante cerca de quatro anos.

No primeiro mês de 1997, estava-se assim num tenso interregno da guerra que iria recomeçar, com grande intensidade, no final de 1998, e que apenas terminaria em 2002. Mas deste recomeço ainda não se sabia naquele mês de Janeiro, e aqueles agricultores queriam adubo, tração animal e poder vender as suas produções. Queriam, afinal, voltar à agricultura que eles e os seus pais já tinham praticado nas últimas décadas do período colonial. Nos anos sessenta, na região do Planalto Central, onde se integra o município do Balombo, os agricultores tradicionais³ comercializavam cerca de quarenta por cento do que produziam e eram já correntes o adubo e a tração animal⁴.

A ambição do regresso a este modelo era também a vontade de ultrapassar os projetos por onde os tinham pretendido conduzir as políticas do governo do MPLA-PT, nos anos que se seguiram à independência. Assim, em 1978, o 1º Congresso do MPLA-PT preconizava que os camponeses deviam abandonar gradualmente o sistema de produção familiar e integrarem-se no “sector socialista da economia”, ou seja, em cooperativas de produção. Sendo que, neste tempo, cooperativismo era, na ação política, entendido como coletivismo. Foi uma memória que ficou, apesar das mudanças anunciadas depois de 1985, pelo MPLA.

Comunas do Bave e de Chiúmbo (Janeiro de 2004) - A comuna de Chiúmbo tem uma superfície de 875 km² e uma população de 36544 habitantes, repartida por 84 aldeias. Destas, visitámos quatro: Napica, Santarém, Cawala e Cassoteco. No plano administrativo, Chiúmbo está integrada na província do Huambo e no município de Katchiungo (Vila da Bela Vista, no período colonial). O nosso anfitrião e guia foi o administrador da comuna, Estevão Balaca, antigo funcionário do Banco de Angola em Benguela e membro da UNITA o que o levou a “viver na mata” um longo período. Foi nomeado para este posto na sequência dos acordos de Lusaka (1997), em que se previu a incorporação de homens da UNITA no aparelho

de Estado. Discreto, cauteloso, com uma boa relação com a população e, embora com a prudência de quem viveu de modo intenso e difícil as últimas décadas, parece empenhado em melhorar a situação. Esta foi uma zona muito afetada pela guerra, onde prevaleceu a presença da UNITA, de onde fugiu muita gente, uma parte da qual ainda (em Janeiro/04) continuava a regressar. Algumas aldeias chegaram a estar abandonadas. Hoje, a destruição e o descalabro socioeconómico são bem visíveis na vida da comuna. As instalações escolares são precárias ou inexistentes; o material escolar é escasso e muitos professores têm uma formação muito reduzida (3ª ou 4ª classe). A malária, sarnas, diarreias e problemas respiratórios são doenças que afetam quotidianamente uma parte elevada da população. A meningite chegou também a ser uma presença constante. As populações queixam-se que lhes faltam utensílios domésticos, roupas, cobertores e, principalmente, queixam-se da fome: a desnutrição é evidente nas aldeias. A uma população que vive da agricultura faltam, sobretudo, meios de produção (sementes, adubos, utensilagem agrícola, tração animal) que lhe permita cultivar as terras a que tem acesso.

Na comuna do Bave, o panorama é ainda mais precário. A fome e carências de todo o tipo foram mencionadas com veemência. A desnutrição e a sarna nas crianças eram ainda mais evidentes. As condições escolares eram também débeis e desadequadas, e a falta de meios de produção para a agricultura, mais grave do que em Chiúmbo. Esta comuna pertence também ao Huambo e integra-se no município de Chicala-Cholohanga (Vila Nova, no período colonial). Fomos recebidos pelo Administrador, Abel Chico, do MPLA, de 50 anos e há dois no Bave. É um homem de baixa estatura, relativamente apagado nas reuniões mais formais, mas com um contacto fácil e fluido com as comunidades rurais, às quais gosta de recordar constantemente as obras do “sr. Governador”. Relatou-nos que as populações fugiram dos territórios da comuna (605 km²) durante a guerra, pois esta era uma zona de grande confronto de onde a UNITA bombardeava a cidade do Huambo. Foi só em 1999 que as pessoas começaram a regressar e, enquanto este movimento continua, contam-se já 16 875 habitantes repartidos por 65 aldeias.

Segundo um breve “diagnóstico inicial da comuna do Bave” que nos foi entregue pelo Administrador, a agricultura é a principal atividade da população e na época colonial a comuna tinha sido um “grande centro comercial”: “contava com treze lojas comerciais a grosso e a retalho que

compravam produtos do campo e 26 fazendas (preservadas até hoje). Também tinha uma cerâmica que fabricava telhas para coberturas e todo o tipo de tijolos para construção”. Ainda segundo o “diagnóstico”, a comuna, enquanto realidade administrativa, foi fundada em 1956 com o nome de Vale do Queve, que é também o nome do principal rio que atravessa o seu território. Depois da guerra, a sede da comuna foi “reinaugurada a 11 de Novembro de 2002 depois da reconstrução de algumas estruturas sociais pelo atual governo da província”.

No Bave visitámos quatro aldeias: Sesse, Quenama, Bairro Palestina e Catete. As duas primeiras são aldeias tradicionais da região, já Catete e o Bairro Palestina evidenciam uma história diferente. Em Catete, os três núcleos de casas, num total de 32, apresentam uma traça da velha casa rural portuguesa que caracterizava os colonatos que visavam fixar agricultores portugueses em Angola. O Bairro Palestina, por seu lado, é a vertente “indígena” dos colonatos, aqui constituída por um conjunto de casas de adobe que ocupam um retângulo de 1 km x 0,5 km.

Passada a guerra, as pessoas voltaram, as aldeias procuram refazer-se. O reencontro com as casas e as terras é doloroso. Tudo falta, a fome é gritada por muitos dos que ouvimos. A situação mais dramática foi a que encontramos na aldeia de Catete. Muitos viúvos e viúvas de guerra; uma mulher ainda jovem, só, com quatro filhos, que se lamenta: “temos fome, não temos homens, há um homem para várias mulheres, temos que tomar conta sozinhas das coberturas das nossas casas”; um homem, ainda novo, alerta de modo forte e incisivo para a “necessidade de não marginalizar, mais ainda, os refugiados que também querem viver”; o enfermeiro, menos de trinta anos, formado na Jamba (antiga base da UNITA), chegou há cerca de uma semana vindo do Bailundo e manteve-se sempre num silêncio inquietante.

Nas reuniões, em cada uma das oito aldeias, os participantes estavam em círculo e de pé, e os que tomavam a palavra faziam-no com dignidade, sem mendigar dádivas mas sem escamotear a gravidade da situação. Em Quenama, um homem idoso, magro, muito apumado, frisou-o com elegância: “estamos aqui de pé e vestidos, mas por dentro estamos a tremer”.

O caos social e económico não trava, de qualquer modo, a voz das populações e o seu diagnóstico, consensual e certo, relativamente ao modo de alterar a situação atual: é necessário apoio que permita retomar

o cultivo da terra. Este foi, de facto, um tema recorrente nos encontros nas aldeias. Todas as reuniões foram muito participadas, com homens e mulheres a tomarem a palavra, quase sempre em umbundo, depois do Administrador dizer ao que vínhamos e do soba fazer uma alocação introdutória.

Os sobas são o poder local, ao nível de cada aldeia. Hoje, como no período colonial, já poucos se podem reclamar de serem herdeiros, autênticos e legítimos, do poder tradicional. Os que mantêm esta linhagem, como o soba de Quenama, gostam de o recordar e de se intitular sobas verdadeiros. Isto por contraposição aos sobas que o poder colonial e depois o MPLA escolheram, nomearam, fardaram e medalharam, com o objetivo de, em termos simples, os representarem e servirem localmente. O poder destes sobas decorre, apenas, do poder que lhes delegam o Estado ou o MPLA e não de serem representantes legítimos das comunidades, plenamente aceites pelas populações. Os catequistas e os professores, dado o seu *status* nas comunidades, têm sido mobilizados, em muitos casos, para estas funções; é a situação do nosso tradutor em Cawala.

A realidade atual do poder tradicional não lhe permite, assim, ser um elo eficaz na relação das comunidades com o exterior, nomeadamente em iniciativas que impliquem, sem coação, o envolvimento das populações.

Falta uma referência ao MPLA. A passagem do partido/Estado ao Estado, a nível local, ainda não foi devidamente assimilada pelos membros locais do MPLA. Em Napica, quando, acompanhados pelo Administrador, íamos começar a reunião com a população, surgiram dois jeeps com quadros do MPLA, alguns deles armados, que vinham “ver o que se passa” e assistir ao encontro. O Administrador convenceu-os a não o fazerem.

Em Quenama, estando o soba a falar no centro do terreiro, em tom desenvolto, sobre as carências da população, aproximou-se dele um homem ainda jovem que, discretamente, lhe murmurou qualquer coisa ao ouvido. Logo de seguida, o soba elogiou o Presidente de Angola. A cena repetiu-se com uma mulher, velha, que lamentava o estado de saúde na aldeia. O homem voltou a deslizar até ao pé da mulher e também lhe murmurou ao ouvido. Desta segunda vez gerou-se algum mal-estar na reunião. O homem era o delegado local do MPLA.

A principal dificuldade das populações, a que mais compromete o futuro imediato é, como se referiu, a falta de meios de produção que permitam aos agricultores cultivarem as terras. Sementes, adubos, utensílios

agrícolas e, se possível, tração animal são assim os principais apoios de que necessitam as populações. Apenas estes meios de produção lhes podem permitir converter em produtos o trabalho de cada família ou seja, segundo uma estimativa regional, cultivar 1,5 ha (para uma família de 5 pessoas). Com a tração animal esta área pode duplicar.

No debate com as populações sobre o modo de viabilizar o fornecimento destes meios de produção apontou-se como uma via o crédito, fornecido em natureza no princípio da campanha agrícola e pago com o produto desta. A ideia de crédito era, de imediato, familiar à população e, em quase todas as aldeias, associada à atividade desenvolvida no Planalto Central, há mais de três décadas, pela Missão de Extensão Rural de Angola que intervinha precisamente segundo este modelo. Esta memória do período colonial era, na situação atual, associada a um “tempo bom”, em que as coisas na agricultura corriam bem.

À dificuldade de produzir acrescem ainda os problemas de deslocação. Com raras exceções, as estradas de Angola, sobretudo as afastadas da faixa litoral, estão num estado de grande degradação. Fora dos grandes eixos rodoviários, o panorama também não é mais favorável. O caso da comuna do Bave é esclarecedor: as pontes sobre os cursos de água que atravessam o seu território estão todas destruídas e as estradas que se afastam um pouco da sede da comuna estão, em muitos casos, intransitáveis.

No panorama atual de Angola, os agricultores tradicionais do Planalto Central têm uma situação particularmente desfavorável. A causa principal, que por si só justifica o quadro atual, é a guerra civil que devastou a zona e afetou, em muitos casos irremediavelmente, a vida e a história pessoal de cada habitante. Desapareceu também a possibilidade, a que muitos agricultores já recorriam com frequência, de procurar um complemento de rendimento em trabalhos fora da unidade agrícola. Finalmente, os sistemas de produção praticados, já muito abertos sobre o mercado dos meios de produção, dificultaram o refluxo para sistemas mais sintonizados com a natureza e menos dependentes do exterior.

Huambo e Huíla (Janeiro 2004) - Angola vive hoje um momento de apropriação privada da terra. É mais um episódio de uma história agrícola marcada, nas últimas três décadas, pela estatização da economia e pela guerra civil.

O ano de 1992 marca o início da viragem no estatuto legal da terra. Nos anos seguintes, esta mudança foi sendo aprofundada e consolidada no plano legal, mas foi só depois da guerra civil que se criaram condições para passar à delimitação efetiva da terra apropriada, num espaço já não quotidianamente perturbado pelos conflitos da guerra.

O alvo principal desta cobiça são as antigas empresas do período colonial, em especial as unidades de maior dimensão, embora nalgumas zonas também se verifiquem avanços sobre as terras comunais, a que recorrem muitos agricultores tradicionais.

Dado que no centro deste processo está este sector empresarial, convém começar por apresentar alguns dos seus contornos. Recorre-se, para este efeito, a informação relativa a duas zonas agrícolas (delimitadas antes de 1974): Planalto Central e Terras Altas da Huíla⁵.

No Planalto Central, a agricultura tradicional ocupava 2725 mil hectares (ha), repartidos por 306 mil unidades, das quais 136 mil também utilizavam terras comunais. O sector empresarial contava 1638 explorações com uma superfície total de 526 mil ha e uma superfície agricultada de apenas 60 mil ha. Este quadro ganha, no entanto, outro relevo se se notar que 213 empresas com 500 ha ou mais, detinham 86% da superfície total e 343 unidades acima de 200 ha englobavam 93%.

Nas Terras Altas da Huíla, o sector tradicional correspondia a 75 mil ha e a 16 mil unidades. Destas, 9 mil tinham acesso a terras comunais. O sector empresarial tinha 1119 explorações com uma superfície total de 82 mil ha, mas também se registava uma concentração elevada: as 22 empresas com 500 ou mais hectares abarcavam 52% da superfície total e as 59, acima de 200 ha, 64%.

Estes números têm como origem os inquéritos realizados nos anos 60 pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, e a informação relativa ao sector tradicional tem merecido objeções fundadas de vários autores. Os dados relativos ao sector empresarial, pelo contrário, são tidos como fiáveis. Este, apesar da sua pequena dimensão relativa em termos de superfície total concentrava, sobretudo nas unidades de maior dimensão, grande capacidade produtiva e uma estrutura e equipamentos orientados para as produções destinadas ao mercado, nomeadamente à exportação. Englobava também muitas das melhores terras geralmente situadas em manchas com acessos mais fáceis ou próximas dos principais centros urbanos.

Foi precisamente sobre as unidades de maior dimensão deste sector empresarial que incidiu a estatização e é agora o que dele resta, após décadas de ineficácia e abandono, o centro da apropriação privada.

Os novos proprietários privados saem, naturalmente, do núcleo partido (MPLA)/Estado de que eram, e continuam a ser, os dirigentes e os principais beneficiários. Separam-se as esferas da política e da economia, mas em ambas encontramos a mesma gente, só que agora é ostensivamente bicéfala, uma cabeça no partido/Estado, a outra no negócio.

A hierarquia do partido/Estado repercute-se, de resto, na repartição dos bens antes estatizados. Não faltam exemplos: um governador de província detém seis fazendas que englobam mais de vinte e cinco mil ha; ao seu diretor provincial de agricultura, com escassa preparação e já no topo da sua escala de ambição política, cabe uma unidade de 500 ha. Esta tabela de correspondências entre o poder político e a repartição do património tem seguramente grandes variações e anomalias mas é útil para perceber a privatização do fundiário.

Esta repartição é também acompanhada, com frequência, pelo avanço sobre as terras utilizadas pela agricultura tradicional, o que origina muitas vezes conflitos e tensões. Registo um episódio: no dia 25 de Janeiro de 2004, pela manhã, decorria na sede da Administração da Humpata uma reunião do Administrador-adjunto com os sobas (autoridades tradicionais) do Município da Humpata. A reunião tinha sido convocada com urgência e destinava-se a acalmar a tensão causada pela apropriação de uma nascente de água por um ministro do governo de Luanda que, com interesses na zona, tinha feito avançar equipamentos pesados para destruir um casebre e consumir a ocupação da nascente que era utilizada pela população. Neste mesmo dia, pela tarde, em conversa com o Administrador-adjunto, este reconheceu a tensão e salomonicamente, na nova ordem ditada pelos bicéfalos, argumentava que, de qualquer modo, era necessário conciliar os interesses locais com as fazendas privadas já que estas são hoje o “progresso do Município”. Opinião discordante era a de Mandante Banda, herdeiro de uma autêntica linhagem de sobas, como fez questão de referir que, em português fluente, manifestou a sua revolta com a situação que correspondia a um desrespeito pela população: “no mundo há uma grande diversidade (grande/pequeno, preto/branco, rico/pobre) mas tem de se respeitar o que cada um tem”.

Do Colonato da Cela ao projeto Aldeia Nova

Nos últimos sessenta anos, as terras da Cela foram cenário de sucessivas tentativas estatais para promoverem a mutação de grupos sociais, transformando-os em agentes mais adequados à ideologia e aos objetivos das autoridades governamentais. É esta história que analisa o livro de Elisa Costa^{1a}, evidenciando, até 2006, os fracassos a que conduziram projetos que, ignorando a realidade social, procuraram impor modelos ditados pelas opções políticas, primeiro do Estado colonial e, depois, do angolano. É uma análise centrada no município da Cela onde, desde os anos cinquenta do século passado, se sucederam o Colonato da Cela, o Complexo Agro-pecuário da Cela, o Gabinete de Desenvolvimento Agro-pecuário da Cela e, por último, o Projeto Aldeia Nova.

O primeiro, o Colonato da Cela, ainda no tempo colonial, inseriu-se no objetivo de fazer de Angola um grande Portugal tropical, com os mesmos camponeses, as mesmas aldeias e o mesmo chefe. Este colonato foi a tentativa mais elaborada para o conseguir. Paralelamente às unidades familiares — cerne do projeto, e que de seguida se referem — criaram-se também algumas explorações de maior dimensão que recorriam a trabalho assalariado: as fazendas médias, a que se voltará mais adiante.

Para as aldeias, importaram-se, desde o início dos anos cinquenta, famílias agrícolas que foram instaladas em casas com uma traça similar à das colónias agrícolas que o regime de Salazar estabelecera em Portugal. A cada família atribuiu-se uma casa e cederam-se alguns hectares de terra que deveriam ser cultivados, sem assalariar população africana.

O colonato tinha mais de uma dezena de aldeias, repartidas em torno de uma vila a que foi dado o nome de Santa Comba, hoje Waku-kungo. Nela se replicaram um jardim com pelourinho e uma igreja, idênticos aos existentes em Santa Comba Dão, de onde Salazar era natural.

A Cela passou a ser, na expressão de Orlando Ribeiro, “A sala de visitas de Angola” e era pretexto para proclamações veementes: “a colonização étnica de Angola tem de se fazer, nos próximos cem anos, predominantemente pela aclimação tropical da freguesia rural da Metrópole”.

1a - Este texto é uma versão adaptada do prefácio do livro de Elisa Costa, *Cela, dos velhos paradigmas às novas dinâmicas de desenvolvimento agrícola e rural*, Castro Verde, 2013.

O fracasso do colonato não tardou a desenhar-se, como notou Mariano Feio: “Nos anos 1959 e 1960, em que visitei a Cela com mais frequência e demora, a desmoralização estava generalizada”. Por um lado, os colonos estavam submetidos a normas e procedimentos que limitavam a iniciativa e a autonomia camponesas. Por outro, dificultavam-lhes a integração no sistema colonial, impedindo-os de utilizar um dos seus fundamentos: explorar a mão-de-obra africana. Ou seja, embora importados como camponeses para um regime colonial, não podiam ser nem camponeses, nem verdadeiros colonos.

Convém ainda recordar que, para instalar o colonato, foram expulsas as populações que viviam e trabalhavam nas terras que este foi ocupar. Este apontamento é relevante porque, depois da independência de Angola e do abandono pelos colonos brancos das casas e das explorações, estas foram retomadas por populações da zona que vieram a ser envolvidas noutra tentativa de criar um novo sistema social e económico.

Assim, após a independência, a orientação do governo de Angola foi no sentido de criar estruturas económicas que permitissem melhorar as condições de produção do país e que, simultaneamente, contribuíssem para integrar as populações numa ordem socialista. No sector agrícola, esta opção destacava a criação de Complexos Agro-pecuários que, para conseguirem aqueles objetivos, deveriam promover um acentuado desenvolvimento tecnológico, nomeadamente através da motomecanização. Os camponeses, devidamente organizados em cooperativas, seriam integrados neste modelo que visava também “desarticular o modo de vida das populações camponesas” e, assim, favorecer o emergir de uma nova realidade social.

O Complexo Agro-pecuário da Cela, como todos os outros, foi criado legalmente em 1977 e, para além de outras unidades produtivas, integrava os camponeses que então viviam e trabalhavam nas casas e nas terras que tinham constituído o Colonato da Cela.

O balanço não foi positivo. Neste resultado pesaram vários fatores: a guerra civil; problemas de gestão e de financiamento; dificuldades no abastecimento em meios de produção e no escoamento dos produtos; o contexto social e educativo que não era o mais adequado para a aplicação da ciência e da técnica modernas na agricultura. A estes fatores, há ainda a acrescentar a difícil relação das populações camponesas com o novo mundo que lhes era anunciado e, sobretudo, com as medidas tomadas pelo governo para o construir.

No caso da Cela, o Complexo Agro-pecuário afetou muito os camponeses

pois, para além das condicionantes que lhes foram impostas, a evolução económica da experiência socialista levou-os a uma situação de “produzirem apenas para o seu sustento, muitas vezes reduzido ao mínimo”. Ou seja, dos complexos agro-pecuários não saiu o socialismo, nem a transformação dos camponeses em trabalhadores de unidades coletivas, e estes viram mesmo acentuada a debilidade das suas economias familiares.

Em meados dos anos oitenta, já o governo de Angola reconhecia o fracasso dos complexos agro-pecuários e iniciava-se o percurso que viria a consagrar a economia de mercado e o abandono da orientação socialista. Em 1992, no mesmo ano em que se realizaram as primeiras eleições legislativas e presidenciais, foi criado o Gabinete de Desenvolvimento da Bacia Leiteira da Cela, cuja atividade abrangia todo o município do mesmo nome, e que deveria procurar reabilitar as construções e agrupamentos existentes, privatizar as empresas agrícolas estatais, apoiar as economias camponesas e dinamizar a agricultura da região.

Os anos que se seguiram não foram propícios à atuação deste Gabinete. O município da Cela, como a grande maioria das regiões do país, foi muito afetado pelo estado de guerra. Recorde-se que a guerra se reacendeu logo em Novembro de 1992 e continuou até final de 1994; desta data até 1998, viveu-se um ambiente de grande incerteza e tensão militar; neste último ano, o conflito reatou-se, para durar até 2002. Assim, só depois deste último ano, com a paz, o Gabinete pôde dinamizar a sua atividade, em particular, a privatização das fazendas e o apoio na distribuição de meios de produção aos camponeses que procuravam retomar o cultivo das suas leiras.

Em Outubro de 2006, quando visitei algumas das estruturas que ainda subsistiam do antigo Colonato da Cela, encontrei famílias camponesas com um longo percurso: expulsos das suas lavras e casas para o sistema colonial edificar o Colonato; com o fim deste, ocuparam as casas abandonadas e voltaram ao cultivo das terras; em seguida, passaram pela experiência do Complexo Agro-pecuário; tinham sobrevivido aos anos da guerra; com a paz, voltaram ao cultivo regular nas terras cuja posse haviam retomado após o abandono dos colonos portugueses, e começaram a refazer as suas economias produtivas e familiares, com o apoio de meios de produção que vinham sendo distribuídos pelo Estado. Mas já viviam, de novo, uma situação de instabilidade: temiam que as suas casas e leiras fossem incorporadas no Projeto Aldeia Nova (PAN) e que viessem a ser expulsos.

Este Projeto, lançado em Dezembro de 2003, visava instalar na zona

do antigo Colonato da Cela seiscentas famílias, principalmente de desmobilizados dos dois exércitos que se tinham afrontado nas décadas anteriores e, no âmbito de um projeto ambicioso de desenvolvimento rural, promover o convívio e a coexistência entre ex-antagonistas. Apesar destes objetivos e de muitas famílias terem sido obrigadas a abandonar as terras que cultivavam na área prevista para o projeto, uma parte das que já se haviam apropriado de casas do antigo colonato — mesmo que em mau estado — vieram a integrar o Projeto Aldeia Nova. Neste coexistiam, assim, camponeses e, sobretudo, desmobilizados da guerra, uma parte dos quais sem um domínio efetivo dos saberes agrícolas.

Cada família recebia uma casa — reconstruída das do antigo Colonato ou feita, de novo, com uma traça similar — alguns equipamentos para a casa, meios de produção e terra para cultivar. Esta repartia-se em dois núcleos: quatro hectares junto à casa e, afastados desta, 26 hectares que deviam ser cultivados em conjunto com os lotes idênticos de outras famílias. Pelo menos numa primeira fase, a gestão deste terreno coletivo cabia à direção do Projeto e não aos agricultores, e destinava-se à produção de cereais para consumo das pessoas e dos animais. Na parcela junto à casa, previa-se horticultura e a criação de animais. Eram estes que marcavam o sistema de produção imposto pelo Projeto a cada família. Assim, para cada agricultor, era estipulada uma de cinco especializações pecuárias: leite; suínos; produção de ovos; aves de abate; produção de pintos.

O sistema de produção para estas especializações consistia numa integração vertical, coordenada pelo Centro Logístico do Projeto: fornecia os meios de produção necessários à obtenção dos produtos animais; estes produtos deviam ser-lhe obrigatoriamente entregues; era proibido fazer cultivos ou criar animais não especificados no Projeto; deviam seguir-se as normas técnicas determinadas pelos serviços de enquadramento.

Em Abril de 2013, quando voltei às aldeias da Cela, já se havia completado o plano de distribuição de lotes (casa e parcela de terra) mas eram também já evidentes, por um lado, as marcas do insucesso do Projeto e, por outro, os sinais de que se pretendia iniciar uma nova fase. Começo pelo insucesso.

Numa grande parte das aldeias, ao nível da produção, já não se registava qualquer presença do Projeto e as atividades pecuárias, que este deveria integrar verticalmente, estavam paralisadas. Há mesmo uma aldeia em que este processo não chegou a iniciar-se.

No livro de Elisa Costa foram já identificados os principais aspetos que, depois, vieram a contribuir decisivamente para o panorama encontrado. Passo a referi-los: o fracasso no esquema de comercialização em que o Centro Logístico, com frequência, pagava os produtos a um preço inferior ao do mercado e, por vezes, não conseguia escoar toda a produção; a incapacidade de resolver as dificuldades que iam surgindo como, por exemplo, o caso de uma doença que dizimou o efetivo porcino, em que a única alternativa encontrada foi romper a ligação com as famílias produtoras e afastá-las do Projeto; a continuada imposição de normas e preceitos, não devidamente explicados; a insegurança relativa à posse da casa, e das terras que lhes estavam associadas, acentuada pela possibilidade — evocada com frequência — de os agricultores poderem ser expulsos. A confiança das famílias foi, assim, ficando minada.

Na degradação verificada convergiram ainda outros fatores que contribuíram para o afastamento das famílias em relação aos responsáveis do Projeto. Inicialmente estava assegurado, a cada casa, o fornecimento domiciliário de eletricidade e de água. O primeiro foi depois abandonado e mesmo o de água deixou de ser assegurado a algumas aldeias, quando afastadas da integração no Centro Logístico. Agravou-se também a distância entre as condições de vida inicialmente associados à integração no Projeto e a situação atual de muitas famílias. De facto, o quadro de vida nas aldeias era distinto do que se vivia nos bairros tradicionais. Esta diferença decorria das características das próprias casas, do acesso domiciliário a água e energia, da inserção de equipamentos sociais (igreja, escola, posto médico) na própria aldeia e, sobretudo, de as famílias disporem de um rendimento monetário regular resultante dos produtos que entregavam ao Centro Logístico.

A quebra desta ligação fragilizou a economia das famílias, o que foi ainda agravado, nalguns casos, pela dificuldade de serem recuperados os sistemas de produção anteriormente praticados, os quais tinham sido afetados pelas imposições do Projeto (por exemplo, proibição da presença de animais para além dos previstos no Projeto, imposição da troca de terrenos com condições de cultivo diferentes, restrições a certas culturas).

As famílias foram assim sendo confrontadas, tanto com a falência do modelo económico que lhes tinha sido proposto, como com a dificuldade de manterem as condições de vida que lhes sugeriam as aldeias de casas novas e reabilitadas.

Face a esta evolução, verificaram-se diferentes modos de resistência. Algumas famílias, procurando salvar a posse das casas, restringiram os seus níveis de consumo, vivendo, nalguns casos, no limiar da miséria. Outras viram-se obrigadas a trespassar a casa. Informação fiável recolhida em duas aldeias evidencia que, neste universo, cerca de quarenta por cento das casas tinham mudado de detentor. Os novos titulares são, na expressão dos habitantes das aldeias, “pessoas de Luanda” que não habitam as casas mas que as têm ocupadas por um caseiro ou por um assalariado. Verificam-se ainda situações em que uma mesma pessoa adquiriu a posse de duas ou, mesmo, três casas. Finalmente, há famílias com lavras e, por vezes, também com casa fora do lote do Projeto, que fazem uma gestão conjunta de ambas as partes, defendendo a casa e procurando maximizar o rendimento.

Qualquer destas três vias está bem longe dos objetivos iniciais, ou seja, da instalação de famílias com economias sólidas e integradas verticalmente pelo Centro Logístico, e com condições de vida modernas e confortáveis. O balanço do Projeto Aldeia Nova (PAN) não parece, de facto, encorajador. Concebido e implantado por uma empresa e por técnicos de Israel, propunha-se transpor para Angola uma organização da produção agrícola inspirada num dos modelos existentes naquele país, o *mochav*. Mas fizeram-no com uma diferença relevante: onde no *mochav* há uma democracia cooperativa para organizar a produção e o seu enquadramento técnico e comercial, no PAN há uma direção do Projeto que impõe as diretivas de cima para baixo. Nesta imposição esteve uma causa decisiva para a dificuldade de transformar desmobilizados militares e camponeses angolanos, em cooperativistas de um *mochav*.

Uma lição desta sucessão de projetos é a impossibilidade de o Estado criar nos campos os agentes sociais que idealiza: o regime colonial não conseguiu recriar aldeões portugueses na Cela, o Estado angolano fracassou nas tentativas de mutar camponeses em trabalhadores socialistas e, anos mais tarde, de transformar ex-militares e camponeses em cooperativistas de um *mochav*.

Notou-se, anteriormente, que a par do insucesso havia também, em 2013, sinais de uma nova fase. Esta iniciou-se, de facto, com a tomada de posse, nos inícios de 2012, da administração da Empresa Aldeia Nova, S.A., que passou a gerir as áreas e os equipamentos antes tutelados pelo entretanto extinto Projeto Aldeia Nova. No terreno, a atividade da nova

empresa começou a concretizar-se no último trimestre de 2012 e traduziu-se, ao nível de algumas das aldeias, em relançar a integração vertical na produção de ovos e na de aves de abate. A ambição é alargar esta integração à pecuária leite e aos suínos, abrangendo, no total, cerca de quatro centenas e meia de unidades produtivas. A relação entre estas e a Empresa passa a ser apenas contratual em torno da produção pecuária integrada. A Empresa fornece meios de produção, assegura o escoamento dos produtos, paga em devido tempo e determina as normas técnicas a aplicar. As unidades produtoras comprometem-se, apenas relativamente à produção pecuária integrada, a ter uma relação comercial exclusiva com a Empresa, tanto na compra dos meios de produção como na venda dos géneros, e a cumprirem as normas técnicas. Os montantes necessários ao arranque e à manutenção da atividade produtiva são contratualizados com a banca, e não com a Empresa. A natureza das unidades produtoras é agora menos relevante do que nos objetivos do PAN, ou seja, aceitam-se as situações em que houve trespasse de casas e também não se questiona a concentração da posse destas, que agora começa a verificar-se. Supostamente, trata-se de uma relação “de empresa a empresa” em que cada uma deve cumprir a sua parte do contratualizado. Persiste, de qualquer modo, a instabilidade relativamente à posse efetiva de casas e de lotes de terra, e persistem também as referências à expulsão dos que não se adequarem à nova situação.

Estas são apreciações muito esquemáticas, sobre uma situação que apenas dava os primeiros passos, e em que ainda não eram nítidos aspetos decisivos como a comparação, ao longo do tempo, entre os preços praticados pela Empresa e os do mercado. O panorama é, de qualquer modo, bem diferente do desenho inicial do Projeto Aldeia Nova. Deste, mantinha-se o apego das famílias às casas e a coexistência pacífica de ex-antagonistas militares.

As notas anteriores centram-se nas unidades familiares que se foram sucedendo na Cela. Convém agora retomar, como atrás foi dito, as fazendas médias, assentes em trabalho assalariado, e também criadas no âmbito da atividade dos serviços que organizaram o Colonato da Cela. Estas fazendas foram depois integradas no Complexo Agro-pecuário, e vieram a ser privatizadas pelo Gabinete de Desenvolvimento da Bacia Leiteira da Cela. A situação em que se encontravam, em 2013, evidenciava que também não tinha sido fácil inventar empresários agrícolas. De resto,

o panorama fundiário e de utilização da terra em Angola parece confirmar esta conclusão, pois só vão vingando algumas iniciativas empresariais quando os investimentos e, por vezes, mesmo os custos de funcionamento são suportados por dinheiros públicos.

Para além desta constatação sobre os empresários agrícolas, referiu-se, antes, a discutível perspectiva da Empresa Aldeia Nova, S.A. assente na “relação empresa a empresa”, que não se ajusta aos camponeses e o fracasso de três tentativas de mutação de que estes foram alvo. A primeira determinada pela miragem colonial da eternidade de um Portugal tropical, as outras, já da responsabilidade do Estado angolano, com motivações ideológicas distintas entre si, mas ambas apoiadas na convicção de que é necessário inserir os camponeses em modelos tecnológicos modernizados, ainda que completamente exteriores aos sistemas de produção que praticam e ao funcionamento das suas economias. O fracasso de experiências similares às ensaiadas nos campos da Ceta tem sido generalizado e não só em Angola. Pelo contrário, muitos estudos e análises evidenciam o sucesso produtivo, com consequências muito relevantes na alimentação e nas condições de vida das populações agrícolas, decorrente do apoio aos sistemas de produção camponeses. Este apoio deve traduzir-se em favorecer a relação destes sistemas com o mercado, e em procurar melhorar os seus processos de trabalho e as suas capacidades produtivas, tomando como base as suas estruturas humanas e materiais, e os seus critérios de funcionamento. Ou seja, promovendo um desenvolvimento endógeno destes sistemas e não procurando impor-lhes abruptamente transformações tecnológicas que lhes são exteriores. Uma adequada política de apoio aos camponeses, que de facto vivem e trabalham em cada região, parece, assim, ser a base mais segura para o desenvolvimento agrícola e rural.

Os camponeses e o café colonial^{2a}

No século XIX, mais visivelmente a partir da década de 30, o café vai fazer parte do grupo de produtos do comércio lícito que acabará por substituir o tráfico de escravos, a partir de Angola. No entanto, o lento e tortuoso recuo do tráfico, após a interdição legal de 1836, permitiu que comércio

2a - Em coautoria com Maria Carlos Radich.

ilícito e lícito coexistissem durante muito tempo ainda, incrustando-se inicialmente o comércio de produtos nos circuitos e interstícios do tráfico. Mesmo não tendo ocorrido grandes transferências de capitais do negócio negreiro para o comércio de produtos, uma vez que, por boa parte, os traficantes havia muito que eram brasileiros, e para o Brasil levaram os seus capitais quando deixaram o tráfico, há indícios de que o interesse dos negreiros de Luanda não foi nulo neste particular, enquanto que os próprios escravos, que aguardavam na costa angolana o embarque para o outro lado do Atlântico, iam sendo utilizados na colheita de produtos para exportação. Esta modalidade de aproveitar o trabalho de escravos em trânsito pode não ter tido vida longa, mas, em contrapartida, a escravatura iria durar e crescer em Angola. As primeiras medidas legislativas para extinguir a escravidão nas colónias portuguesas são dos anos 1850, mas a sua eficácia foi tão reduzida quanto a da legislação que, nos anos 30, fora produzida para abolir o tráfico de escravos.

Ao inserir-se nas malhas do mercado internacional, o café angolano passou a ser atingido pelas variações dos preços e da procura. Em particular, reagia aos movimentos das muito influentes produção e oferta brasileiras, cujas quebras faziam subir os preços e abriam mais espaço à sua colocação, ocorrendo o inverso nas fases de recuperação e estabilidade. Razões de outra natureza, como epidemias e secas, criavam contextos negativos que igualmente pesavam na oferta angolana de café, contraindo-a, dado que então uma parte dos cafeicultores, sobretudo os mais pequenos, desviavam os braços disponíveis para a produção de alimentos.

A inclusão do café nos circuitos internacionais e nos que abasteciam cidades como Luanda e Benguela repercutiu-se no interior de Angola até às regiões do cafeeiro robusta silvestre, abundante nomeadamente nos municípios de Cazengo, Golungo, Dembos e Ambaca, onde constituía um dos estratos inferiores das florestas chuvosas e de nevoeiros que cobriam os seus relevos. A colheita deste café espontâneo, que foi a primeira forma de obtê-lo, era precedida pela limpeza do terreno e pela remoção de uma parte das árvores de sombra, operações por vezes feitas em vastas áreas, e seguidas por uma preparação sumária do café, tudo utilizando tecnologias rudimentares. A passagem da colheita à plantação foi gradual. A constituição de viveiros com as sementes do robusta espontâneo, e posterior transplantação, permitiram substituir os pés que morriam, ou se

tornavam menos produtivos nas áreas de colheita mais antigas, e também ampliá-las, levando o cafeeiro a ocupar novos espaços. Mais tarde, a colheita do café estendeu-se também à mancha de Amboim e de Seles, onde o cafeeiro era igualmente espontâneo.

Em torno do café surgiu uma constelação de interessados. As comunidades camponesas passaram a colhê-lo e a vendê-lo aos comerciantes, acrescentando esta atividade a todas as outras que já tinham, o que se revelou compatível com o calendário agrícola. Consoante os proventos que obtinham, e que refletiam, em boa parte, as condições e os preços do mercado internacional, assim intensificavam, ou abrandavam a colheita. A par destas comunidades, africanos que delas se desprendiam, elementos que lhes eram exteriores — gente de Luanda, portugueses, em parte oriundos do Brasil — acorreram a aproveitar as possibilidades que o café passara a oferecer. A confluência destes variados pretendentes à exploração do café não demorou a criar tensões, em boa parte centradas nas diferentes modalidades de apropriação da terra e dos seus frutos, que assim eram postas em presença. Segundo as regras e as práticas antigas que as comunidades camponesas respeitavam, a terra era um bem comum. Acrescia que o sistema agrícola que era utilizado exigia a existência de grandes extensões de espaços não aproveitados durante anos pela agricultura, mas que o seriam quando o esgotamento das terras cultivadas aconselhasse a mudança de terreno. A intromissão, nesta ordem, de gentes de diferente extração, familiarizadas com outras conceções, introduziu ao mesmo tempo o seu empenho em enraizar formas privadas de apropriação de terras e dos seus frutos. Em conformidade, foram sendo recortadas unidades agrícolas individuais de maior ou menor dimensão, para colheita, plantação e venda de café — arimos e fazendas. Este movimento no sentido de impor a forma privada da propriedade teve o apoio das autoridades coloniais, mas também de uma parte dos sobas, que contemporizaram com as transformações em curso, permitindo a ocupação de terras em pousio e de floresta, e que reservaram para si mesmos, em exclusivo, terras de café, que assim subtraíam aos outros membros da comunidade. Em resultado, unidades agrícolas individuais, de maior e menor dimensão, foram-se multiplicando, colhendo e plantando café para venda, aproveitando tanto o trabalho dos camponeses livres como o trabalho escravo, com todas as variações que a legislação lhe foi imprimindo ao longo do século XIX — libertos, agregados, serviçais — e

também assalariados.

Nesta situação, foram-se também infiltrando as práticas de crédito e de hipoteca disponibilizados pelos comerciantes e, a partir de 1869, pela entidade bancária que passara a operar em Angola e aceites pelos proprietários em fases de dificuldade ou, pelo contrário, de boas expectativas que, finalmente, podiam não se concretizar. Estas fragilidades conduziram a um segundo momento de “espoliação”, indo as unidades agrícolas dos devedores parar às mãos de novos proprietários e, nalguns casos, às do próprio banco. Os que se viram prejudicados por estes processos não deixaram de protestar, tanto nos tribunais, como em revoltas abertas. Na mancha de Amboim e Seles, mais tardiamente disputada, onde muito possivelmente o robusta já era colhido e vendido pela população africana local, antes dos portugueses procurarem aproveitá-lo, o avanço “feroz” dos cafeicultores portugueses, ávidos por recortarem propriedades e de instalarem fazendas, algumas das quais viriam a ser muito vastas, impulsionou o movimento de expropriação e contribuiu para alimentar tensões e conflitos que se agudizaram nos finais do século XIX e transitaram ao seguinte.

Nesta mesma época, altera-se a posição do café angolano no mercado internacional. Tendo vindo a crescer ao longo da segunda metade do século XIX, a partir de 3 toneladas apenas em 1844, a exportação angolana cifrara-se em 150 toneladas nalguns anos da década de 50, continuara a subir nas décadas seguintes e atingira o ponto alto de 11000 toneladas, em 1895, para então sucumbir perante o concorrente brasileiro⁶.

A expansão do café colonial.

Só três décadas mais tarde, as exportações voltariam ao nível do final do século XIX. Depois, com condições favoráveis de preço e de escoamento do produto — ainda que com algumas flutuações menos estimulantes — o café foi-se expandindo a um ritmo acentuado, para atingir uma exportação de mais de duzentas mil toneladas nalguns anos do fim do período colonial (ver figura 1)⁷.

Neste percurso, sempre marcado de forma preponderante pelo café robusta, assistiu-se também à difusão do arábica, que não era espontâneo em Angola. Apesar de algumas tentativas anteriores, apenas na transição

do século XIX para o século XX foram bem sucedidos os primeiros resultados da sua introdução. Mas o incremento da sua expansão no planalto central parece ter ocorrido, sobretudo, nos anos trinta do século XX. Um observador da época referia em 1936: “A cultura do «Arábica» que está tomando um certo incremento, sobretudo nas regiões planálticas, não assenta ainda em moldes definidos de exploração económica. Em geral, as plantações são estabelecidas a pleno ar e os fracassos devem ter fundamento na falta de resguardos contra os ventos, no esgotamento rápido do terreno e nos efeitos nocivos da geada”⁸.

Esta longa citação exige duas notas complementares. A primeira para referir que este panorama traçado para meados da década de trinta contrasta com um testemunho de 1930 que assinalava a presença do café arábica “sobretudo nos contrafortes da Serra da Chela”⁹, no interior da província do Namibe. Apesar desta ênfase na Serra da Chela, no mapa que acompanha o trabalho citado, o seu autor marcou pequenas manchas de arábica entre a Huíla e a Chibia, próximo do Bocoio, a sul do Bailundo, em Caconda e numa faixa que, centrada no Kuito, acompanhava a linha do caminho-de-ferro para este e oeste. A segunda nota é para destacar que, devido ao reconhecimento de que não se registavam as condições do meio mais adequadas para este café, se desenvolveu uma preocupação técnica relevante tanto para analisar as condições em que deveria ser cultivado¹⁰, como para apreciar a sua adaptabilidade a novas zonas¹¹.

A expansão do arábica consolidou-se e, no final da década de cinquenta, as estatísticas oficiais assinalavam produção de arábica nas províncias do Namibe, Moxico, Huíla, Huambo, Benguela e Bié. Aparecia, ainda, nas terras onde imperava o robusta, nomeadamente nas províncias do Kwanza Sul, Malange, Kwanza Norte e Uíge. A presença nestas últimas províncias pode seguramente associar-se, neste período, à alta da cotação do arábica no mercado internacional e à convicção, então aceite, de que era resistente à “morte súbita” do café que então dizimava anualmente “cerca de dois milhões de pés de robusta na área de mata”¹².

De qualquer modo, nesta época, a cultura do arábica já ganhara alguma expressão, sobretudo nas zonas da Ganda e na dos atuais municípios do Andulo e Nherea. Nos anos seguintes, a sua presença consolidou-se no Planalto Central, embora aqueles três municípios continuassem a destacar-se na produção obtida. Note-se, contudo, que comparativamente

com o robusta, o café arábica sempre teve, em termos de produção, uma pequena expressão, atingindo apenas cerca de 2% da produção do café de Angola.

A expansão da cultura do café — arábica e, sobretudo, robusta — desde os anos trinta, foi abrangendo novas áreas e envolvendo mais população. A sua importância consolidou-se, assim, tanto pela sua relevância na economia de Angola como pela sua presença no rendimento, no trabalho e no quotidiano da população.

Em 1946, o café impôs-se como o primeiro produto de exportação, ultrapassando os diamantes. Esta supremacia, que marcou com nitidez o ciclo do café em Angola, viria a manter-se até 1972. No ano seguinte emergia já, triunfante, o ciclo do petróleo que perdura até hoje. Fortaleceu-se também, nestas décadas, a posição de Angola na economia mundial do café. Na década de sessenta, a sua produção chegou a atingir cinco por cento do total mundial.

No início da década de setenta, a cultura do café em Angola influenciava diretamente a vida de mais de 450 mil famílias, cujos membros eram produtores camponeses (mais de 280 mil) ou trabalhadores nas fazendas de café (aproximadamente 170 mil). Pode admitir-se que estas famílias abrangiam, seguramente, entre 1,5 a 2 milhões de pessoas. A influência do café ressalta com maior nitidez se se recordar que, em 1970, a população total de Angola era de 5,7 milhões de habitantes, e nas zonas mais marcadas pelo café (produção e recrutamento de trabalhadores), deveria atingir os 5 milhões.

O café era assim rendimento, trabalho — muitas vezes penoso e forçado — e, para os produtores camponeses, todo um modo de vida e de relação com a terra. Destes, os mais velhos, que viveram este período, recordam ainda com vivacidade e entusiasmo o esforço, os saberes, os segredos e os proventos de uma planta que é necessário acompanhar continuamente e cuja produção, depois da colheita, se prolonga na unidade agrícola em operações (secagem, descasque, ensacamento, armazenagem) que exigem cuidado e aplicação. Paralelamente para os que foram forçados ao trabalho nas roças, as recordações são amargas e, muitas vezes, penosas. A memória do café em Angola não enraíza apenas nos números e sucessos de um ciclo económico, mas também na vivência e na história de muitos milhares de famílias.

As unidades produtoras.

A presença da agricultura camponesa na produção de café, já antes assinalada para o século XIX, foi também uma constante nas décadas de expansão da cultura. Multiplicou mais de onze vezes a sua produção de 1935 a 1971, atingindo neste último ano quase cinquenta mil toneladas (figura 2)¹³. Contribuiu, ao longo deste período, ainda que com oscilações, com cerca de um quarto da produção de Angola.

A informação disponível para o início da década de setenta evidencia a grande expressão do café no mundo camponês, onde era produzido por mais de duzentas e oitenta mil famílias, cada uma cultivando, em média, 0,6 hectares que produziam 174 kg. Estas médias encobrem, no entanto, uma grande diversidade regional e também a diferenciação existente no interior de cada região produtora.

Para evidenciar a diversidade regional definiram-se cinco grandes regiões: as florestas do Norte (Bengo + Kwanza Norte + Uíge), Kwanza Sul, Cabinda, Planalto de Malange e as Zonas do arábica (Bié + Huambo + Benguela + Huíla).

Nas florestas do Norte existiam cerca de 83 mil cafeicultores camponeses que concentravam a maior parte da área e da produção e tinham, em média, unidades de maior dimensão, tanto em área como em produção.

Com esta região contrastavam as zonas do arábica onde 45% dos cafeicultores produziam, em média, 27 kg em 0,2 hectares. A estas zonas correspondiam 7% da produção camponesa e 13% da área de café.

O panorama das outras três regiões — Cabinda, Kwanza Sul e Planalto de Malange — pode ver-se no quadro 1, cuja apreciação evidencia, com nitidez, a diversidade regional da cafeicultura camponesa, tanto em relação à expressão de cada região, como à dimensão física e produtiva dos agricultores.

Quadro 1 - Agricultura tradicional com produção de café. Grandes regiões produtoras. 1970/71

Região	Explorações com produção de café			Área de café por exploração que produz café (ha)	Produção de café por exploração que produz café (kg)
	Número de explorações (%)	Área de café (%)	Produção de café (%)		
<i>Florestas do Norte</i> (Bengo + Kwanza Norte + Uíge)	28,9	59,6	67,4	1,3	407,8
Cabinda	4,6	8,1	8,8	1,1	330,5
Kwanza-Sul	15,7	15,2	14,3	0,6	158,8
Planalto de Malange	6,3	4,6	2,5	0,5	68,7
<i>Zonas do arábica</i> (Bié + Huambo+ Huíla + Benguela)	44,5	12,5	7,0	0,2	27,4
Total	100,0	100,0	100,0	0,6	174,3

A diferenciação no interior de cada região era também muito vincada. Assim, por exemplo, nos anos sessenta, na zona do Libolo-Amboim (municípios de Amboim e Conda, e parte dos municípios de Kilenda, Seles, Libolo e Kibala), a média, por família camponesa, era de 0,6 ha de cafeeiros e de 169 kg de produto. Estes valores escondem, no entanto, situações distintas. Assim, havia, nesta região, um estrato de agricultores que produzia, em média, 96 kg de café, em 0,2 hectares, que contrastava com um outro grupo com 1,6 ha e 476 kg. Entre estes extremos podiam ainda definir-se outras situações¹⁴.

A diversidade regional e esta diferenciação — generalizada em todas as regiões — explicam a existência de um conjunto de produtores de café, com uma presença significativa, com maior dimensão económica, que constituíam uma verdadeira elite camponesa, dispondo de uma sólida base produtiva, bem

inserida no mercado e com rendimentos mais elevados. Este grupo tinha expressão principalmente nas regiões do café robusta, em especial nas florestas do Norte.

A agricultura empresarial (colonial) foi responsável, desde os anos trinta, por mais de setenta por cento do café obtido, o que correspondeu a um aumento continuado da produção que passou de 11 mil toneladas em 1935, a 166 mil em 1971. Neste último ano, recensearam-se 2340 unidades empresariais que se dedicavam ao cultivo do café e que se situavam sobretudo nas florestas do Norte e no Kwanza Sul.

No sector empresarial verificava-se também uma grande diferenciação interna. Uma indicação disponível, para o conjunto de Angola, mostra que, no final do período colonial, 48% da produção empresarial provinha de unidades com mais de 300 hectares de café em cultivo. Às empresas entre 100 e 300 hectares cabiam 44%, e as que tinham menos de 100 hectares produziam apenas 8%. Estes números não dão, no entanto, visibilidade a um grupo de unidades de muito grande dimensão com grande importância neste sector. Assim, por exemplo, nos anos sessenta, foram registadas na região de Libolo-Amboim 17 empresas com área total superior a 2500 hectares e uma área média de café de 1130 hectares¹⁵. Só a Companhia Angolana de Agricultura (CADA), que fora constituída em 1944, possuía, já nos anos cinquenta, mais de doze mil hectares de plantações¹⁶.

Terras de café e trabalho forçado.

Para além dos aspetos mencionados nos pontos anteriores, o percurso do café colonial passou também pela questão da terra e pelo trabalho forçado.

Como antes se notou, as primeiras décadas da produção mercantil do café foram contemporâneas da interdição legal da escravatura. A esta não sucedeu, no entanto, um regime de trabalho livre mas uma continuada persistência do trabalho forçado, ainda que com nuances e variações.

Era uma política que se legitimava na convicção de que obrigar a trabalhar era um princípio educativo necessário para promover o progresso civilizacional dos povos africanos. Obrigar a trabalhar abrangia, nesta formulação, tanto o trabalho obrigatório previsto na lei, como o trabalho contratado, classificado nos diplomas legais como trabalho livre mas que,

de facto, era trabalho coercivo dado o modo como os trabalhadores eram recrutados. Silva Cunha, ministro de Salazar, explica esta questão com clareza: “Como vimos, um dos traços mais característicos do trabalho em África é a falta de oferta de mão-de-obra. (...). Vimos como se procurou debelar esta dificuldade com a escravatura e o trabalho obrigatório. Agora, a propósito dos contractos de trabalho, não poderíamos deixar de fazer referência ao problema do recrutamento que, no trabalho livre, nos aparece como fase preparatória dos contractos, sendo constituída por uma série de operações em atividades destinadas a provocar nos indígenas a formação da decisão de se vincularem por aquele meio”¹⁷.

Esta formulação capciosa traduzia-se, na prática, no arrebanhamento coercivo de trabalhadores que os recrutadores — com frequência os próprios agentes da administração colonial — entregavam, a troco de verbas avultadas, às empresas onde eram mantidos com condições de vida deploráveis, como chegaram a reconhecer alguns dignatários do regime colonial. O desagrado das populações face a este sistema de trabalho era até reconhecido em documentos como o Relatório do Banco de Angola de 1947: “ Observe-se ainda que o trabalho, direta ou indiretamente compelido, se lhe [ao trabalhador nativo] afigura repugnante, ao reconhecer a sua semelhança com a escravatura praticada nas antigas instituições tribais ou, em mais larga escala, em tempos não imemoriais, pelos brancos colonizadores”.

Mesmo quando, no início dos anos sessenta, na sequência do levantamento nacionalista, as leis de trabalho foram alteradas não se extinguiram os mecanismos que coagiam as populações a trabalhar nas empresas coloniais¹⁸. Apesar desta persistência, convém notar que uma parte dos trabalhadores já se assalariava no café por decisão própria, dado que entretanto se alterara o contexto da participação no mercado de trabalho: a crescente desestruturação das economias tradicionais levava um número também crescente de pessoas a procurarem trabalhar como assalariados¹⁹.

O café das empresas coloniais era um dos principais sectores a exigir mão-de-obra. Nos anos da sua expansão foi, mesmo, o principal empregador de trabalho contratado. No período 1948/54, o número de trabalhadores contratados na produção de café era de cerca de quarenta mil; no final da década de cinquenta subira já para os noventa mil e, em 1971, atingia mais de 179 mil²⁰.

Na principal zona produtora, as florestas do Norte, a população camponesa empenhava-se também na cafeicultura e era mais dificilmente compelida a trabalhar como assalariada nas grandes plantações. O trabalho contratado para o café era recrutado sobretudo no centro do país, nomeadamente no Bié e no Huambo²¹. O cerne do café colonial era assim, como alguns autores têm notado, o trabalho forçado das populações do Planalto Central nas terras das florestas do Norte.

No final dos anos sessenta, o café ocupava 525 mil hectares, dos quais 385 mil integrados em empresas coloniais²². A esta área de café correspondia uma maior dimensão total das fazendas, uma vez que, com frequência, faziam também outras culturas e, sobretudo, a área demarcada era, quase sempre, muito superior à cultivada.

A ocupação das terras do café foi marcada por conflitos abertos, como no Amboim em 1917, ou por uma tensão abafada e reprimida pela pressão do sistema colonial. Carreira dá um testemunho esclarecedor do que ocorreu nos anos em que se acentuou a expansão da cultura: “Os distritos do Congo, do Uíge e mesmo Cuanza Norte, sobretudo, são assaltados por uma legião de indivíduos munidos de licença de demarcação de terrenos. (...). Os pretendentes acompanham-se de topógrafos e cada um procura definir como pode e entende as superfícies desejadas, com inteiro desprezo pelos vestígios de ocupação de terceiros, fazendo remover os quimbos e os respetivos donos para se instalarem os brancos, estes escudados na proteção que o regime de concessão de terra lhes conferia”²³. No final dos anos cinquenta, outro observador já constatava: “No Congo, as boas matas para café estão, quase que exclusivamente, nas mãos dos brancos. O mesmo se pode dizer quanto ao Quanza Norte e Quanza Sul”²⁴.

Esta apropriação foi-se consolidando e as populações locais foram refazendo as suas vidas nas margens das terras ocupadas. Persistiu, no entanto, o sentimento de que tinham sido espoliadas e de aquela terra “é nossa”. Alimentou, mesmo, como destaca David Birmingham, a terceira fase do início da rebelião nacionalista. Assim, depois da revolta de Luanda e da guerra do algodão, em Fevereiro de 1961, no mês seguinte “a grande rebelião do café rebentou no norte de Angola”²⁵

Nota conclusiva

Este capítulo sobre percursos de camponeses de Angola ilustra três aspetos que convém destacar nesta nota final. O primeiro, bem conhecido, é a grande vulnerabilidade das economias e das famílias camponesas em situações de guerra e conflito. Os outros dois aspetos já foram sendo aflorados nos capítulos anteriores. Trata-se da difícil relação dos camponeses com a ordem estatal e da capacidade que têm para se relacionarem com as tecnologias e com o mercado, sempre que lhes permitam alcançar objetivos que lhes são favoráveis.

Em Angola, entre os camponeses e o Estado, na passagem do Estado colonial para o que governa o país depois da independência manteve-se, no plano da economia, a mesma submissão e uma similar usurpação de recursos, nomeadamente da terra e da água.

Houve também, em ambas as situações, a tentação do Estado criar nos campos, por determinação política e administrativa, os agentes que tinha como convenientes para os seus projetos. É certo, como se referiu no primeiro capítulo, que com a transição das sociedades agrárias para o mundo urbano e industrial foram desenvolvidas políticas para inserir os camponeses nesta nova ordem. Uma via optou por favorecer, através de políticas económicas, a transformação do camponês no agricultor familiar, modernizado no plano tecnológico. Outra impôs a coletivização forçada. Em Angola, foi variando a opção sobre o que fazer dos camponeses mas sucederam-se as imposições estatais, tanto nos anos coloniais, como depois da independência. O insucesso foi continuado mas não apagou os sinais da enorme capacidade dos camponeses para, na luta pela sobrevivência, resistirem, recomeçarem – como se notou a propósito das atribulações do Colonato da Cela ou dos que retornaram à comuna de Bave – e, sempre que lhes é possível, tirarem partido da tecnologia e da relação com o mercado. Sobre estes dois pontos convém recordar, de novo, a história do café colonial e a memória do adubo e da tração animal dos camponeses do Balombo.

NOTAS

1 - Melo, A., et al. . 1997. *Relatório – Programa do sector agrícola da região litoral de Benguela. Acção1- Levantamento da situação e identificação de projectos a desenvolver na região litoral de Benguela*. Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa e Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

2 - Wheeler, D. e R. Pélissier. 2011. *História de Angola*. Lisboa.

3 -A designação agricultura tradicional impôs-se na década de sessenta, depois da abolição do estatuto indígena, em 1961. Terminava, assim, a classificação que vinha de 1926: indígenas, assimilados, brancos. Esta abolição levou à revisão da terminologia utilizada nas diferentes áreas, nomeadamente na agricultura. Abandonou-se, assim, a referencia à agricultura indígena e generalizou-se a referencia à agricultura tradicional, que se distinguia da chamada agricultura empresarial.

A diferença entre estas agriculturas ganhou a sua base mais sólida com o Recenseamento Agrícola de Angola, efetuado e publicado nos anos sessenta. Neste Recenseamento, tanto a realização dos inquéritos como a publicação dos resultados – que foi feita por Província – considerou dois universos : agricultura empresarial e agricultura tradicional. Nas notas metodológicas do Recenseamento não aparece a definição explícita de cada uma das agriculturas. Mas, dos procedimentos metodológicos indicados relativamente ao modo como foi recolhida a informação ressalta com clareza a diferença entre as duas agriculturas. Assim, consideram-se como pertencendo à agricultura tradicional as explorações/famílias vinculadas a uma comunidade rural, com todas as consequências daí decorrentes em relação à regulação da utilização de recursos, nomeadamente a terra. Como agricultura empresarial, consideraram-se as unidades com individualidade jurídica e económica na utilização e gestão de recursos, as quais pertenciam, na sua esmagadora maioria, a colonos e que tinham, quase sempre, muito maior dimensão física e económica.

Sob a designação de agricultura tradicional, não se escondia um conjunto homogéneo de unidades familiares mas havia, entre estas, um diferenciação acentuada, que , de resto, ressalta com clareza na informação publicada no Recenseamento. Esta informação evidencia também que a generalidade das explorações da agricultura tradicional se podia classificar como camponesa (ver nota 8).

A vinculação das unidades agrícolas à comunidade foi-se, no entanto, alterando com as transformações socioeconómicas. Em particular, com as decorrentes de uma crescente relação com o mercado, e com a usurpação de recursos naturais, como a terra, conjugada com um acréscimo de população. Para o Planalto Central, um autor refere que, na década de sessenta, já se verificava “a individualização das famílias pela economia monetária”, “o novo conceito da posse individual da terra” e a desacreditação das antigas estruturas dos Ovimbundu (Possinger, H..1986. A transformação da sociedade umbundo desde o colapso do comércio das caravanas. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4-5, pp.75-158.).

Um estudo mais recente, sobre algumas províncias de Angola mostra também, a propósito da terra, as mudanças na relação das famílias com a comunidade. Assim, refere que na Lunda Sul, “é possível falar de propriedade comunitária no sentido comum que se lhe dá em África”, enquanto no Huambo (onde se integra a grande maior parte do Planalto Central), “a terra está privatizada na totalidade”. No Uíge e em Malange, a situação encontrada podia ser considerada uma transição entre os dois casos anteriores (Pacheco, F.. 2005. *Sistemas de uso da terra agrícola em Angola. Estudos de caso nas províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíge*, 2 vols.. Luanda: ADRA).

4 - Cf. : Neves, A.. 2012. *Agricultura tradicional em Angola. Anos 60*. Castro Verde ; *Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola, 1970-1971; Recenseamento Agrícola de Angola. Planalto Central. Primeira parte – Agricultura tradicional, 1964-1965*.

5 - Cf. os relatórios da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola relativos ao Planalto Central e às Terras Altas da Huíla.

6 - Sobre este ponto cf.: Valentim Alexandre, *Origens do colonialismo português moderno* (1822-1891), Lisboa, 1979, 219 p.; David Birmingham, *Portugal e a África*, 2ª edição, 2010, 225 p.; Aida Freudhental, *Arimos e fazendas*, Luanda, 2005, 413 p.; Fausto M. Lourenço, História do café robusta em Angola, *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XV, nº 3 (pp. 59-117) e nº 4 (pp. 85-119) de 1992; vol. XVI, nº4. (pp. 35-79) de 1993; René Péllissier, *História das Campanhas de Angola. Resistências e Revoltas 1845-1941*, 2º volume, Lisboa, 1997, 433 p.

7 - A informação relativa à exportação do café foi colhida em: A. Freudhental, *ob. cit.*; *Anuário Estatístico de Angola*, 1929 a 1960; C. Mello Geraldês, *Aperçu sur le café aux colonies portugaises*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 57, 1930, pp. 27-34; registos da FAO.

8 - José Bento Alves – Produção e comércio de café, *Actividade Económica de Angola*, nº 1, 1936, pp. 59-75.

9 - C. de Melo Geraldês, *ob. cit.*

10 - Cf., por exemplo, António Mendes da Ponte – Ainda acerca do sombreamento dos cafezais – sua viabilidade nos planaltos de Angola, *Revista do Café Português*, nº 11, 1956, pp. 15-25.

11 - Cf., por exemplo, dois artigos de António Mendes da Ponte: Aptidão dos planaltos de Angola para a cultura do café arábica. Escolha do local para a plantação, *Revista do Café Português*, nº16, 1957, pp. 25-55; Possibilidades da cultura do café arábica no Distrito do Moxico, *Revista do Café Português*, nº 17, 1958, pp. 53-65.

12 - Cf. J. Trancoso Vaz – Cultura do Arábica em Angola, *Gazeta Agrícola de Angola*, nº 8, 1958, pp. 830-833.

13 - A informação quantitativa referente às agriculturas camponesa e empresarial de Angola, foi colhida no *Anuário Estatístico de Angola* e nas *Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola 1970/71*.

14 - *Recenseamento Agrícola de Angola. XVI Zona Cafeícola do Libolo-Amboim. Primeira parte – Agricultura tradicional. 1965-1966*, Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, Luanda, 1968.

- 15 - *Recenseamento Agrícola de Angola. XVI Zona Cafeícola do Libolo-Amboim. Segunda parte – Agricultura empresarial. 1963*, Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, Luanda, 1968.
- 16 - Nota sobre a Companhia Angolana de Agricultura (CADA) na *Revista do Ultramar de 1955*.
- 17 - Silva Cunha, *Trabalho indígena. Estudo de Direito Colonial*, Lisboa, 2ª edição, 1955, pp. 248/9.
- 18 - Cf.: David Birmingham, *ob. cit.*, pp. 159-171; António Carreira, *Angola: da escravatura ao trabalho livre*, Lisboa, 1977, pp. 133/4.; Afonso Mendes, *O trabalho assalariado em Angola*, Lisboa, pp. 97-103.
- 19 - Cf.: H. Pössinger, A transformação da sociedade umbundu desde o colapso das caravanas, *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.ºs. 4 e 5, 1986, pp. 75-158.
- 20 - *Anuário Estatístico de Angola e*, para 1971, estimativa com base em Artur E.R. Medina, Necessidades de mão-de-obra na cultura do café, *Revista do Café Português*, n.º 12, 1946.
- 21 - Cf.: Afonso Mendes, *ob.cit.*, pp. 84-96.
- 22 - C.A. Krug e R.A. de Poerck, *Enquête mondiale sur le café*, Roma, 1969, p. 122.
- 23 - António Carreira, *ob. cit.*, p. 131.
- 24 - Oliveira Santos, O problema das terras em Angola, *Estudos Ultramarinos*, vol. VII, 1957/58, p. 74.
- 25 - David Birmingham, *ob. cit.*, p. 165.

TECNOLOGIA E AGRICULTURA

No último século, o percurso da agricultura foi marcado pela alteração do quadro económico em que se moviam as unidades agrícolas, por uma profunda transformação tecnológica e pelas mudanças que envolveram a questão da terra. Passou, assim, da perspetiva do desenvolvimento económico a nível de cada país, para a da competitividade – ou sobrevivência – numa economia globalizada. Modificou-se também, de modo acentuado e crescente, com o triunfo do modelo químico-mecânico de produção e com as consequências deste sobre a natureza.

É com este pano de fundo que se referem, de seguida, alguns pontos da relação tecnologia/agricultura. Nos três primeiros, abordam-se a difusão e os sucessos produtivos do modelo químico-mecânico, bem como os seus primórdios e adaptações e, ainda, algumas facetas do seu acolhimento pela população agrícola. Depois, no ponto seguinte, evidenciam-se algumas consequências negativas da tecnologia sobre a natureza e finaliza-se com uma breve conclusão.

O modelo químico-mecânico

Desde os anos trinta do século passado, foi-se difundindo, primeiro nos países mais desenvolvidos, o modelo químico-mecânico de produção agrícola, também designado por modernização tecnológica, ou apenas por modernização da agricultura. Tem ainda vindo a ser referido como revolução verde, mas esquecendo-se, em geral, a

origem desta expressão que se impôs nos anos sessenta para referir o recurso a sementes melhoradas – em especial de milho e arroz – e ao conjunto de alterações que estas exigiam no cultivo para proporcionarem maiores produções e, assim, favorecerem a melhoria das condições de vida dos camponeses. Procurava-se, com esta tecnologia, combater a atração pelo socialismo que se espalhou em muitas regiões, nomeadamente, na América Latina, na sequência da revolução cubana, que se iniciara em 1959. Era, assim, a revolução verde – mais produção, com melhores sementes – que se contrapunha à revolução vermelha, que visava modificar radicalmente os regimes políticos.

As bases do modelo químico-mecânico podem sintetizar-se em quatro pontos: generalização da motomecanização; intensificação do emprego de adubos químicos e recurso crescente a outros químicos agrícolas (herbicidas, fitofármacos, medicamentos para a sanidade animal, corretores do solo,...); melhoria de plantas e animais com base numa abordagem científica; especialização dos sistemas de produção. Estas tecnologias vinham, de resto, na continuidade das linhas de aperfeiçoamento que desde o século XVIII se foram impondo, mas incorporando conhecimentos científicos e técnicos que se constituíram no século XX. Assim, a motomecanização desenvolveu-se na sequência das primeiras fases da mecanização agrícola que vingaram desde meados do século XIX e, mesmo, do aperfeiçoamento de instrumentos agrícolas (charruas, semeadores, ...) que havia ocorrido no século anterior. A utilização de adubos já se verificava desde meados de oitocentos e os outros químicos agrícolas vieram, em geral, substituir, com muito mais eficácia, práticas – “bênção dos gados”, por exemplo – e outros produtos – como a calda bordalesa, para algumas doenças das plantas – que visavam resolver preocupações quotidianas dos agricultores. No melhoramento vegetal e animal as perspectivas científicas sobrepuseram-se a uma longa e bem-sucedida tradição empírica. Finalmente, nos sistemas de produção, guardaram-se muitas das melhorias desenvolvidas anteriormente, no aperfeiçoamento da rotação de culturas. A especialização produtiva veio também a impor-se, limitando os avanços da integração efetiva da pecuária nos sistemas agrícolas, e a produção agrícola e as economias domésticas dissociaram-se progressivamente da utilização da floresta.

As consequências, na produção e na produtividade, foram muito relevantes. Nos “países desenvolvidos ocidentais”, a taxa média de variação anual da produção foi de 2,1% de 1936/50 até 1985; nos dois séculos e meio anteriores, não ultrapassara 1,5%. Na produtividade, para os mesmos períodos, aquela taxa foi, respetivamente, de 5,5% e menos de 1,1%¹.

A outra escala e para um período de um século e meio, dispõe-se de um trabalho sobre um município da Andaluzia – a que se vai retornar mais adiante, a propósito das consequências ambientais – que evidencia tendências similares de 1752 (índice=100) a 1997. Produção final agrária: 1934 = 327; 1997 = 825. Produtividade: 1934 = 175; 1997 = 999. Produção por hectare: 1934 = 300; 1997 = 708. Em 1997, o modelo químico-mecânico já era hegemónico².

Os resultados da expansão deste modelo tecnológico nos “países desenvolvidos ocidentais” foram importantes. Pela primeira vez, em muitos deles, os limites do abastecimento em produtos agrícolas passaram a decorrer da procura e não da oferta. Esta tinha potencial para se ajustar a níveis de procura muito elevados e, teoricamente, seria mesmo possível alimentar toda a população mundial a um nível satisfatório. As novas técnicas de produção levaram também a uma tendência, a nível internacional, para a descida do preço dos produtos agrícolas, desde os anos sessenta³. Esta evolução está associada a um grande acréscimo de produtividade: no princípio deste século, um trabalhador – bem equipado, para o padrão tecnológico destes anos – podia alimentar mais de sessenta pessoas; um século antes, apenas 3 a 4.

Como é bem conhecido, estes sucessos produtivos não permitiram acabar com a fome no mundo que atualmente ainda afeta mais de oitocentos milhões de pessoas, que não dispõem de recursos para adquirir alimentos no mercado. Muitos são mesmo camponeses que não conseguem vender os seus produtos para as cidades, nem adquirir meios que lhes permitam reforçar, ou mesmo manter, a sua capacidade produtiva. Esta situação decorre, em larga medida, da importação de alimentos dos países mais desenvolvidos, a preços com os quais não conseguem competir.

De facto, foi com a difusão generalizada do modelo químico-mecânico nos países mais desenvolvidos que se acentuou, fortemente,

a desigualdade agrícola no mundo. Em 1800, a produtividade agrícola dos “países do Terceiro Mundo com economia de mercado” era apenas 15% menor do que a dos “países desenvolvidos ocidentais”. Daquele ano a 1985, a produtividade destes países foi multiplicada 36 vezes, enquanto a do outro grupo se manteve sensivelmente constante⁴. A diferença acentuou-se, sobretudo, depois de 1950 e atualmente é ainda bem mais vincada, como evidencia um caso extremo: um trabalhador agrícola, bem equipado, de um país desenvolvido pode produzir 2000 toneladas/hectare/ano em equivalente cereal; um trabalhador tradicional, de um país do Sul, recorrendo apenas a trabalho manual, sem adubos e fitofármacos, dificilmente atinge uma tonelada/hectare/ano⁵.

O “ideal industrial”

Foi no primeiro terço do século passado, nos Estados Unidos e na então existente União Soviética, que emergiu o “ideal industrial” na agricultura, ou seja, os primeiros episódios, de modo amplo, da modernização tecnológica que se traduziu na utilização crescente da motomecanização e de químicos agrícolas, em unidades agrícolas de grande dimensão.

Nos Estados Unidos, esta fase ocorreu sobretudo nos anos que vão de 1918 a 1930, isto é, no contexto da crise associada às consequências da Primeira Grande Guerra que foi marcado pela escassez de mão-de-obra, pela subida dos preços da terra e dos produtos agrícolas, que registaram uma procura crescente. Convergiu com esta situação a convicção dos agentes envolvidos no enquadramento da atividade agrícola – economistas, engenheiros, quadros do Estado, investidores, instituições financeiras – de que havia que promover o “ideal industrial” e fazer de “cada exploração uma fábrica”⁶.

Na União Soviética, a coletivização imposta desde finais da década de vinte correspondia à ambição de estruturar a agricultura em unidades de grande dimensão e de industrializar a produção agrícola. Neste caso, para além das circunstâncias em que a decisão foi tomada, não pesou – como nos Estados Unidos – a convicção dos agentes envolvidos, mas foi decisivo um quadro ideológico e político

que favorecia esta opção, como ressalta da posição de Kautsky – autor do trabalho marxista mais destacado sobre agricultura – que, em 1898, afirmava com clareza: “A evolução social apresenta, pois, na agricultura o mesmo sentido que na indústria. Num e noutro caso, tanto as necessidades sociais, como as condições sociais, atuam no sentido da grande exploração social, cuja forma mais elevada associa a agricultura e a indústria numa sólida unidade”⁷.

Como antes se notou, na Europa Ocidental, o avanço da modernização tecnológica da agricultura só começou a generalizar-se depois de meados do século passado, num contexto em que a difusão do modelo químico-mecânico se confrontou com uma estrutura agrária onde prevaleciam unidades agrícolas de pequena e média dimensão.

Paralelamente, tinham-se vindo a acumular sinais claros de algumas limitações da grande escala. Assim, os fracassos da coletivização puseram em evidência, desde cedo, as dificuldades de compatibilizar a produção modernizada, em unidades de grande dimensão, com carências na gestão e organização, no conhecimento científico e técnico, na utilização e manutenção dos meios de produção, na adesão dos trabalhadores às condições que lhes eram facultadas. Ressaltou também que, inicialmente, os equipamentos disponíveis não se adaptavam com facilidade a muitos sistemas de produção, dado que tinham sido concebidos, principalmente, para sistemas especializados e centrados em culturas arvenses.

A difusão da modernização tecnológica por unidades de média, e mesmo pequena dimensão, viria a concretizar-se com a confluência de três circunstâncias: o interesse das populações agrícolas, nomeadamente, para responderem à saída de elementos das famílias; um adequado enquadramento institucional (políticas públicas, formação nos saberes técnicos e nos meandros da gestão e organização, apoio técnico); a adaptação da tecnologia, e da sua utilização.

Esta adaptação desdobrou-se por três eixos. O primeiro traduziu-se na miniaturização e polivalência. Assim, na agricultura, para uma mesma inovação mecânica, desenvolveu-se, com frequência, “um leque de soluções, que oscilam entre o gigantismo e a miniaturização, ou entre a especificidade e a polivalência dos equipamentos”. Dois exemplos: “a mobilização mecânica do solo pode ser realizada com motocultivador ou com um trator de grande potência”; “com a substituição da zona de

corde a ceifeira-debulhadora pode ser utilizada na colheita de várias culturas arvenses”. O sucesso da miniaturização decorre de, em geral, a grande redução do tempo de trabalho ser bem mais acentuada entre o trabalho manual e a motomecanização, do que entre os equipamentos de diferentes dimensões. No caso da polivalência, esta ao aumentar o tempo de utilização de um equipamento, numa dada exploração, “contribui para reduzir os limiares de rentabilidade”⁸.

Outro eixo foi a subcontratação de operações culturais a pessoas ou entidades exteriores à exploração. Nalgumas regiões, como na Galiza do primeiro terço do século XX⁹, esta prática tinha já antecedentes mesmo antes da fase da modernização agrícola, mas foi desde os anos sessenta que se assistiu a um grande incremento da subcontratação na Europa do Sul.

A vantagem da subcontratação decorre de possibilitar às unidades agrícolas o acesso a serviços e equipamentos para os quais não dispõem de saber, de capacidade organizativa ou de dimensão que os rentabilize¹⁰.

Finalmente, o terceiro eixo relaciona-se com os ganhos de produção e produtividade associados a tecnologias que não implicam economias de escala. É o caso dos adubos, herbicidas, fitofármacos, medicamentos para a sanidade animal, corretivos para o solo, plantas e animais melhorados. Estas duas últimas, apoiadas nos resultados do melhoramento baseado nos progressos científicos da genética, foram particularmente relevantes: no final do século passado estimava-se que o melhoramento – vegetal e animal – era responsável por metade dos acréscimos na produção e produtividade¹¹.

Os caminhos da modernização tecnológica foram assim, ao nível da produção agrícola, mais diversificados e abrangentes do que pareciam anunciar os primórdios do “ideal industrial”. Não permitiram, no entanto, eliminar a vantagem da grande e muito grande dimensão agrícola, nem contribuir para viabilizar no mercado muitos milhões de explorações. O primeiro aspeto – a vantagem – centra-se, agora, também na comercialização (compra e venda), no acesso privilegiado à informação e ao conhecimento, em maiores facilidades nos processos de certificação e de homologação dos produtos¹². O segundo – a inviabilidade das explorações – ressalta, com nitidez, das unidades que foram sendo eliminadas no confronto com o mercado e

nas que persistem em condições tecnológicas de grande debilidade, associadas à pobreza das famílias que as cultivam.

Um trator é muito mais, e muito menos, do que uma máquina

A avaliação que as populações camponesas fazem das tecnologias, e a relação que têm com elas, não coincide, com frequência, com os critérios técnicos e económicos que orientam o discurso dos agentes que enquadram a produção agrícola, ou seja, dos técnicos, dos organismos do Estado, das empresas que vendem meios de produção, das instituições financeiras e de outras entidades. Muitas vezes, o relacionamento das famílias agrícolas com as tecnologias é mediado pela tradição cultural e social e afasta-se dos critérios técnico-económicos associados ao mercado e à racionalidade capitalista. Estes são temas muito conhecidos e estudados mas cuja exemplificação pode contribuir para evidenciar, sobretudo em contextos de mudança social e política, algumas das vicissitudes da relação com as tecnologias.

Benjamim Pereira, num trabalho notável sobre a tecnologia do azeite, mostra com clareza a relação entre o mundo camponês e os lagares tradicionais, e o modo como estes se chocam com o preconceito técnico do progresso e da vida asséptica. “Eram em geral instalações pouco dispendiosas, de concepção arquitectónica elementar, providos de elementos muito simples, feito de materiais que em geral se encontravam próximos do lugar de implantação, que não demandavam grandes custos de aquisição nem especialização na feitura e montagem e estavam ao alcance dos pedreiros e carpinteiros locais. Por outro lado, a natureza dos materiais desses mecanismos – madeira, pedra e barro – não exigiam cuidados especiais de manutenção, e, terminado o período de laboração, a porta do lagar fechava-se durante cerca de 9 meses sem mais cuidado”. A esta simplicidade arquitectónica acrescentava-se o ambiente no interior do lagar: “mal iluminado pelas bruxuleantes chamas das candeias de azeite, obrigando não raro a permanecer imóvel, quando se entra, até ajustar o olhar à densa penumbra que nele paira, acentuada ainda pelo fumo da fomalha e o vapor da água fervente da caldeira; o chão térreo em geral enlameado; a presença do gado, no caso dos moinhos de tração animal; o notório

negrume e desalinho”.

Todo este quadro era avaliado com rudeza pelos técnicos. Alguns citados por B. Pereira, referiam-se ao lagar tradicional como um “local abjeto e repugnante”, com uma “promiscuidade e confusão indescritíveis” e que era necessário erradicar: “É preciso acabar de vez com esses verdadeiros antros, infectos e imundos”. A estas visões catastróficas, B. Pereira contrapõe a análise do lagar como um lugar inserido nas vivências, nos gostos e nas sociabilidades do mundo camponês¹³. E, de facto, foi só com o declínio deste mundo que pôde triunfar a tecnologia moderna de extração do azeite.

Mesmo quando as famílias aderem a novas tecnologias, a transição não ocorre, com frequência, sem alguma inércia das formas de sociabilidade. Um bom exemplo desta situação foi encontrado, nos inícios da década de setenta do século XX, num município do Norte de Portugal, com a entrada do trator na operação de revolvimento da terra para a sementeira do milho. Sucedeu, no entanto, que, dando continuidade ao que se passava com a tração animal, o “picar da leiva” continuou a ser feito à enxada por um grande número de pessoas, mantendo-se, assim, a cooperação entre vizinhos, dentro do tradicional sistema de reciprocidade. Com o trator, uma grade de discos dispensaria este contingente de pessoas a “picar a leiva”¹⁴.

A relação com o trator era, de qualquer modo, ambígua. Por um lado arrastava a inércia de algumas sociabilidades tradicionais mas, por outro, em poucos anos, afirmou-se como símbolo de status no mundo das aldeias, que entretanto se transformara. Nas primeiras décadas da motomecanização, na Galiza e no Norte de Portugal, muitas famílias adquiriram equipamentos excessivos para as suas necessidades de cultivo. Estes eram não só meios de produção, mas símbolos de afirmação social, na nova ordem agrícola e rural.

Noutro contexto, no Alentejo da Reforma Agrária, na segunda metade dos anos setenta, o trator emergiu como um símbolo da conquista da terra pelos trabalhadores rurais, com uma dimensão social e cultural que não pode ser ocultada pela sua relevância na economia da produção agrícola. Passou a ser o transporte das gentes da Reforma Agrária, para o trabalho, para as manifestações, para as festas. O penoso calcorrear dos caminhos do latifúndio foi substituído pelo trator, que permitia ainda aos trabalhadores percorrerem e

apreenderem o seu território da Reforma Agrária.

Também em Angola, depois da independência e do fim da guerra civil, os camponeses, apesar da sua debilidade tecnológica e económica, manifestam, quando inquiridos, a sua preferência pela tração mecânica que avaliam como permitindo um trabalho com mais produtividade e menor penosidade, e proporcionando mais produção, embora com maior risco. Esta opção enraíza no período colonial. Nesse tempo, o tractor, a motomecanização, diferenciava radicalmente a agricultura empresarial das lavras camponesas. Na guerra da libertação, a máquina era associada ao domínio da economia colonial mas também identificada com o futuro a construir. A relação com a máquina era assim, simultaneamente a rejeição de um mundo e a construção de outro. Nos primeiros anos depois da independência, muitos foram tractoristas e operadores de outros equipamentos nas unidades coletivas e estatais. Esta proximidade, bem como a vinda ocasional de um tractor dos serviços da agricultura às aldeias para preparar algumas parcelas de terra para serem cultivadas pelos camponeses, têm continuado a alimentar o fascínio pelos tractores e a convicção de que a sua utilização é possível.

Estes percursos ilustram como a historicidade da relação das populações com a tecnologia modernizadora é marcada pelas suas memórias e vivências. É com esta envolvente que estabelecem as suas estratégias familiares, ajustam as lógicas económicas e utilizam as tecnologias.

Tecnologia e natureza

Com a generalização do modelo químico-mecânico emergiu, desde os anos sessenta, o questionamento da relação da tecnologia com a natureza, cujas raízes se encontravam no contínuo, e difícil, confronto dos homens com o meio em que viviam. Orlando Ribeiro, para o mundo mediterrânico, menciona mesmo “a luta contra a natureza”¹⁵; Keith Thomas, para os séculos dezasseis a dezanove, na Inglaterra, concluiu que “os fundamentos materiais da sociedade humana” decorreram dos “métodos implacáveis” com que os homens subordinaram a natureza¹⁶.

Foi com os pressupostos suscitados por esta herança que, no século XIX, se foi constituindo a agronomia, de base científica, ou seja, o corpo de doutrina que perspetiva e organiza a aplicação à agricultura dos conhecimentos e das tecnologias disponíveis. O percurso foi sendo feito sem a menor suspeita da fragilidade da natureza. José Maria Grande, o primeiro diretor do Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa, em 1849, caracterizava a terra (solo) como “este grande e indestrutível instrumento de produção”, e, mais tarde, mas ainda no mesmo século, Andrade Corvo, também professor daquele Instituto, mencionava a natureza como um conjunto de “inexauríveis tesouros”¹⁷. Com estas bases, a agronomia constituiu-se com a convicção de que as “possibilidades infinitas do progresso guiado pelo ser humano” podiam “remediar com arte os defeitos da natureza”¹⁸.

As consequências negativas deste legado e destes inícios começaram a manifestar-se, sobretudo, depois das primeiras décadas do século passado. De facto, foi com a generalização da motomecanização e dos químicos agrícolas que os agricultores ganharam graus de liberdade na relação com a natureza. Até este período, a diminuição dos riscos com os agentes que poderiam afetar as culturas, e a persistência do fundo de fertilidade dos solos dependiam principalmente da condução e organização dos sistemas produtivos, pois não se dispunha de fitofármacos eficazes para combater as doenças e pragas, nem de adubos que compensassem as perdas provocadas por uma intensificação menos ponderada. Com as técnicas químico-mecânicas, o seu continuado aperfeiçoamento e o modo como foram potenciadas com o melhoramento, com base científica, de plantas e animais, tornou-se evidente que a natureza não era indestrutível nem inexaurível.

Existem atualmente numerosos trabalhos e testemunhos que documentam as consequências desta constatação, bem evidenciada num estudo – que já antes se referiu – sobre um município de Granada (Andaluzia), que abrange século e meio, de 1752/4 a 1997, apresentando também indicadores para os anos de 1856, 1904 e 1934. Numa síntese, breve e esquemática, de 1754 a 1937 prevaleceu a necessidade de assegurar uma relação estável e harmónica com a natureza, dado que eram diminutas as possibilidades de atenuar distúrbios que afetassem os seus equilíbrios. De qualquer modo,

nestes anos, foram-se aperfeiçoando as tecnologias utilizadas e cresceram – como antes se notou – a produção e a produtividade. Foi, no entanto, de 1934 a 1997, com o modelo químico-mecânico, que estas aumentaram fortemente mas, foi também neste período, que se alteraram significativamente as relações do sistema produtivo com a natureza: a “eficiência energética líquida do sistema agrícola” diminuiu cerca de 75%; a superfície cultivada com variedades tradicionais passou de quase cem por cento para 0,3%; fragilizou-se a “estabilidade do sistema agrário”, nomeadamente na capacidade de renovar o ciclo de nutrientes¹⁹. Ou seja, perdeu-se eficácia e afetaram-se “processos essenciais” e “elementos básicos” do ecossistema.

As consequências destas rupturas tiveram, em muitos casos, resultados graves que, com o passar dos anos, se foram tornando nítidos, e cuja denúncia se generalizou desde a publicação, no início da década de sessenta, do livro “Primavera Silenciosa”²⁰. Neste estudo, a autora, Rachel Carson, evidencia a devastação da vida num lago e na bacia de terrenos que o circundava, na sequência da aplicação de um pesticida (DDT), para combater pragas que afetavam as culturas. A autora, ao concluir, face à análise que percorria o livro, não hesita em indicar que “nos encontramos agora numa encruzilhada”, onde se abrem dois caminhos “não igualmente belos”: “O que temos estado a seguir é de uma facilidade que decepciona, uma estrada de primeiríssima ordem pela qual progredimos a grande velocidade, mas em que no fim está o desastre. O outro atalho – o caminho ‘menos frequentado’ – oferece no final a nossa única oportunidade para alcançar uma meta que assegure a conservação da nossa terra”.

A questão ainda é esta. De qualquer modo, nas últimas décadas, verifica-se uma ampla aceitação de que é necessário procurar soluções para seguir pelo caminho “menos frequentado”, ou seja, para se estabelecer uma relação harmónica com a natureza. Esta convergência, no diagnóstico e na necessidade de percorrer outro caminho coexiste, no entanto, com posições distintas relativamente às opções a tomar para a sua concretização, as quais, esquematicamente, se podem abordar em quatro pontos.

O primeiro refere-se aos objetivos a prosseguir nos modos de gerir a utilização dos recursos naturais, relativamente aos quais tem de se considerar que estes são sistemas dinâmicos que não se podem –

artificialmente – fixar no tempo, nem dos quais se devem considerar apenas aspetos ou formas particulares, dissociadas do conjunto. Tem sobretudo de se considerar que o essencial não passa pelas formas – por exemplo, as paisagens, que inevitavelmente se vão alterando com as dinâmicas dos sistemas – mas, como se concluía no estudo sobre o município de Granada, pelos “processos básicos” e “os elementos essenciais” dos ecossistemas. Isto significa, como bem mostram Monteiro Alves, Santos Pereira e Correia, que os ecossistemas não têm de se manter imutáveis, mas têm que “conter os mesmos elementos básicos (riqueza das espécies, habitats e fertilidade dos solos” , “com os mesmos processos essenciais (capacidade de fotossíntese, ciclos de nutrientes e hidrológico)”²¹. Esta perspetiva afasta-se de muitas das orientações que vêm sendo opção nas políticas públicas, nomeadamente na Política Agrícola Comum (PAC), ao desenharem medidas destinadas a aumentar rendimentos sob a capa de uma preocupação ambiental, que não tinha qualquer fundamento. Foi, por exemplo, o que se verificou, em Portugal, há alguns anos com medidas agroambientais destinadas à cultura do trigo²².

O segundo e o terceiro pontos referem-se aos percursos mais favoráveis para alcançar os objetivos. Começa-se pelas opções sobre os sistemas de produção: privilegiar a utilização e preservação dos recursos locais e evitar recorrer a químicos agrícolas – como é a ambição do modo de produção biológico; ou, adaptar a agricultura modernizada, procurando um modelo alternativo que reduza significativamente a utilização de químicos agrícolas, através, nomeadamente, da aplicação destes de um modo mais preciso e circunscrito às necessidades produtivas (avaliadas para cada local da parcela em cultivo, em cada momento do ciclo produtivo), do recurso a técnicas como a proteção integrada e da adopção de processos ecológicos (parasitismo, predação, fixação simbiótica de azoto e outros). Qualquer destas vias tem progredido mas ainda sem soluções consistentes. A primeira – o modo de produção biológico – tem menor capacidade de produção e só é viável com preços mais elevados do que os da agricultura modernizada; as vantagens ambientais são também menos nítidas do que com frequência se afirma, sobretudo ao considerar a questão alimentar no seu conjunto, ou seja, admitindo que uma quebra no abastecimento, numa zona, tem

de ser compensada por uma intensificação noutra local ou por alargar a área cultivada. A segunda – a adaptação da agricultura modernizada – apesar dos avanços feitos, ainda não se estruturou num “modelo técnico alternativo, que potencie um desenvolvimento mais rápido” das técnicas que vêm sendo ensaiadas e que “promova a sua articulação, complementaridade e sinergia”²³. Convém ainda acrescentar que, entre estes dois polos, foram-se desenvolvendo modos técnicos de produzir intermédios (por exemplo: produção integrada; agricultura de precisão; sistemas integrados procurando substituir meios industriais por processos naturais de regulação) que prefiguram uma via de confluência dos modelos, de modo a acautelar tanto a preocupação com os níveis de produção, como a sustentabilidade da natureza.

O terceiro ponto refere-se, em síntese, aos organismos geneticamente modificados (OGM): o debate polariza-se entre os que defendem a manipulação dos seres vivos e dos processos naturais e os que se opõem a tais práticas. Os que defendem argumentam com as consequências positivas na economia da produção agrícola (produções mais elevadas, menor consumo de inputs, resistência à seca), na alimentação (preços mais baixos e combate a algumas insuficiências alimentares – o caso do arroz dourado) e também com a diminuição de efeitos negativos na natureza (por exemplo, variedades resistentes a insetos e tolerância a herbicidas). Os que se opõem referem alguns desastres ocorridos com OGM na agricultura mas, sobretudo, evocam o princípio da precaução e manifestam profundas reservas éticas. Para além do debate, constata-se que, na agricultura, a área cultivada com OGM tem vindo a progredir, embora de modo muito diferente nas várias regiões do mundo. Sucede que muitos dos países em que a sua presença é mais ampla são grandes exportadores o que, à escala internacional, acaba por levar a um difícil controlo da presença de OGM na alimentação. Ou seja, em larga medida, o tema dos OGM pode estar, paulatinamente, a ser decidido no mercado.

Agora, o quarto ponto. Abordaram-se, a propósito da agricultura, vias para conciliar a produção com uma adequada utilização do meio natural. Esta questão não é, no entanto, apenas restrita às áreas de produção agrícola, pois há um enquadramento mais amplo em que estas manchas têm de se considerar no conjunto do território utilizado pelo homem, com graus diferentes de intervenção.

A situação é diferente conforme a própria história dos espaços. Na Europa do Sul, os contornos e os equilíbrios da natureza decorrem, hoje, tanto das dinâmicas espontâneas dos ecossistemas como da ação dos homens. Já não se pode falar de natureza virgem ou selvagem. Num estudo sobre a relação dos homens com a natureza nos Picos da Europa (Astúrias) conclui-se mesmo que, em Espanha, “não existem espaços naturais, mas apenas territórios rurais mais ou menos intervencionados pelo homem”²⁴. São estes “patrimónios” que são a referência para considerar a natureza. Há que afastar “o mito do regresso a um estado anterior dito ‘não degradado’, ou seja, não perturbado pelo homem”²⁵. Do que se trata, portanto, neste caso, é da defesa e gestão destes “patrimónios”, não omitindo as suas características, das quais a primeira a mencionar é o facto de serem uma consequência da interação do homem com o meio natural, pelo que é neste quadro que devem ser geridos.

Noutros espaços, com menos presença humana e, sobretudo, numa apreciação à escala do planeta, a perspetiva é distinta e o debate é mais vasto: embora com muitas gradações e perspectivas intermédias, as posições extremam-se em torno de dois polos. De um lado, os que sustentam a possibilidade de conciliar a proteção da natureza com a sua utilização (rentabilização) pelo homem. Do outro, os que preconizam que é indispensável preservar os grandes ecossistemas naturais, poupando-os a qualquer intervenção humana. Para defender esta posição argumentam com o princípio da precaução, num momento em que ainda é grande o desconhecimento de muitos aspectos das dinâmicas e existências (espécies que ainda não se conhecem) da natureza e afirmam ainda o seu cepticismo sobre a capacidade da inteligência, da sensibilidade e do saber dos homens para governarem a vida – de que são apenas uma parcela – e que, até ao presente, trataram tão desastrosamente²⁶.

Nota conclusiva

A transformação tecnológica da agricultura, associada ao sistema industrial teve consequências incontornáveis nas relações do homem com a alimentação e com a terra.

Na questão alimentar, o abastecimento, nomeadamente das cidades, passou a ser resolvido com normalidade e sem sobressaltos, tendo-se verificado, mesmo, uma baixa tendencial no preço dos produtos alimentares. Pela primeira vez, o limite da produção estava do lado da procura e não da oferta.

Na relação com a terra, o percurso foi mais atribulado. Antes, a ação do homem tinha de se conformar com as limitações impostas pela manutenção dos equilíbrios fundamentais da natureza. Sem este cuidado, a terra – ou, de um modo mais amplo, o meio – podia degradar-se e comprometer a continuidade da sua utilização. Ou seja, o homem tinha de incorporar uma racionalidade ecológica, que exigia práticas e saberes adequados. Esta racionalidade camponesa marcava, de algum modo, a identificação com a própria terra-natureza, a que o homem sentia pertencer e que ao produzir, era também expressão da própria vida.

A ruptura permitida pelos químicos agrícolas e pela motorização alterou radicalmente esta relação. A terra pode ser subordinada e, com frequência, foi mesmo ferida de modo irremediável, na escala temporal da vida humana. Procura-se, agora, corrigir os desmandos tendo maior cautela com a utilização da tecnologia ou procurando libertar grandes espaços da ação dos homens. Mas o vínculo antigo e místico parece agora definitivamente quebrado.

De facto, na generalidade dos agentes económicos que se ocupam da agricultura – empresas capitalistas, latifúndios, explorações familiares, unidades coletivas ou comunitárias – a lógica económica não incorpora objetivos de sustentabilidade ambiental, excepto quando são pagos para o fazer, caso em que este objetivo é rentabilizado como qualquer outra atividade. Mesmo os camponeses, tradicionalmente submetidos aos ciclos da natureza, não hesitam em quebrar este vínculo e em adoptar tecnologias químico-mecânicas quando lhes é possível e mais vantajoso. Era o que reconhecia Bernard Lambert –

que foi um dirigente agrícola francês, radical na defesa da condição camponesa – ao salientar: “muitos dos médios e mesmo dos pequenos camponeses recusam-se a renunciar ao seu sonho” de se tornarem “chefes de empresas competitivas”²⁷.

Resta acrescentar que os efeitos das tecnologias químico-mecânicas foram muito mais alargados do que quando, nos primórdios da difusão deste modelo tecnológico, se admitia que a sua utilização fosse mais restringida pela economias de escala. Não foi o que ocorreu. De facto, por um lado, grande parte do sucesso produtivo deste modelo deveu-se a tecnologias divisíveis (químicos agrícolas e mesmo os resultados do melhoramento vegetal e animal) e, por outro, desenvolveram-se vias (miniaturização, polivalência, aluguer) que permitiram o acesso das pequenas explorações a equipamentos com motomecanização.

NOTAS

- 1 - Bairoch, P., Les trois révolutions agricoles du monde développé: rendements et productivité de 1800 a 1985, *Annales ESC*, 2, 1985, pp. 317-353.
- 2 - González de Molina, M. e Guzmán Casado, G., *Tras los pasos de la insostenibilidad. Agricultura y medio ambiente en perspectiva histórica (s. XVIII-XX)*, Barcelona, 2006, 502 p..
- 3 - Cf. o índice anual de preços da FAO.
- 4 - Bairoch., P, *Ob. cit.*.
- 5 - Mazoyer; M. e Roudart, L., *Histoire des agricultures du monde*, Paris, 2002.
- 6 - Fitzgerald, D., *Every farm a factory. The industrial ideal in american agriculture*, 2003.
- 7 - Kautsky, K., *La cuestión agraria*, México, 1980 (1ª edição, 1898).
- 8 - Canadas, M., *Trabalho, território e tecnologia: transformação e situação actual da tecnologia*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1998.
- 9 - Fernández-Prieto, L., Selección de innovaciones nunha agricultura atlántica de pequenas explotaciones, Galicia, 1900-1936. A adopción das máquinas de mallar, em Fernández-Prieto, L. (ed.), *Terra e progreso. História agraria da Galicia contemporánea*, Vigo, 2000, pp. 237-273.
- 10 - Arnalte, E., El desarrollo de empresas de servicios y su función en las agriculturas mediterráneas, *Revista Valenciana de Estudios Autonòmics*, 14 , 1992, pp. 279-296.
- 11 - Paillotin, G., L'impact des biotechnologies dans le secteur de l'agro alimentaire, em OCDE, *Se nourrir demain. Perspectives à long terme du secteur agro-alimentaire*, Paris, 1998.
- 12 - Ploeg, J., *Camponeses e a arte da agricultura*, Porto Alegre, 2016, p. 93.
- 13 - Pereira, B., *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, Idanha-a-Nova, 1997, pp. 153-157.
- 14 - Veiga de Oliveira, E. et al., *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, 1976, pp. 29-30.
- 15 - Ribeiro, O., *Mediterrâneo*, Lisboa, 1968.
- 16 - Thomas, K., *O homem e o mundo natural*, São Paulo, 1988.
- 17 - Sobre a história da agronomia em Portugal cf. Radich, M., *A Agronomia portuguesa no século XIX. As imagens da natureza nas propostas técnicas*, Lisboa, 1987. As duas citações, de José Maria Grande e de Andrade Corvo, foram retiradas deste trabalho.
- 18 - Pan-Mantojo, J., *Apostolado, profesiónvy tecnología. Una historia de los ingenieros agrónomos en España*, Madrid, 2005.
- 19 - González de Molina, M. e Guzman, G., *Ob. cit.* .
- 20 - Carson, R., *Primavera silenciosa*, Barcelona, 2010 (a primeira edição, em inglês, é de 1962).

- 21 - Alves, A. Monteiro, Pereira, J. Santos e Correia, A., *Silvicultura. A gestão dos ecossistemas florestais*, Lisboa, 2012.
- 22 - Cf. Pinto, A., *O cheiro da terra*, 2018.
- 23 - Santos, J. Lima, Intensificação sustentável: um novo modelo tecnológico na agricultura, *Cultivar* n° 3, 2016, pp.13-21.
- 24 - Izquierdo, J. e Barrena, G., *Marqueses, funcionários, políticos y pastores: crónica de un siglo de desencuentros entre naturaleza y cultura*, 2006, p. 310.
- 25 - Lévêque, C., *Protéger la nature? Oui, mais laquelle?*, Académie d'agriculture de France, 2017, p.3.
- 26 - Wilson, E., *Da terra metade*, Porto, 2019.
- 27 - Lambert, B., *Les paysans dans la lutte de classes*, Paris, 1970, p.103.

A TERRA

Terra/natureza, mas também solo para produção, património, reserva, instrumento a rentabilizar, base de sobrevivência: são facetas associadas ao universo agrícola e florestal, mas que abrangem apenas uma parte das vertentes que se concentram na palavra terra. Poderiam acrescentar-se: a presença na cultura e memória dos povos, valor simbólico e, ainda, poder, submissão, acesso à cidadania ou, noutro plano, especulação e usurpação. É este emaranhado que envolve a relação das populações com a terra, de que, em seguida, se referem alguns aspetos parciais e segmentados, numa simplificação útil para o que se pretende mencionar, mas necessariamente limitada, e limitadora, quando se pretende converter a análise em propostas de intervenção. Não adianta aconselhar a integração de uma parcela no sistema de cultivo se sobre ela recai o interdito da comunidade – mesmo que se mantenha omissa para o exterior. Os exemplos poderiam multiplicar-se.

Posta esta precaução, recorda-se que já antes se apreciaram alguns efeitos negativos da tecnologia na terra/natureza. Não se retoma este tema. As considerações e comentários que se seguem vão reduzir-se a algumas tendências que nas últimas décadas também marcaram o percurso da terra, diferenciando-o pontualmente do que ocorria em períodos anteriores. Assim, no primeiro ponto, analisam-se as mudanças na relação técnico-económica entre terra e tecnologia crescente. Em seguida, refere-se a vaga atual de controlo de grandes áreas por entidades estrangeiras e o envolvimento do capital financeiro na rentabilização da terra. Depois, refere-se o lugar da pequena parcela/unidade no sistema económico e social e, por último, antes da nota conclusiva, aborda-se a luta pela terra.

Terra, agricultura e tecnologia

A modernização tecnológica da agricultura teve uma grande difusão. Avançou, mesmo, em muitas explorações camponesas que, assim, se converteram em unidades de agricultores familiares. No contexto em que ocorreu, esta transformação, além de inevitável para a viabilidade no mercado das unidades agrícolas era, em geral e como antes se notou, uma ambição dos próprios camponeses.

Como é evidente, abrangeu também quase todas as unidades patronais de média e grande dimensão. Na América do Sul, por exemplo, fazendas tradicionais transformaram-se em grandes explorações capitalistas¹ ou, na terminologia utilizada por Graziano da Silva, passaram de complexos rurais a complexos agroindustriais². Na Península Ibérica, muitos latifúndios converteram-se em unidades capitalistas.

O desenvolvimento da tecnologia agrícola – incorporando os resultados dos avanços científicos – foi conhecendo um continuado e profundo aperfeiçoamento, no sentido de melhorar os resultados da produção e de responder aos imperativos do mercado. Esta foi, sem dúvida, uma das bases que permitiram a constituição, e continuado fortalecimento, de um poderoso capitalismo agrícola. Foi também com este desenvolvimento que, na produção agrícola, se veio a alterar a relação entre a terra e a tecnologia.

Para o Brasil, dispõe-se de várias estimativas que, embora não diretamente comparáveis, evidenciam a enorme alteração registada. Na estrutura de custos, em 1970, os *inputs* de origem industrial pesavam apenas 14%; em 2006, já correspondiam a 52%. Paralelamente, neste mesmo período, o custo do trabalho diminuiu de 51% para 16%, enquanto o da terra se manteve próximo dos 30%. Ou seja, houve uma substituição, em grande escala, de trabalho por capital³. Noutro estudo⁴ mostra-se o que explica o crescimento da produção agropecuária, ou seja, o acréscimo de cada unidade de produto depende, no ano de 2006, em 67,4% da tecnologia, em 23,1% do trabalho e em apenas 9,5% da terra. Dez anos antes (1995/6), as percentagens eram, respetivamente, de 50,6%, 31,3% e 18,1%. Para os anos 1970/85, com uma metodologia diferente, Chonchol (1994) ainda atribuía à terra a responsabilidade de 64%, no incremento da produção⁵. Estes

trabalhos, apesar das diferenças nas metodologias, evidenciam que, com a crescente intensificação e aperfeiçoamento da modernização tecnológica, se inverteu a relação entre a terra e a tecnologia, na agricultura. Esta síntese é seguramente aplicável a outros espaços geográficos onde o modelo químico-mecânico de produção agrícola se tem imposto e onde prevalecem unidades de grande dimensão.

Acompanhando este percurso, as próprias unidades de produção têm vindo a ser ajustadas, começando mesmo a emergir novas formas de gestão e organização. Assim, por exemplo, para a agricultura do Centro e Norte da Europa, uma análise recente concluía que, apesar da persistência maioritária das explorações de base familiar, tecnicamente muito modernizadas, tem vindo a ganhar peso crescente uma agricultura capitalista de elevada dimensão que privilegia: "(i) o arrendamento de terras relativamente à compra; (ii) a substituição de mão de obra por material, equipamentos e/ou prestadores de serviços; (iii) o emprego de assalariados com um estatuto cada vez mais precário". Ao que se junta o facto do capital de exploração, agora com maior volume, não pertencer às pessoas que participam nos trabalhos agrícolas⁶. Outros autores destacam ainda o aumento de escala, associado à procura de complementaridades e da obtenção de produtos diferenciados, promovido por associações de produtores e por redes de empresas⁷.

Na América do Sul tem vindo a ocorrer uma acentuada transformação nas unidades agrícolas, em especial, nas de grande dimensão. Primeiro, com a hegemonia de um poderoso capitalismo agrícola, modernizado, muito produtivo e com grande competitividade no mercado mundial. Depois, dentro deste amplo sector, pela entrada do capital financeiro a organizar e comandar diretamente a produção agrícola. São iniciativas em que este capital – "conglomerados empresariais (nacionais e internacionais), fundos de investimento privado, companhias de gestão de ativos, bancos e outras instituições financeiras" – se valoriza "através do controle de terras e dos recursos associados (água, paisagem, meio ambiente)"⁸.

Esta entrada tem sido acompanhada pela implantação de um modelo agrícola que, na avaliação de um investigador brasileiro, é uma rutura em relação à modernização que se afirmou desde os anos 60/70⁹. O novo modelo, muito desenvolvido nalgumas regiões

da Argentina, assenta em sementes geneticamente modificadas, a que está associado um “pacote tecnológico” ajustável às diferentes condições de produção. Nos sistemas de cultivo predomina a sementeira direta, com equipamentos mecânicos de grande dimensão e precisão, e a utilização de herbicidas poderosos. A monitorização é feita por satélite.

A realização das operações culturais é efetuada por prestadores de serviços, continuamente enquadrados pelas empresas que fornecem os equipamentos e os meios de produção. A propriedade da terra é assim dissociada, em termos funcionais, do seu cultivo. “O outrora produtor agropecuário que concentrava a maior parte da atividade agrícola dá lugar a uma rede de empresas fornecedoras de insumos e serviços coordenados pelas Empresas de Produção Agropecuária (EPA) com base em múltiplos contratos, em um cenário global (que abarca a provisão de terras, a oferta de insumos, a comercialização e os fluxos financeiros)”¹⁰. Um exemplo é uma empresa que, em 2010/11, explorava 270 mil hectares, sem ser proprietária de nenhuma parcela de terra, nem de máquinas, e geria a atividade recorrendo a prestadores de serviços, minimizando os riscos e procurando rentabilizar o capital investido¹¹.

Como é evidente, este modelo apresenta, conforme as produções e os contextos socioeconómicos, adaptações de pequena monta ou de maior vulto, mas já se afirma em muitas regiões e não apenas nos grandes países exportadores com unidades de grande dimensão. Embora com contornos bem menos evidentes, vai aparecendo no Alentejo dos olivais e amendoais intensivos do regadio do Alqueva. Foi também assinalado noutros países da Europa Ocidental, embora a sua invisibilidade estatística – por desadequação das grelhas dos inquéritos agrícolas, ainda centradas nos tipos tradicionais de explorações – torne difícil a sua identificação¹².

Nas estruturas de produção agrícola, à semelhança do que se passa nos outros sectores da atividade económica, está, assim, a constituir-se um amplo e poderoso sector, em que prevalece o capital financeiro, empenhado em rentabilizar-se através da terra agrícola. Tende a ser constituído sobretudo por unidades de grande dimensão e por uma acentuada internacionalização do controlo do processo produtivo.

A entrada do capital financeiro na esfera da produção agrícola,

reforça – como já se referiu – o poderoso núcleo do grande capitalismo agrícola cuja consolidação se acentuou, no caso do Brasil, desde finais da década de noventa. A perspectiva de autores brasileiros que analisaram esta realidade, é esclarecedora: “A nova fase vem concretizando uma dupla face – de um lado, a dinâmica económica concentra a produção cada vez mais, e de outro lado, aprofunda a diferenciação social, promovendo uma intensa seletividade entre os produtores rurais. Em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor dimensão estiveram tão próximos da fronteira da marginalização”¹³. O referencial para esta previsão é, bem entendido, o mercado capitalista na atual fase da globalização. Apesar do Brasil ser um caso extremo no panorama agrícola mundial, estas tendências vão-se impondo, embora com contornos diferentes e menos marcados, noutras realidades agrícolas. As evoluções que se referiram para a agricultura europeia vão neste sentido, embora com uma amplitude não comparável com as de outros países, devido sobretudo à capa amortecedora da Política Agrícola Comum, aplicada nos países da União Europeia, que foi atenuando os efeitos do mercado mundial.

O domínio da terra

Como se notou, a consolidação do grande capitalismo agrícola tem sido acompanhada por um reforço da concentração da terra e também pela entrega a estrangeiros de grandes áreas. São tendências em crescimento. De facto, apesar da relevância da tecnologia, a terra mantém-se como uma condição natural de produção, limitada e não reprodutível, cuja importância se tem acentuado a nível internacional. No plano alimentar, devido à expectativa do aumento da procura, ao crescimento da população, à diminuição da área agrícola per capita, e também ao investimento de Estados com deficit em terras aptas para a produção, como é, por exemplo, o caso da China, Índia, Coreia do Sul e países do Golfo Pérsico¹⁴. Para além da questão alimentar, têm influído outros fatores: a maior procura de produtos florestais e de biocombustíveis; “as expectativas favoráveis dos preços das matérias primas a longo prazo”¹⁵; “os novos mecanismos de investimento em

sumidouros de carbono para mitigar as alterações climáticas¹⁶; o interesse pelas energias renováveis e, também, devido “à insegurança e instabilidade dos mercados financeiros terem contribuído para renovar o interesse dos capitalistas pela terra como um investimento potencialmente lucrativo e com cobertura contra os riscos”¹⁷.

O domínio da terra por agentes exteriores passa pelo controlo da terra e dos recursos que lhe estão associados, o que pode ser conseguido por compra mas também através a obtenção de arrendamentos ou de concessões. Estes processos não são, no entanto, apenas uma realidade das últimas décadas. Basta recordar as fazendas, roças e plantações coloniais ou mesmo as grandes companhias que exploravam nações da América do Sul e Central. Apenas um exemplo: nos anos vinte do século passado, a United Fruit Company, tinha a sede em Boston e plantações em oito países, com um total de cerca de 1,4 milhões de hectares. Disponha também de infraestruturas para assegurar o transporte e a exportação da banana: dois mil e quatrocentos quilómetros de carris ferroviários; noventa navios e o controlo dos portos. Como salienta Sérgio Gómez, era um “símbolo, quase de caricatura, sobre relações de trabalho conflituais, e tinha uma enorme e desmedida influência política nos países em que se encontrava presente”¹⁸. O seu poderio e influência mantiveram-se durante décadas, num quadro verdadeiramente colonial como uma marca do “imperialismo” dos Estados Unidos, num contexto em que as leis nacionais dos Estados onde estava implantada não tinham validade “nos enclaves bananeiros”, em que se concentrava a atividade da Companhia¹⁹.

Atualmente, a utilização da terra, em largas extensões, por agentes exteriores, não se situa, em geral, em contextos coloniais e a sua formalização reparte-se, sobretudo, por duas modalidades: concessão e arrendamento. Em muitas das áreas cedidas encontram-se populações com direitos tradicionais sobre os terrenos, que, geralmente, vão sendo empurradas para fora das zonas sem serem devidamente acauteladas as suas condições de vida e sem qualquer respeito pelos seus direitos.

Como já se notou, as terras cedidas não se destinam apenas à produção de alimentos. Para a América Latina e Caribe, indica também

a produção de biocombustíveis, recursos florestais, recursos mineiros e energéticos, turismo e atividades de conservação. É um universo que engloba áreas muito vastas repartidas também, em geral, por unidades de grande dimensão que, nalguns casos, ultrapassam, na América do Sul, os novecentos mil hectares²⁰.

Apenas mais dois apontamentos. A implantação destes projetos tem tido consequências significativas nos territórios onde se estabelecem – como se aprecia no próximo capítulo – o que, a propósito do que está a ocorrer na Argentina, tem mesmo suscitado reflexões sobre a erosão do tecido rural, em que se alude à argentinização do espaço rural. A outra nota refere-se a conflitos em zonas onde as áreas ocupadas pelos projetos eram, antes, utilizadas por populações que foram expulsas das suas terras.

Este é um tema antigo que acompanha a história do capitalismo e do colonialismo, e que ainda persiste com consequências negativas para as populações que são coagidas a abandonarem as terras que tradicionalmente cultivavam. Mesmo nos casos em que são prometidas, ou negociadas, contrapartidas – emprego, construção e funcionamento de serviços para as populações (saúde, escolas), apoio à agricultura nas novas parcelas – estas raramente se concretizam numa escala que abarque uma parte significativa dos afetados, como, por exemplo, se tem vindo a verificar em Moçambique, onde têm sido analisados, e documentados, os resultados negativos destes processos e a conflitualidade que, geralmente, os acompanha²¹.

A expulsão das famílias camponesas das suas terras não se restringe, no entanto, aos grandes projetos que se vêm mencionando. A nível local, é também frequente que as grandes unidades agrícolas e florestais procurem alargar as suas áreas absorvendo as terras das famílias camponesas que lhes estão adjacentes²². Seja por esta via ou por projetos de maior envergadura, em geral implantados com o apoio dos estados, a expulsão de pessoas das suas casas e terras, recobre atualmente uma grande diversidade, tanto de objetivos como de modos de proceder para as concretizar²³. É um movimento com grande amplitude: abrange, anualmente, cerca de quinze milhões de pessoas²⁴.

A pequena parcela

O debate sobre a inserção ou inviabilidade das unidades de pequena escala no sistema industrial, que se iniciou com a expansão deste e que viria a ser continuamente renovado, acompanhou o crescente aperfeiçoamento das tecnologias e dos critérios de gestão e organização associados ao desenvolvimento do capitalismo agrícola. Apesar da flexibilização no acesso às tecnologias – que se referiu no capítulo anterior – os limiares de dimensão considerados necessários para a competitividade no mercado capitalista foram aumentando. Assim, nos anos sessenta, no Relatório Mansholt que marcou o que viria a ser o fortalecimento tecnológico da agricultura europeia, afirmava-se claramente: “Sabendo que as técnicas modernas permitem a um homem cultivar pelo menos 30 a 40 hectares de terras aráveis ou ocupar-se de pelo menos 40 vacas leiteiras, podemos considerar que 80% das explorações são seguramente demasiado pequenas para ocupar racionalmente um homem”²⁵. Em França, dos anos 60 até à segunda década do século XXI, duplicou a área considerada necessária para, com culturas cerealíferas, assegurar um “rendimento confortável” a uma família²⁶. Como antes se notou, para além da produção, as vantagens das unidades de grande dimensão têm-se acentuado com as economias de escala na esfera da comercialização e no acesso à informação e ao conhecimento.

Esta evolução tem motivado juízos definitivos sobre as pequenas explorações. Logo nos primeiros anos deste século, um autor brasileiro afastou-as de cena: “os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos complexos agroindustriais [grande capitalismo agrícola] existentes no país”²⁷. Este diagnóstico tem vindo a ser repetido, embora com nuances diferentes, por muitos outros autores, tanto para o Brasil, como para outras regiões do planeta. E, nas últimas décadas, tem sido muito reforçado com a evolução da questão da terra: prevalência da tecnologia, concentração, entrada do capital financeiro, apropriação de grandes áreas.

E contudo, as pequenas explorações e mesmo os pequenos hortejos urbanos continuam a existir e são muitos milhões. Contribuem decisivamente para a vida das famílias que as cultivam, embora, em muitos casos, a par de outros rendimentos (salários, pequenos

negócios, pensões e reformas), como se verifica na Europa do Sul e em muitas regiões da América do Sul. Noutras situações, em especial na África subsariana, não evitam que as famílias fiquem abaixo da linha de pobreza, mas têm sempre um peso decisivo na economia das familiares. Assim, por exemplo, em Malange (Angola), a produção autoconsumida das pequenas parcelas corresponde a mais de oitenta por cento do consumo alimentar das famílias²⁸.

A questão central que hoje se coloca sobre a realidade destes milhões de unidades agrícolas, em particular nos países em que os seus rendimentos não são complementados por generosos subsídios estatais à produção e por consideráveis prestações sociais, é aceitar que, com as suas estratégias familiares e com as suas lógicas económicas, constituem um amplo sector social e económico e não apenas uma preocupação social e política a remediar pelo sistema capitalista.

Uma situação esclarecedora da incapacidade de tomar esta decisão ocorreu no Brasil, na primeira década deste século com os governos progressistas do Presidente Lula, em que estas unidades foram consideradas como um problema social e não como um sector económico, diferenciado nas suas lógicas e estratégias, e associado à vida de milhões de pessoas. Guilherme Cassel, que foi ministro num destes governos, ainda chegou a advogar que, apesar das dinâmicas do grande capitalismo agrícola apoiadas pelo Estado, haveria que – por escolha política – reconhecer este sector, na sua importância e especificidade, como uma realidade económica e social do país e não apenas como um conjunto de casos a amparar pelas políticas sociais²⁹.

Esta perspectiva não chegou a impor-se. De facto, estas explorações, no seu conjunto, não foram reconhecidas como um sector económico pelo Estado, o que, de resto, exigiria algumas opções. A primeira implicava reconhecer a especificidade das estratégias familiares dos camponeses, bem como as lógicas das suas economias, e incorporá-las nas políticas públicas através dos critérios definidos para a concessão de apoios técnicos e financeiros.

Outra opção passava por assegurar às famílias agricultoras a possibilidade de utilizarem tecnologias adequadas e de terem acesso a apoio técnico e a crédito. De facto, a terra nua – para recorrer a uma formulação de Barberis, com mais de meio século, no seu livro sobre

“Teoria e história da reforma agrária na Europa” – já não assegura qualquer segurança aos que se empenham no cultivo agrícola³⁰.

Finalmente, a intervenção do Estado teria de, permanentemente, contrabalançar a inevitável erosão que a economia capitalista provoca nas economias mais débeis.

A luta pela terra (I)

Desde meados do século passado, a dimensão social que envolvia a questão da terra foi-se alterando. Foi uma mudança que acompanhou a modernização tecnológica da agricultura, a reorganização social do rural e, sobretudo, a transformação das sociedades num contexto de crescente urbanização e globalização.

Não foi um percurso linear, nem apenas conduzido pela economia. Dependeu dos condicionalismos históricos, sociais e políticos dos diferentes países e regiões. Esta diversidade, que se vai exemplificar, não invalida, de qualquer modo, a convergência de alguns dos efeitos que marcaram este processo e que passaram, nomeadamente, por alterações no controlo social e político do território, no acesso à cidadania e na luta pela terra. Sobre estes aspetos, em especial sobre este último, vão analisar-se, brevemente, alguns processos de reforma agrária em que a luta pela terra teve relevância. São seis casos, que respeitam o período temporal que se vem considerando – depois de meados do século XX – e que, na sua diversidade, ilustram uma situação cujos contornos, para além das particularidades de cada um, têm uma tendência comum marcada pelas mudanças que envolveram a realidade socioeconómica nas últimas sete décadas.

Em Itália, depois da Guerra de 1939/45, foram publicadas, em 1950, por um governo onde prevalecia o Partido da Democracia Cristã, três leis destinadas a promover a reforma agrária nalgumas regiões, cujas características sociais levaram a uma intervenção do Estado nas estruturas agrárias.

Os objetivos desta reforma agrária, que teve o apoio explícito dos Estados Unidos da América (EUA) – então com uma forte presença no país, na sequência do final da Grande Guerra – podem resumir-se em três pontos: “neutralizar a força comunista nos campos italianos,

arrebatando-lhes a bandeira da luta contra o latifúndio e da distribuição de terras” (p. 74, ver nota 31)); enfraquecer os sectores mais conservadores do mundo rural, expropriando-lhes as propriedades, e quebrando, assim, as tradicionais estruturas de poder local assentes na propriedade da terra e possibilitando, deste modo, uma maior participação democrática das populações (p.17); criar condições que favorecessem o desenvolvimento das regiões (p.77).

A reforma agrária foi executada com rapidez e passada uma década, desde o seu início, já tinha sido entregue terra a mais de cem mil famílias (Palerm, p. 481). Os beneficiários eram pequenos camponeses e trabalhadores agrícolas (p.36), e, neste ponto, ampliava um processo que já se vinha impondo desde os anos trinta. De facto, a reforma agrária prolonga, em larga medida, iniciativas que vinham desde décadas anteriores, em particular, do período fascista, como sublinha Gómez Benito: “a continuidade foi superior à rutura e talvez isso explique certa eficácia das ações” que vieram a ser concretizadas, “dada a permanência de organismos criados em distintos períodos e regimes políticos, a continuidade de políticas como a bonifica ou a continuidade de muitos técnicos e funcionários superiores de alto nível e mesmo de políticos” (p.83)³¹.

Na avaliação de Barberis³² os objetivos foram alcançados, em ambos os períodos. Viriam a ser tomados como exemplo noutros países: nos anos do fascismo, as ditaduras de Franco, em Espanha, e de Salazar, em Portugal, promoveram políticas de distribuição de terras, evocando expressamente o exemplo italiano e também com o objetivo de travar o comunismo³³.

Paralelamente, é difícil não aproximar os objetivos da reforma agrária italiana com o que veio a passar-se na América do Sul, na década de sessenta. A este propósito convém mencionar um relatório sobre a reforma agrária italiana elaborado, no início dos anos sessenta, por Ángel Palerm, um antropólogo mexicano que trabalhava para instituições de cooperação de países da América. O relatório teve repercussão na época, e uma das suas conclusões é esclarecedora: “Em resumo, poderia dizer-se que a Reforma, do ponto de vista político, contribuiu para produzir os seguintes resultados: isolamento do Partido Comunista e perda gradual das suas possibilidades de explorar com eficácia a questão agrária; aproximação e aliança entre a democracia

cristã e a social democracia; maior estabilidade política e melhores perspectivas para o desenvolvimento e afirmação da democracia política em Itália³⁴. Foi com o desígnio de se conseguir um resultado similar que emergiu, nos anos sessenta, a questão da reforma agrária no sul do continente americano.

A revolução cubana (1959), radical e socialista, perturbara a realidade social e política da América Latina e havia que evitar qualquer contágio. Esta era a preocupação dos EUA que, com este objetivo, delinearão e apoiaram algumas iniciativas. Uma delas era a reforma agrária que, de resto, também estava anunciada nalgumas das ruturas políticas que tinham ocorrido nestes anos (Bolívia, Guatemala, Venezuela, Perú). Mas, mesmo outros países, com governos conservadores, foram pressionados a encarar a questão da terra. Paralelamente, também os movimentos camponeses se mobilizavam, e lutavam por melhores condições de vida e, nalguns casos, pelo acesso à terra que era considerado como a possibilidade de sair da situação de pobreza.

Neste período, os diagnósticos de técnicos, analistas e ainda de movimentos e partidos políticos também favoreciam a ideia da reforma agrária, ao argumentarem sobre a incompatibilidade das formas dominantes de utilização da terra com a viabilidade do desenvolvimento dos países, e sobre o modo como as estruturas da grande propriedade bloqueavam a participação política das populações.

Esta veio a avançar, nos anos sessenta, nalguns países da América do Sul. Chonchol³⁵ (1994) menciona o Chile e o Peru, e ainda a Venezuela e a Colômbia onde, no entanto, os resultados foram muito limitados.

No Perú, a reforma agrária foi lançada com metas ambiciosas pelo governo do general Velasco Alvarado (1968/75): em sete anos, deveria integrar cerca de dez milhões de hectares. Para além dos números, era anunciada como um projeto “destinado a afetar profundamente o sector capitalista ao introduzir como elemento central a cooperativização do sector rural, assim como a ingerência do Estado em favor do campesinato”³⁶.

O general Alvarado foi deposto em 1975 e o curso político favorável à reforma agrária alterou-se mas, apesar disso, até 1981 tinham sido incorporados neste sector 9,4 milhões de hectares, repartidos por:

formas associativas (cooperativas de produção, sociedades agrícolas de interesse social e grupos de camponeses), 73,7%; comunidades camponesas, 12,6%; famílias individualizadas, 9,7%; outras situações, 4,0%.

Com o decorrer dos anos, o sector da reforma degradou-se, com conflitos internos e o declínio da produção. As cooperativas e as sociedades foram desmanteladas e com as mudanças na orientação dos governos, sobretudo depois de 1991, o sector da reforma agrária foi perdendo a sua especificidade e dissolveu-se numa economia crescentemente capitalista e privatizada, onde, de qualquer modo, persistem muitas pequenas explorações oriundas das vicissitudes da reforma agrária.

Perdurou, no entanto, o impulso dado à democratização da sociedade rural. Por um lado, com a expropriação das terras foi declinando a capacidade dos grandes proprietários fundiários controlarem politicamente as comunidades. Por outro, reforçou-se a participação democrática das populações, para o que, além da intervenção nas relações de propriedade, também contribuiu o estímulo da ideologia inicialmente veiculada pelo governo do general Alvorado de exaltação dos camponeses – “o patrão não comerá mais da tua pobreza” – e o efeito de programas impulsionados pelo governo para valorizar a cultura camponesa, promovendo, nomeadamente, a oficialização e divulgação da língua quechua³⁷.

No Brasil, na primeira metade dos anos sessenta, o tema da reforma agrária também estava na ordem do dia. Tinha sido impulsionado na década anterior pela agitação camponesa, onde se destacaram as lutas em Pernambuco, na sequência das alterações nas relações de trabalho tradicionais na cultura da cana. Nesta mudança, a figura do morador – com direito a casa e um lote de terra a troco de trabalhar gratuitamente um período de tempo para o proprietário – dava lugar ao assalariado.

Estas lutas, como refere Medeiros³⁸, foram também o momento em que, no plano intelectual, o diagnóstico dos problemas da região deixou de se centrar quase exclusivamente na seca e nos fatores naturais e passou a dar ênfase às dimensões sociais e políticas. Foi neste contexto, que, significativamente, o irmão do presidente dos EUA – Kennedy, na época – como seu representante, esteve, em 1961, em

Pernambuco e dirigindo-se a um grupo de camponeses envolvidos nas lutas declarou: “O homem que está na presidência dos Estados Unidos se preocupa grandemente com os problemas de todos vocês”³⁹.

O ambiente destes anos, em torno da ideia de reforma agrária teve o seu último ato com o decreto assinado pelo presidente do Brasil – João Goulart – prevendo a desapropriação de terras. O decreto é de 13 de Março de 1964 e, menos de um mês depois, um golpe militar instalava no país uma violenta ditadura que viria a perdurar até 1984.

No primeiro ano da ditadura, não foi possível apagar toda a herança recente sobre a questão da terra e, em Novembro de 1964 foi mesmo promulgado o Estatuto da Terra, que “no momento da sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações”⁴⁰ Ao abrigo do Estatuto, 77 mil famílias ainda vieram a receber parcelas de terra⁴¹. Mas, desde o ano seguinte à sua aprovação foram-se esbatendo as iniciativas reformistas, que viriam a terminar completamente depois de 1968. O tema da reforma agrária só iria regressar à agenda política em 1984, com o processo de democratização.

Desde então, depois de muitas lutas, debates e projetos, de vários governos e da aprovação de dois planos nacionais de reforma agrária (1985 e 2003), cerca de 950 mil famílias receberam, no âmbito da reforma agrária, aproximadamente 84 milhões de hectares. Foi um processo que se acelerou depois de 1995 e em que a luta pela terra foi decisiva, num contexto de profunda mudança nas estruturas agrícolas⁴².

Nas duas décadas da ditadura militar, modificaram-se os dados da questão agrária. A crescente urbanização do país, o alargamento do mercado interno e o rápido avanço da fronteira agrícola permitiram uma expansão da atividade produtiva em que ganharam preponderância as unidades capitalistas, com uma crescente modernização tecnológica que as favorecia, no mercado, relativamente à pequena produção.

Nesta, uma parte – que Graziano da Silva⁴³ designa por camponeses – mantinha-se viável no mercado, mas outros – camponeses pobres e semiproletários – estavam “praticamente de fora do circuito produtivo” e integravam-se, juntamente com o grande grupo de trabalhadores sem terra e sem destino, no enorme contingente da população que a economia capitalista fazia sobrar da agricultura. Ângela Kageyama

(1986 e 1995) estimava que este abrangia mais de sessenta por cento dos classificados como população economicamente ativa na agricultura⁴⁴. Foram os que lutaram por terra. Para os assalariados do capitalismo agrário modernizado, as prioridades foram sendo, desde o início dos anos oitenta, assegurar emprego, e melhorar as condições de trabalho e o montante dos salários⁴⁵.

Alguns autores, como já se aludiu no ponto anterior, não esperam das pequenas parcelas distribuídas na reforma agrária um contributo para a economia do país, mas apenas a resolução de um problema social. É uma avaliação que não considera, para além da melhoria das condições de vida, os efeitos positivos que, nas zonas de reforma agrária, têm tido na economia dos aglomerados populacionais, nem o modo como favorecem a inclusão social e a participação democrática. Além do que, mesmo antes das famílias estarem instaladas nas suas unidades, a luta pela terra contribuiu com relevância para o avanço da democratização do mundo rural, dado o modo como ameaçou a “antiga correlação de forças vigente nas áreas rurais, sintetizada no poder incontestável dos grandes proprietários de terra”⁴⁶.

No Chile⁴⁷, foi também a pressão americana dos anos sessenta que, em 1962, levou à promulgação de uma primeira lei de reforma agrária no mandato de um governo conservador. A sua aplicação foi muito reduzida – 66 mil hectares e cerca de mil e cem famílias beneficiadas. Seria com o governo democrata cristão dos anos 1964/70 que, com uma nova lei, o processo seria mais alargado – expropriaram-se 3,4 milhões de hectares – no âmbito de uma política que levou a uma modernização importante da agricultura, que contribuiu para erradicar o latifúndio e que permitiu o acesso à terra e à melhoria económica e social de uma parte da população camponesa.

Com a pressão de um campesinato muito mobilizado, a lei da reforma agrária de 1971, já no governo de Unidade Popular do presidente Allende (1970/73), visava aprofundar a intervenção na propriedade da terra e ampliar a entrega do controlo da terra aos camponeses. Foram expropriados, durante este governo, 6,6 milhões de hectares o que, somado ao total do período anterior correspondia a quase sessenta por cento da terra agrícola do Chile. No plano institucional, o projeto de reforma da Unidade Popular era “uma amálgama de duas formas de posse: individual e cooperativa”⁴⁸.

Em 1973, com o derrube do regime democrático de Allende por uma ditadura militar, modificou-se o panorama agrário, alterando-se a situação das terras que tinham sido integradas na reforma agrária: cerca de um terço foi devolvido aos seus antigos proprietários; 41% foram entregues a camponeses, em propriedade individual e com a possibilidade de venderem as parcelas – o que muitos vieram a fazer; 16% foram vendidos em hasta pública a empresas e particulares e 9% entregues a organismos públicos e a outras entidades.

De qualquer modo, depois da reforma agrária e da modernização da agricultura que se impuseram de 1964 a 1973, a ditadura não teve condições para restabelecer o antigo sistema latifundiário nem foi, de resto, essa orientação que impôs ao apoiar a constituição de um poderoso capitalismo agrícola, em que passaram a trabalhar desde então como assalariados eventuais muitos dos filhos dos que tinham beneficiado da reforma agrária, nas décadas de sessenta e setenta.

Nesta sequência de casos em que prevaleceu a luta pela terra, vai referir-se o Alentejo, ou seja, o sul de Portugal, onde na segunda metade dos anos setenta se concretizou uma reforma agrária impulsionada pelo movimento dos assalariados agrícolas, sobretudo os temporários, que de há muito lutavam por terra. Foi um percurso longo e esclarecedor⁴⁹.

No Alentejo do latifúndio e do trigo, antes dos anos sessenta, a motomecanização ainda não se havia imposto à tração animal. O desemprego era a ameaça permanente para a legião de assalariados temporários, para quem não havia alternativas fora da agricultura nem havia possibilidades, como veio a acontecer mais tarde, de emigrar ou partir para as cidades. O regime ditatorial, que se impusera desde 1926, dissolvera os sindicatos de trabalhadores rurais que no período anterior, na República democrática (1910/26), tinham colocado a questão da terra no centro do conflito e do debate social, e reprimia duramente os movimentos de luta e de protesto dos trabalhadores, para quem a luta pela sobrevivência era a primeira preocupação. Ser trabalhador permanente era uma meta, mas a grande ambição era possuir uma parcela de terra que pudesse assegurar uma vida e uma velhice mais tranquilas. A motomecanização ainda não havia imposto a vantagem das economias de escala e a pequena exploração cerealífera ainda aparecia como um refúgio.

Este quadro veio a alterar-se, desde os anos sessenta, com a possibilidade de se emigrar para países do centro da Europa e com as

oportunidades de trabalho que a industrialização e a construção civil iam criando nas cidades. Neste contexto, o desemprego diminuiu e os trabalhadores puderam lutar por salários mais elevados e melhores condições de vida. Esta nova conjuntura acompanhou a transformação das estruturas agrícolas. Os grandes domínios pressionados pelo crescimento dos salários foram obrigados a investir, recorrendo muito mais intensamente aos químicos agrícolas (adubos, herbicidas, fitofármacos, produtos para a sanidade animal), a sementes e animais melhorados e à utilização generalizada da motomecanização. Menos desemprego, salários mais elevados e a evidência das economias de escala associadas à motomecanização, tornaram menos atraente a luta por uma pequena parcela de terra.

A primeira metade dos anos setenta foram anos de rutura. A alta do preço do petróleo abalou as economias ocidentais. Diminuíram tanto a possibilidade de emigrar como de encontrar trabalho nas cidades. Em 1974, com o derrube da ditadura e os primeiros passos do regime democrático, cessaram as guerras coloniais (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau) e muitas centenas de milhar de pessoas regressaram e pretenderam incorporar-se no mercado de trabalho. Cresceu o desemprego nas cidades e nos campos do Alentejo onde a questão do acesso à terra dos grandes domínios, reprimida desde a República de 1910/26, emergiu, de novo, desencadeada com força e determinação pelos assalariados agrícolas. O objetivo já não era uma parcela de terra, mas lutar por emprego, em que o latifúndio e o capitalismo agrário sempre tinham sido parcos.

Conquistar a terra seria, assim, garantir emprego para os trabalhadores temporários que, desde há muito e mais acentuadamente com a intensificação tecnológica que acompanhara a motomecanização, tinham sido arredados dos saberes necessários para gerir e organizar os sistemas de produção: eram trabalhadores parcelares, cuja esperança possível era um emprego e não o cultivo de uma parcela de terra, para que não se sentiam capacitados e cuja viabilidade económica parecia comprometida com a mudança tecnológica. Era uma esperança reforçada pela ideologia prevalecente no movimento dos trabalhadores, marcada pela influência determinante do Partido Comunista e da sua matriz coletivista.

Assim, na área de mais de um milhão de hectares que ocuparam em 1975, com a legitimação e o apoio do governo e do movimento militar que derrubara a ditadura, constituíram cooperativas de produção e unidades

coletivas, em que criaram postos de trabalho e organizaram-se para gerir sem qualquer tutela. Melhoraram também as condições de vida e de trabalho, e apropriaram-se do espaço das aldeias e vilas: alteraram nomes de ruas e largos, passaram a circular neles sem receio, e inauguraram novos monumentos nas praças centrais. Tornaram-se donos do seu destino.

Com a evolução política do país e a alteração das relações de forças, avançou, nos anos oitenta, uma contra-reforma agrária que liquidou toda a economia coletiva e cooperativa dos trabalhadores e reverteu a situação das terras que tinham sido ocupadas. Apenas se manteve a conquista do espaço social de vilas e aldeias.

Finalmente, vai referir-se a reforma agrária na Andaluzia dos anos oitenta. Foi uma tentativa que ocorreu num contexto em que pareciam estar reunidas as condições para a concretizar. A primeira foi a chegada ao poder, em Espanha, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), herdeiro de uma longa tradição de luta política e social, que fora interrompida pela ditadura franquista, mas que, em democracia, era possível retomar. Os outros motivos “para que a reivindicação de Reforma Agrária se mantivesse com intensidade” foram sintetizadas por Pérez-Yruela (1985)⁵⁰: o peso da questão da terra na história andaluz e o facto de esta ter emergido no debate público depois de iniciado, em 1977, o processo de democratização em Espanha; manter-se uma elevada concentração da terra e praticar-se uma agricultura com níveis de emprego muito baixos; a grande dimensão do grupo dos assalariados, com difíceis condições de vida e de trabalho.

Foi neste contexto que, em 1984, foi aprovada uma reforma agrária “cujo fim primordial”, nas palavras do primeiro presidente do Instituto Andaluz de Reforma Agrária, “é melhorar a eficiência social dos grandes agricultores para que estes contribuam para criar emprego e riqueza”, e só depois, como segunda prioridade, distribuir parcelas de terra pelos eventuais beneficiários⁵¹. Afinal, nenhum dos dois objetivos viria a ser cumprido e, em 1992, a reforma agrária era considerada uma “tentativa falhada”⁵². As razões para este desenlace podem resumir-se em cinco pontos: alteração da posição do governo andaluz que foi privilegiando o aumento da eficiência das grandes explorações em detrimento de uma perspectiva de expropriação de terras, para redistribuir; falta de apoio do governo nacional ao governo da Andaluzia; dificuldades jurídicas para tornar efetiva a aplicação da lei da reforma; oposição dos grandes proprietários; escassa mobilização dos trabalhadores agrícolas.

Sobre este último ponto são esclarecedores os resultados de um inquérito sobre as opções de emprego, feito a trabalhadores agrícolas, nos anos da reforma agrária. Mais de metade optava por outra via: 32% preferiam ser trabalhadores permanentes numa exploração agrícola; 24% optavam por um emprego fora do sector agrícola. Os restantes, que optavam pela reforma agrária, repartiam-se entre os que aspiravam a uma parcela individual (26%) e os que pretendiam integrar uma cooperativa (16%). Com este inquérito e outros indícios, Pérez-Yruela (1988) concluía ser manifesto “que o problema da terra perdeu importância face à questão do emprego”⁵³.

Os resultados da reforma foram escassos: beneficiaram cerca de três mil e novecentas famílias, com a distribuição de 30,6 mil hectares, dos quais um terço foi comprado pelo Estado, a preço de mercado e não proveio de expropriação⁵⁴. Sucedeu, também, que os anos da reforma coincidiram com o acentuar, desde 1984, de mecanismos de proteção aos assalariados agrícolas através de apoio ao emprego social e do subsídio de desemprego. Esta política permitiu aos trabalhadores optarem por uma inserção social ligada a estes apoios, embora os obrigasse também a algum trabalho precário ao longo do ano, sem o qual não reuniam as condições para aceder aos subsídios.

Foi uma iniciativa suscitada a partir do Estado, que não motivou os trabalhadores. Encaminharam-se para o que, no imediato, lhes pareceu mais favorável e não optaram pela reforma agrária, aparentemente prometedora mas cuja viabilidade se afigurava ténue e em que não se sentiam envolvidos⁵⁵.

Luta pela terra (II)

Nos países e regiões considerados no ponto anterior, exceto no Brasil, já passaram várias décadas sobre os momentos de luta pela terra. Entretanto as agriculturas, sociedades e economias foram-se transformando. O grande capitalismo agrícola impôs-se associado à crescente transformação tecnológica; nas economias passaram a prevalecer a indústria e, sobretudo, os serviços; a digitalização foi avançando na atividade económica e na vida quotidiana; acentuou-se a urbanização e a inserção dos países nos fluxos da globalização; a pequena parcela agrícola tornou-se menos relevante para sair da pobreza. Neste panorama, também declinou a luta pela terra.

No Chile, três décadas depois do regresso à democracia (1984), a luta pela terra já não aparece uma via de inserção vantajosa. As famílias procuram agora o fortalecimento produtivo das explorações, o trabalho assalariado, na agricultura e noutras atividades, a par da possibilidade de receberem alguns apoios sociais⁵⁶.

No Perú, após a reforma agrária, desvaneceu-se a luta pela posse de uma pequena parcela. No entanto, paralelamente, Eguren salienta que no Perú, como no Chile, Bolívia e Equador – lista a que se poderia acrescentar o Brasil – emergiram novas formas de luta que não visam conquistar pequenos lotes mas defender direitos tradicionais sobre a terra. Indica, a este propósito, as reivindicações do movimento camponês indígena em defesa do seu “território, como espaço de reprodução social, cultural e económico” e das comunidades camponesas que resistem à usurpação das suas terras por grandes projetos de extrativismo de minérios ou por hidroelétricas e similares⁵⁷.

No Brasil, a luta pela terra manteve-se até ao presente. Não pelos assalariados que aqui, como nos outros países da América do Sul privilegiaram a defesa do emprego e a obtenção de direitos laborais⁵⁸. Os que persistem nesta luta encontram-se entre os que sobram do sistema socioeconómico: não são necessários, nem como trabalhadores assalariados, nem têm terra para poderem ser produtores agrícolas viáveis. O objetivo é o acesso a uma pequena exploração, cujo cultivo permita ultrapassar a pobreza das condições de vida e garantir o exercício da cidadania. De qualquer modo, nas duas últimas décadas, como já antes se referiu (capítulo 2), esmoreceu a batalha por este objetivo, devido ao efeito de um programa estatal que subsidia as famílias carenciadas, o Bolsa Família.

Nos países da Europa do Sul, a luta pela terra para produzir também se esbateu. Na Andaluzia, como se notou, não chegou sequer a iniciar-se, nos anos oitenta. Em Itália, com a transformação profunda do país e da agricultura, desapareceram as iniciativas que antes tinham conduzido à reforma agrária⁵⁹. No Alentejo, o percurso dos assalariados agrícolas depois da contra-reforma agrária, também levou ao abandono da reivindicação de terra. Como grupo social não se renovaram, envelheceram e perderam peso demográfico e muitos procuraram outros rumos fora da região. Os que ficaram vivem de pensões de reforma, de subsídios de desemprego, de trabalho sazonal noutros países da Europa ou de alguns postos de trabalho nos domínios fundiários que entretanto se reconstituíram com os generosos

apoios financeiros da Política Agrícola Comum.

Declinou a luta pela terra, numa tendência em que, nestes países e regiões, se conjugaram as mudanças na sociedade, na economia e na agricultura, com o acentuar das limitações das pequenas unidades agrícolas, agravadas pela recusa dos Estados em as reconhecerem como um sector socioeconómico diferenciado. Estes condicionalismos dificultaram também a atividade dos movimentos empenhados na luta pela terra. É um panorama extensível a outros países, mesmo àqueles em que nas últimas décadas não se tenham assinalado, com expressão significativa, combates pela terra.

De qualquer modo, noutras zonas e noutros contextos históricos, com características específicas, persiste com acuidade a questão da terra. É o caso, por exemplo, da África do Sul, onde a herança de uma diferenciação racial coincide, em grande medida, com uma enorme assimetria na distribuição da propriedade da terra.

Contrastando com esta situação, em Angola onde, com a independência do país, as grandes propriedades coloniais foram apropriadas pela elite política e militar, os camponeses não tiveram qualquer oportunidade de alargar as suas diminutas explorações, nem de recuperar a terra que lhes tinha sido usurpada antes da independência do país. Apesar destas circunstâncias, não se verificaram iniciativas dos camponeses para conquistarem mais terra, mas apenas lutas para que não lhes seja retirada a que utilizam, nem percam o acesso a outros recursos naturais, nomeadamente, à água. Esta passividade deveu-se, seguramente, ao facto de, em Angola, o tema da terra não estar agora sobreposto a uma questão racial, mas também à impossibilidade da maioria das famílias camponesas poder ambicionar mais área para explorar. De facto, com a tecnologia de que dispõem, todo o trabalho das famílias não permite cultivar uma área superior à das diminutas parcelas que já possuem (cf. cap.1). Ou seja, para querer terra é necessário reunir as condições necessárias para tornar efetiva a sua apropriação, ou conseguir que estas se concretizem com a consumação da luta. Em Angola, as famílias camponesas não têm esta possibilidade.

Aos combates pela terra estão também alheios os numerosos trabalhadores imigrantes que nalgumas regiões, nomeadamente na Europa do Sul, são agora um contingente importante nalgumas atividades agrícolas, em particular nos trabalhos sazonais e nas estufas. Estão sujeitos, em geral, a condições de vida muito degradadas e recebem salários diminutos. Não têm a luta pela terra no seu horizonte, nem tal lhes aparece como possível

dada a precariedade da sua situação, decorrente de uma posição muito frágil face às autoridades e às empresas em que trabalham e também ao relacionamento com as populações locais que frequentemente lhes manifestam um forte antagonismo.

Nota conclusiva

O que antes se referiu para os espaços geográficos que se vêm considerando, são grandes tendências de que agora se destacam quatro pontos.

Em muitas regiões do mundo, tem-se verificado a apropriação de grandes manchas de terras por agentes exteriores, com objetivos que vão da produção agrícola e florestal, a outras atividades e, mesmo, à constituição de reservas estratégicas de terra.

Paralelamente, vem emergindo – é o segundo ponto – de modo generalizado, um modelo produtivo agrícola, controlado pelo capital financeiro, assente numa poderosa base tecnológica e que privilegia a fluidez da organização e da gestão da produção, minimizando os encargos fixos com a terra, máquinas e outros equipamentos. Tem-se revelado muito competitivo no mercado, mas devastador das realidades sociais em que opera.

Resta concluir sobre os grupos subalternos. As famílias camponesas têm, em muitas regiões, dificuldades crescentes em manter os direitos sobre as pequenas parcelas e as terras das comunidades e em serem reconhecidas pelas políticas públicas como uma realidade económica – com as suas próprias lógicas e objetivos – e não apenas como casos sociais.

Por último, esbateu-se, em muitos países, a luta pela terra. Ou seja, a questão social da terra, do lado dos grupos subalternos, perdeu iniciativa e alento. Pelo contrário, do lado do capitalismo agrário ganhou maior amplitude e ambição. Os sem-terra e os detentores de pequenas parcelas não têm conseguido, de facto, sobrepor-se às forças que vêm desenhando a arquitetura – agrícola, florestal e fundiária – funcional para o sistema capitalista, na fase atual da globalização.

NOTAS

- 1 - Chonchol, J., *Sistemas agrários en América Latina*, Santiago do Chile, 1994.
- 2 - Graziano da Silva, J., *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, 1999.
- 3 - Gasques, J. *et al.*, Productivity and structural transformation in Brazilian agriculture: analysis of agricultural census data, em Martha Junior, G. e Ferreira Filho, J. (eds.), *Brazilian agriculture. Development and changes*, Brasília, 2012, pp.73-102.
- 4 - Alves, E. *et al.*, Um modelo de produção para a agricultura brasileira e a importância da pesquisa da Embrapa, *Revista de Política Agrícola*, ano XXI, nº 4, 2012, pp. 35-59.
- 5 - Chonchol, J., *Ob. cit.*
- 6 - *Les notes de synthèse*, nº 26, Julho 2018.
- 7 - Purseigle, F. *et al.*, De la ferme à la firme, em Purseigle, F. *et al.* (dir.), *Le nouveau capitalisme agricole. De la ferme à la firme*, Paris, 2017, pp. 13-27.
- 8 - Gorenstein, S. e Ortiz, R., La tierra en disputa. Agricultura, acumulación y territorio en la Argentina reciente, *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, 1 (2), 2016, p. 3.
- 9 - Leite, S. P., Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização, *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, 4 (7), 2018, pp. 317-8.
- 10 - Anlló, G. e Bisang, R., Da economia agrária à bioeconomia: repensando as abordagens para a análise das modernas agriculturas sul-americanas, em Bulher, E. *et al.*, *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização, abordagens a partir da América do Sul*, Porto Alegre, 2016, p. 27.
- 11 - Antoine, O., L'agriculture de firme en Argentine, em Purseigle, F. *et al.* (dir.), *Ob. cit.*, pp. 239-253.
- 12 - Purseigle, F. *et al.*, Autonomie de firmes agricoles. Les dimensions d'un basculement, em Purseigle, F. *et al.* (dir.), *Ob. cit.*, pp. 29-64.
- 13 - Buainain, A. *et al.*, Sete teses sobre o mundo rural brasileiro, em Buainain; A. *et al.*, *O mundo rural no Brasil do século XXI*, Brasília, 2014, p. 1172.
- 14 - Hall, R., El nuevo acaparamiento de tierras y las cambiantes dinámicas de la agricultura en el sur de Africa, *Revista española de estudios agrosociales y pesqueros*, 231, 2012, pp. 175-207.
- 15 - Gorenstein, S. e Ortiz, R., *Ob. cit.* p. 5.
- 16 - Edelman, M. e Borrás, S., *Movimientos agrarios transnacionales. Historia, organización y política*, Barcelona, 2018, p. 34.
- 17 - *Idem.*
- 18 - Gómez, S., La United Fruit Company (UFC): un análisis a partir de la literatura y la fotografía, *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, vol. 2 (4), 2017, pp. 139-179.

- 19 - Torres Rivas, cit. por S. Gómez, *Ob. cit.*, p. 145.
- 20 - Sobre este parágrafo cf. Gómez, S., La tenencia de la tierra y sus problemas en América Latina y el Caribe, *Revista ALASRU – nueva época*, nº 10, 2014, pp. 147-167.
- 21 - O Observatório do Mundo Rural (OMR) dedicado a Moçambique, com sede em Maputo e coordenado por João Mosca, tem desenvolvido numerosos trabalhos sobre esta questão, dos quais se referem os seguintes: Feijó, J., *Investimentos, assimetria e movimentos de protesto na província de Tete*, 2016, 32p.; Siteo, A. e Nogueira, S., *Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, província da Zambézia*, 2017; Feijó, J. e Maquenzi, J., *Pobreza, investimento, expectativas e tensão conflitual*, 2019, 9 p.; Maquenzi, J., *Pobreza e desigualdade em zonas de penetração de grandes projectos: estudo de caso em Namanhubir – Cabo Delgado*, 2019, 29 p..
- 22 - Cf.: Heredia, B., O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de expropriação social, em Neves, D. e Silva, M., *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, vol. 1, São Paulo, 2008, pp. 39-68; Renk, A., Expropriação do campesinato cabocolo no Oeste catarinense, em Godoi, E. et al., *Diversidade do campesinato: expressão e categorias*, vol. 1, São Paulo, 2009, pp. 297-310.
- 23 - Roudart, L. e Guénard, C., Introduction: dépossessions foncières en milieu rural, *Revue Internationale des Études du Développement*, nº 238, 2019.
- 24 - Informação fornecida por um relatório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os direitos humanos e apresentada por Monsalves Suárez, S., *Droit à la terre et aux autres ressources naturelles*, 2015, FIAN internationale – Note d’analyse.
- 25 - *Le Plan Mansholt*, Paris, 1969.
- 26 - Neveau, A., *L’agriculture mondiale. Un désastre annoncé*, Paris, 2012, p. 90.
- 27 - Graziano da Silva, J., Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?, *Ciência hoje*, , vol. 29, nº 170, pp. 61-63.
- 28 - Cf. F. Baptista, *O destino camponês*, Castro Verde, 2013.
- 29 - Cassel, G., Apresentação, em Árabe, C., *A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento*, Brasília, 2008, pp. 4-7.
- 30 - Barberis, C., *Teoria e historia de la Reforma Agraria en Europa*, México, 1965, p.134.
- 31 - Os comentários sobre a reforma agrária italiana apoiam-se em Misiani, S. e Gómez Benito (eds.), C., *Construyendo la nación: Reforma Agraria y modernización rural en la Italia del siglo XX*, Saragoça, 2017, em particular na “Presentación” (pp. 9-86)”, da responsabilidade dos dois editores (Misiani tem a “responsabilidade intelectual” nas pp. 9-30 e Gómez Benito nas pp. 31-85) e no texto de Ángel Palerm, “Observaciones sobre la reforma agraria en Italia” (pp. 403-504).
- 32 - Barberis, C., *Ob. cit.*.

- 33 - Cf.: Gómez Benito, C. e Gimeno, J., *La colonización agraria en España y Aragón 1933-1975*, 2003, 222 p.; Baptista, F., *A política agrária do Estado Novo*, Porto, 1993, 418 p..
- 34 - Palerm, A., *Ob. cit.*, p. 504 (ver nota 31).
- 35 - Chonchol, J., *Ob. cit.*.
- 36 - *Idem*, p. 307.
- 37 - Cf. Eguren, F., La reforma agraria en el Peru, *Debate Agrario* nº 44, 2009, pp. 63-100 , a citação está nas pp. 91-2.
- 38 - Medeiros, L., *História dos movimentos sociais nos campos*, Rio de Janeiro, 1989, p. 47.
- 39 - Carvalho, A., *Elementos para a construção de uma memória da reforma agrária*, Recife, 2018, p.61.
- 40 - Medeiros, L., *Ob. cit.*, p.87.
- 41 - Navarro, Z., Tierra, democracia y capitalismo: la improbable convergencia (el caso latino-americano, con énfasis en Brasil), *Revista española de estudios agrosociales* nº231, 2012, p.100.
- 42 - Cf.: Carvalho, A., *Ob. cit.*; Leite, S. e Ávila, R., *Um futuro para o campo*, Rio de Janeiro, 2007, pp. 81-102; Navarro, Z., El campo brasileño, *Política*, nº 2, 2015, pp. 52-67.
- 43 - Graziano da Silva, J., Mas, qual reforma agrária?, *Reforma Agrária*, ano 17, nº 1, 1987, p.47.
- 44 - Kageyama, A., *Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional*, Campinas, 1986, e da mesma autora: *A situação social da agricultura nos anos 90*, Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, Campinas, 1995.
- 45 - Graziano da Silva, J., O “bóia-fria”: entre aspas e com os pingos nos is, em *A mão-de-obra volante na agricultura*, Botucatu, 1982, pp. 137-177 e, do mesmo autor, *De bóias-frias a empregados rurais. As greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme*, Maceió, 1997, 195 p..
- 46 - Navarro, Z., *Ob. cit.*, 2015, p.60.
- 47 - Sobre a reforma agraria no Chile cf.: Chonchol, J., *Ob. cit.*, 1984; Chonchol, J. *Chili: de l'échec a l'espoir*, Paris, 1977; Bellisario, A., La reforma agraria chilena. Reformismo, socialismo y neoliberalismo, 1964-1980, *Historia Agraria*, 59, 2013, pp. 159-190; Carrillo, G., Revoluciones y reformas agrarias durante el largo siglo xx latino-americano, em Carrillo, G. e Cuño, j., (compiladores), *Historia agraria y políticas agrarias en España y América Latina desde el siglo XIX hasta nuestros dias*, Madrid, 2017, pp. 147-238.
- 48 - Bellisario, A., *Ob. cit.*, p.171.
- 49 - Sobre a reforma agrária e a atitude dos assalariados em relação à terra cf. Baptista, F., *Alentejo, a questão da terra*, Castro Verde, 2010, 239 p..
- 50 - Pérez-Yruela, M., La reforma agraria en España, *Cuadernos Historia* 16, nº239, 1985, PP. 4-31.
- 51 - Sumpsi, J., La Reforma Agraria en Andalucía, *Cuadernos y Debates*, 10,

Madrid, 1988, pp. 13-54. Deste autor cf. também: El contexto político-económico de la Reforma Andaluza, em Amaro, C. *et al.*, *Gran propiedad y política agraria en la Península Ibérica. A propósito de la Ley de Reforma Agraria Andaluza*, Granada, 1992, pp. 169-184.

52 - Amador *et al.*, Evaluación del proyecto de reforma agraria de Andalucía, *Revista de Estudios Agro-sociales*, 162, 1992, pp.105-132.

53 - Pérez-Yruela, M., La Reforma Agraria andaluza: limitaciones e perspectivas, *Cuadernos y Debates*, 10, 1988, pp. 53-78.

54 - Cf.: Naredo J., Reforma agraria entre el mito y la realidad sócio-ecológica, em Molina, M. (coord.), *La cuestión agraria en la historia de Andalucía. Nuevas perspectivas*, Sevilla, 2014, pp. 133-155.; Naredo J. e González de Molina, M., Reforma Agraria y desarrollo económico en la Andalucía del siglo XX, em Gonzalez de Molina, M. (ed.), *La Historia de Andalucía a debate, vol. II, El campo andaluz*, Barcelona, 2002, pp. 88-116.

55 - Cf. Baptista, F., *Agriculturas e territórios*, Oeiras, 2001, pp. 73-76.

56 - Cf.: Quiñones Díaz, X., La economía de las familias mapuches rurales: de la cuestión de la tierra a la diversificación de fuentes de rentas, *Revista española de estudios agrosociales y pesqueros*, 231, 2012, pp. 137-174.; Graziano da Silva, J. *et al.* (eds.), *Boom agrícola y persistência de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, FAO, 2009, 343p..

57 - Eguren, F., *Ob. cit.*, p. 99 2009. Cf. también Bonilla, H., Un estudio de caso: la cuestión agraria en el Perú después de la reforma agraria, em Carrillo, G. e Cuiño, J., (compiladores), *Ob. cit.*, p. 247.

58 - Nalguns trabalhos que foram publicados sobre assalariados agrícolas na América do Sul, não se referem, de facto, lutas pela terra mas apenas em defesa do emprego e dos direitos laborais. Cf.: Balsadi, O., *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira*, São Paulo, 2008; Gómez, S., e Klein, E., *Los pobres del campo: el trabajador eventual*, Santiago do Chile, 1993; Klein, E., Condicionantes laborales de la pobreza rural en América Latina, em Graziano da Silva *et al.*, J., *Boom agrícola y persistência de la pobreza rural*, FAO, Roma, pp. 16-64.; Riella, A. e Mascherano, P., *Asalariados rurales en América Latina*, Montevideo, 2015. Ver também trabalhos referidos na nota 45.

59 - Cf.: Cazolla, F., Les salariés agricoles de la plaine du Pô. Naissance et déclin d'une classe dangereuse, em Hubscher, R. e FarCY, J. C., *La moisson des autres*, pp.153-176; Pugliese, E., *I braccianti agricoli in Italia*, Milão, 1983, 116p..

O RURAL

Ao espaço rural correspondia tradicionalmente uma função produtiva agrícola, assegurada pela população rural, e de cujo desempenho dependiam as suas economia e condições de vida. Foi uma situação que veio a ser abalada pelas grandes mutações que foram moldando a agricultura na sequência dos processos de industrialização e urbanização, a nível nacional, e das dinâmicas da fase atual da economia mundial. São processos que, como adiante se refere, têm conduzido, em muitos países e regiões, à dissociação da economia da população rural do abastecimento do mercado em produtos agrícolas – a função produtiva agrícola.

Estas mudanças associaram-se, geralmente, a outros aspetos, nomeadamente à transformação tecnológica da agricultura, a uma maior abertura ao mercado das vilas e aldeias, a movimentos populacionais e à influência crescente do mundo urbano nos modelos de consumo e nas atitudes e comportamentos. Tanto a dissociação, antes referida, como estes fatores repercutiram-se fortemente no espaço rural, em particular nas suas estruturas económicas. É sobretudo nestas que se centra este capítulo, começando por salientar que as consequências foram muito distintas de um país a outro e, muitas vezes, mesmo entre regiões. São algumas destas diferenças que se vão apresentar de seguida, muito esquematicamente, recorrendo a quatro casos.

Como adiante se justifica, nesta abordagem comparativa a designação espaço rural não remete para qualquer especificidade sociológica mas permite apenas a identificação de um espaço sociopolítico associado a um padrão de povoamento marcado por

aglomerados de pequena dimensão. Comparam-se, com este objetivo, territórios com um padrão de povoamento cuja similitude decorre apenas de, em cada caso, se estabelecer uma delimitação entre o campo e a cidade. É com este referencial empírico, e diferente nas várias situações, que se define a fronteira das análises a efetuar.

Nestas distinguem-se ainda duas dimensões no espaço rural: o rural e o espaço agro-florestal. A primeira refere-se à população e à realidade sociológica dos pequenos aglomerados. No espaço agro-florestal, englobam-se as áreas aproveitadas para agricultura e floresta, bem como todas as outras manchas incultas ou geridas com outros objetivos (ambientais, lazer e outros).

O renascimento rural

Há três décadas saíram em França, quase em simultâneo (1989 e 1990), dois livros, de autores reputados, cujos títulos remetiam, com olhares diferentes, para as mudanças que se estavam a viver. Um deles punha ênfase no declínio de uma realidade – “Os campos do abandono. Uma França rural sem camponeses?”¹ – o outro anunciava o renovar desta mesma realidade – “O renascimento rural”².

Este desacerto ocorreu num momento de inflexão em que às consequências da perda da hegemonia da agricultura no rural se começava a suceder a constituição de uma nova economia rural.

De facto, com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização, abriram-se para a população rural possibilidades de encontrar nas cidades melhores condições de vida, levando a um amplo êxodo agrícola. Paralelamente, as explorações agrícolas, para responderem a esta situação, tiveram de enveredar pela modernização tecnológica, apoiada pelas políticas públicas, e que ia ao encontro dos interesses da indústria. Tanto porque se lhe abria um mercado de meios de produção químicos e motomecânicos, como porque, com esta tecnologia, a produtividade ia ser muito incrementada e poderia levar a uma baixa no preço dos alimentos – como veio a verificar-se – que se refletiria nos salários a pagar.

Como a grande maioria da população rural trabalhava na agricultura, a saída de muitas pessoas desta atividade foi também um vasto êxodo

rural, que se traduziu durante algumas décadas na diminuição da população nas vilas e aldeias e num debilitamento das economias locais.

O anunciado renascimento rural identificava o emergir de uma nova economia, cujo sinal promissor era o retomar do crescimento da população rural, depois de décadas de perda. Nestes anos, este movimento verificou-se não só em França, mas também noutros países desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá, Holanda, Alemanha, Itália, Grã-Bretanha).

A base desta economia foram as dinâmicas populacionais que entretanto se verificaram. Assim, a par das famílias rurais que persistiram, acentuou-se a presença de outros moradores, tanto sazonalmente, em residências secundárias, como de modo permanente: reformados e outras famílias, vivendo dos rendimentos de que dispunham, procurando emprego, montando algum pequeno negócio ou trabalhando noutras localidades. Acentuou-se também o turismo rural, ou seja, as vindas de população urbana para, em pequenas estadias ou meras passagens, usufruir dos patrimónios (histórico, paisagístico, cultural, gastronómico,...) de cada local, bem como das possibilidades de lazer existentes (contacto com a natureza, atividades desportivas, iniciativas ambientais,...), ou atraída pelos produtos locais diferenciados (agrícolas, artesanais) próprios de cada comunidade ou região.

Esta procura, a nível das comunidades rurais, levou à estruturação de economias locais de serviços, organizadas geralmente em unidades de pequena dimensão, mas com capacidade para assegurar a oferta, tanto a nível local como para as solicitações exteriores. São economias que, mesmo em zonas de baixa densidade, asseguram a renovação populacional.

Foi neste contexto que a agricultura deixou de hegemonizar as economias rurais, apesar da participação, em muitas regiões, de unidades agrícolas na oferta de produtos e serviços à população rural. Ou seja, para além da tradicional produção de bens de massa, as explorações procuraram, com base na sua estrutura, desenvolver outras aptidões: produtos agrícolas diferenciados, serviços de restauração e hotelaria, atividades de lazer, por vezes associadas a possibilidade dos visitantes participarem nos trabalhos agrícolas. Esta diversificação foi mesmo muito apoiada na União Europeia, depois de 1992, pela Política Agrícola Comum.

Esta articulação das explorações com a economia rural apenas abrangeu uma parte das unidades agrícolas: sobretudo as de média dimensão, com estruturas que tornaram possível a adaptação, e cujas famílias reuniam capacidades e saberes necessários às atividades não agrícolas, nomeadamente na relação com o mercado do turismo rural. É um segmento que não bastou para diminuir o abandono das unidades agrícolas de menor dimensão ou com menos condições para esta reconversão. Estas eram a grande maioria e a elas se deve a grande quebra no número total de explorações, que se regista desde há décadas. Paralelamente, as unidades agrícolas de grande dimensão intensificaram os seus sistemas produtivos, com uma crescente modernização tecnológica, diminuíram muito o emprego regular e as suas economias separaram-se das vilas e aldeias, nomeadamente ao nível da compra de meios de produção e da venda de produtos, que passam por intermediários e pelo mundo urbano. Ou seja, são sobretudo estruturas sectoriais dissociadas das comunidades rurais das zonas onde têm os terrenos para produção.

A constituição da nova economia rural beneficiou de uma política continuada do Estado central e das autarquias, e só foi possível dada a existência de infraestruturas (acessibilidades, energia, telecomunicações, internet, abastecimento de água, saneamento básico) e equipamentos (culturais, desportivos, de apoio à vida social da comunidade), a nível local, similares aos dos polos urbanos. Passou ainda pela fácil acessibilidade aos serviços básicos (saúde, escola, apoio aos idosos, segurança, administração, bancos, correios e outros). Estas três dimensões, de responsabilidade pública, foram-se consolidando a par do desenvolvimento tecnológico da agricultura – “a reorganização social acompanhou a reorganização agrícola”³ – e, sem prejuízo de alguns aperfeiçoamentos, foram uma base já encontrada pelas novas atividades.

Foi uma transformação profunda que, embora com tempos nem sempre coincidentes, também incorporou a influência de modelos urbanos no consumo, na cultura, nas atitudes e comportamentos. A este propósito, para a França, Rambaud notava, desde o início dos anos setenta, que “penetrando em cada aldeia, a cultura urbana suaviza cada vez mais os caracteres distintivos da cidade e do campo e coloca o problema de uma única sociedade em construção”⁴.

Com as mudanças na economia rural, a que se associou o declínio da terra no governo de vilas e aldeias, e com os efeitos da influência do universo urbano, dos elementos tradicionalmente utilizados para delimitar a especificidade do rural, apenas restou a pequena dimensão dos agregados populacionais⁵ – é a justificação a que antes se aludiu. Nestes desenvolveram-se atividades inseridas em mercados que ultrapassam largamente o âmbito do local onde estão implantadas, onde convergem também “fluxos exteriores” (transferência de rendimentos, como as pensões e reformas) – e onde se articula a mobilidade geográfica do mercado de trabalho, entre os residentes que saem para trabalhar fora e, inversamente, os moradores de outros lugares que vêm procurar trabalho.

Paralelamente, o espaço social dos residentes também foi extravasando as fronteiras do local, multiplicando-se as saídas para tratar de assuntos pessoais, por motivos de lazer, sociabilidades, compras e outros.

Ressalta assim, que com a transformação das economias locais e do espaço social das famílias, o local de residência dissociou-se da geografia económica e social dos seus moradores. Mesmo com esta separação, cada local mantém toda a relevância como quadro de vida da população, e como um espaço de cidadania e de participação cívica e política. Está agora longe a aldeia tradicional fechada sobre si própria, embora cada local esteja ainda marcado pela sua história e por particularidades que não podem ser omitidas na análise dos processos de mudança⁶.

Estas mudanças nos campos, e nas economias e sociabilidades que os povoavam, não se verificaram, nos países e regiões do renascimento rural, de modo idêntico em todos os territórios. Pelo contrário, com frequência, tiveram contornos, calendários e resultados diferentes. De qualquer modo, para além destas divergências, impuseram-se em alguns países de forma generalizada, nomeadamente em França, como evidencia um livro recente de uma investigadora atenta e conhecedora⁷. Configura ainda o que, para muitas instituições e autores, se associa a uma possibilidade favorável de transição, nos pequenos aglomerados populacionais, de uma economia predominantemente agrícola para uma economia de serviços. Nos pontos seguintes vai, precisamente, confrontar-se este modelo com outras realidades.

Para o fazer convém, como resumo, explicitar os condicionalismos que rodearam esta transição: a procura urbana; o forte e continuado apoio

das políticas públicas; a existência de infraestruturas, equipamentos e serviços, a nível local; capacidade das comunidades para organizar e promover a oferta, com base nos recursos e nas potencialidades locais; uma relação fluida entre o urbano e os aglomerados rurais, tanto na circulação de pessoas e bens, como no plano cultural.

Entre os “cuidados paliativos” e a procura urbana

Na península ibérica, onde o êxodo rural e a modernização tecnológica da agricultura também abalaram a tradicional economia agrícola, o panorama é diferente: numa grande mancha do rural não se desenvolveu uma nova economia rural, que assegurasse a vida das vilas e aldeias para além do declínio da hegemonia da agricultura e da saída da população. Ou seja, há uma diversidade de situações no espaço rural, mas com grandes zonas onde se erodiu a tradicional economia agrícola dos pequenos povoados, em que não emergiu uma alternativa e onde persistem populações em declínio e envelhecidas, cujo maior rendimento provém de pensões e reformas. Para Portugal, Rolo e Cordovil estimam que esta área abrange cerca de 63% da área do Continente⁸. Para Espanha, Molinero indica que ocupa 43% da área do país e acrescenta que ainda há mais uma quinta parte do território que oscila “entre o positivo e o negativo”.

Este último autor caracteriza estas terras como tendo dificuldades naturais, com um meio não melhorável e com um território não atrativo. Refere ainda que, mesmo hoje, com o teletrabalho e as facilidades de comunicação continuam zonas “marginalizadas”⁹. Na expressão esclarecedora de Langreo e García-Azcárate, “falharam os motores económicos” que asseguravam a estabilidade no passado e não surgiram outros motores capazes de dinamizarem a economia¹⁰.

À quebra de população associou-se também, por parte dos governos e de entidades como a banca, uma redução de postos de prestação de serviços e do número de equipamentos que se mantinham funcionais. Defendia-se que estes ajustamentos se tornavam inevitáveis dada a escassez de população, mas omitia-se que estas reduções contribuíam também para diminuir o emprego a nível local e para tornar menos atrativas as condições de vida em muitos aglomerados rurais.

As políticas públicas, crescentemente orientadas para a competitividade, esqueceram com frequência medidas que poderiam favorecer a viabilidade dos territórios rurais. Os critérios fixados para apoiar os projetos agrícolas e rurais são um bom exemplo, dado que geralmente desfavorecem as pequenas economias que operam em lugares mais difíceis. Sobre Portugal, um estudo recente evidencia, com clareza, a distorção do modo como são concedidos os apoios¹¹.

Face a este panorama – nas economias, no quadro de vida e nas políticas – têm-se registado duas constatações distintas. A primeira é a leitura destes territórios como estando “condenados sem remissão ao despovoamento”, pelo que apenas lhes devem ser “prestados alguns cuidados de tipo paliativo” para que o declínio inexorável se efetue “com o menor dano possível para os que aí residem”¹². Convém ainda mencionar que esta constatação se deve, afinal, à dificuldade de estruturar economias pós-agricultura tradicional viáveis. Ou seja, à dificuldade de organizar, a nível local, atividades que tenham uma procura que as viabilize.

Noutros contextos onde também se encontravam territórios difíceis foi possível, como decorre do ponto anterior, estruturar de modo generalizado novas economias. Para esta conversão convergiram, como se notou, a existência de adequadas condições de vida, o apoio das políticas públicas, a capacidade local para montar novas atividades e, sobretudo, uma procura potencial, com origem urbana, que foi possível concretizar. Foi, sobretudo, a debilidade desta última que comprometeu a transformação dos territórios rurais “marginais e marginalizados”, na península ibérica.

Sucedem, no entanto – é a segunda constatação – que a par desta tendência, ainda claramente dominante, podem ser identificadas algumas comunidades onde, apesar da continuada quebra populacional, cresce o emprego, ou seja, há mais população ativa empenhada em atividades económicas¹³. Estas indicações sugerem que, a par da continuada diminuição de população, há indícios de que pode emergir, nalgumas zonas, uma nova economia que eventualmente – numa hipótese otimista, que está por confirmar – poderia ser o suporte para a sustentabilidade da população, em níveis ainda bem mais baixos do que os atuais, mas com características que permitiriam corrigir o desequilíbrio demográfico: “O problema não é de números, mas de equilíbrio geracional (e de género)”. Só assim se poderiam contrariar os efeitos do despovoamento: “Faltam

jovens, cresce o número de anciãos, há masculinização rural e uma relação desproporcionada entre as gerações de habitantes rurais”¹⁴.

No contexto atual, esta última via tarda em constituir-se de modo estruturante, mas nalguns territórios, associada a existência de procura para as atividades instaladas, vai avançando¹⁵ ainda que sem uma consolidação evidente e, de qualquer modo, sem evitar a perturbação do modelo de povoamento. Este modelo, que se constituiu no espaço rural acompanhando, num tempo longo, a progressiva disseminação das populações com uma economia assente na agricultura tradicional, tem sido confrontado – na península ibérica e noutros contextos – com os ajustamentos impostos pela diminuição da população, pelas alterações no modo de vida e pelas novas economias. Deste confronto têm surgido mudanças muito significativas, como lugares que ficam sem ninguém e a concentração da população nos aglomerados maiores e com mais serviços e equipamentos. São tendências incontornáveis e, assim, qualquer que tenha sido o destino dos territórios rurais – abandono ou transformação – o modelo de povoamento foi profundamente modificado.

O emergir efetivo da nova economia depende sobretudo, como já se acentuou, da eventual procura urbana mas também das capacidades a nível local (já existentes ou dos que se instalam de novo) e do empenho do Estado na manutenção das adequadas condições de vida e no apoio das políticas públicas. De qualquer modo, por enquanto, para largas faixas do território, parece prevalecer a necessidade dos “cuidados paliativos”.

Rural agrícola, mas irrelevante

Como já antes se referiu, desde meados do século passado verificou-se, nomeadamente nos países mais desenvolvidos, uma intensa modernização tecnológica da agricultura. Foi uma transformação que levou a um grande incremento da produtividade a que se associou uma baixa tendencial do preço dos produtos agrícolas no mercado internacional. Isto, num período em que se acentuava a mundialização das economias.

Foi nestas décadas que Angola se tornou independente (1975), viveu uma violenta guerra civil (1975/2002) e, em Luanda – capital

do país e uma imensa metrópole africana – se consolidou o poder de uma elite político-militar assente numa poderosa economia do petróleo, para a qual – como se referiu no capítulo 1 – as economias camponesas se tornaram irrelevantes no abastecimento das cidades e, num contexto em que o sector empresarial está paralisado. De facto, o poderoso sector das fazendas coloniais, com economias pujantes antes da independência, foi paralisado e destruído durante a guerra civil. Posteriormente, foi dividido entre os elementos da elite que controlava o poder mas estes, em geral, nunca reativaram as fazendas que se mantiveram apenas como enormes reservas fundiárias.

O espaço rural, quase exclusivamente habitado pelos camponeses não assegura, assim, a função produtiva agrícola de que necessita o mundo urbano. Esta situação de marginalidade no sistema económico, centrado na economia do petróleo é, no entanto, acompanhada por uma precaução do poder no controlo sociopolítico das comunidades rurais, cuja relação com o Estado angolano é assegurada pelas autoridades tradicionais – os sobas – que atuam como delegados do poder junto das comunidades rurais. Esta é uma prática que o regime colonial impôs e que o MPLA retomou e tem consolidado, nomeadamente, através do pagamento de um salário¹⁶. Atualmente, são um verdadeiro corpo de funcionários informais do Estado: em 2012, o Estado angolano pagava salários mensais a 41554 autoridades tradicionais¹⁷, cujos montantes, em Malange, oscilavam entre 78 e 285 USD/mês.

De qualquer modo, se por um lado, o exercício das funções de soba configura a sua subordinação ao Estado, por outro, contribui também para reforçar a sua posição na comunidade. De facto, as tarefas que realiza não se limitam ao controlo eleitoral e político-partidário mas correspondem também a benefícios públicos que chegam às aldeias, seja a distribuição de sementes e pequenos equipamentos, seja a construção de uma pequena infraestrutura ou equipamento. O soba, pela sua proximidade do poder e pela sua influência direta nas instituições da aldeia (associação, cooperativa, associações informais), que se ocupam da execução local de algumas políticas públicas, surge como o principal obreiro das vantagens obtidas pelas famílias. De resto, a sua aceitação na comunidade estende-se ainda a outras dimensões, como a resolução de conflitos e a gestão de alguns recursos. Ou seja, tem um “lugar de charneira entre o Estado e a sociedade rural”¹⁸:

assegura ao poder o controlo político-social das populações, o que, paralelamente, favorece a sua legitimidade e aceitação nas aldeias. E assim, as comunidades camponesas, economicamente irrelevantes para a economia do petróleo e onde impera a pobreza, ficam submetidas ao Estado¹⁹ e sem voz, política e social, na sociedade angolana.

Deste modo, para além de alguns momentos rituais-políticos, o espaço rural, com as suas comunidades e economias camponesas, não é relevante para o regime-Estado que governa Angola, assente na economia do petróleo. Este panorama decorre também, para além das vicissitudes e opções nacionais, da transformação tecnológica da agricultura nos países exportadores e da crescente abertura das economias, com as consequências que tiveram nos preços e nos fluxos comerciais.

Entre a “via argentina” e o renascimento rural

Nos anos noventa do século passado, alguns investigadores brasileiros alertaram para as mudanças que se estavam a verificar no rural do seu país. Fizeram-no com um olhar global sobre o Brasil, ainda que procurando também compreender a diversidade regional. De qualquer modo, os estudos efetuados evidenciavam uma linha de transformação predominante no território.

A maior fragilidade das análises parecia decorrer de terem seguido o critério oficial para diferenciar o rural do urbano, dado que este considerava como cidades todas as capitais de municípios, qualquer que fosse a sua população²⁰. Apesar desta limitação, os resultados obtidos foram considerados suficientemente plausíveis e marcaram o debate sobre o rural.

Nos anos oitenta (1981/1987), a população rural diminuiu, a população económica ativa rural (PEAr) mantinha-se maioritariamente agrícola – cerca de dois terços, em 1990 – embora também em declínio. Paralelamente, a PEAR de atividades não-agrícolas (indústria e serviços) cresceu notoriamente²¹. Esta constatação, decorrente da informação a nível nacional, não abrangia todos os estados do Brasil, como é o caso de Pernambuco e Alagoas, onde esta última tendência não se verificava²². Apesar destas exceções, a leitura que os autores faziam desta informação evidenciava a existência de novas dinâmicas económicas, para além da

agricultura, que se tornavam incontornáveis na apreciação económica do rural e do seu futuro.

Neste rural podiam identificar-se, na última década do século XX, quatro tipos de economias: as grandes empresas capitalistas agrícolas – o designado agronegócio; as explorações de base familiar, que tinham conseguido modernizar-se tecnologicamente ou que tinham optado por associar à unidade agrícola atividades de serviços ou, ainda, em que elementos da família tinham optado por trabalhar fora da agricultura, muitas vezes nas cidades; as atividades não-agrícolas (indústria, construção, serviços pessoais, administração pública, comércio, outros serviços); um amplo conjunto de famílias ligadas a muito pequenas e fragilizadas unidades agrícolas e, outras, que constituíam um enorme contingente de trabalhadores rurais sem terra e não-qualificados. Neste último grupo, já referido num capítulo anterior, os rendimentos eram muito pequenos e incertos, e havia uma grande taxa de pobreza²³.

Destes quatro tipos de economias, apenas as três últimas se mantinham territoriais, ou seja, indissociáveis das relações socioeconómicas de proximidade que caracterizam o rural tradicional. O agronegócio, dissociou-se desta escala, e desencadeou uma profunda reorganização do espaço rural, deixando de estar articulado com os povoados rurais: criou as suas próprias cidades, transformando aglomerados já existentes ou dando-lhes novos impulsos. São as “cidades do agronegócio”, em que se concentra a possibilidade de acesso a serviços e técnicas, que permitem uma relação rápida e eficaz com o tecido urbano e com os clientes e fornecedores, nacionais e estrangeiros, e que favorecem também a instalação de mão de obra qualificada²⁴. Trata-se, afinal, de um rural em que se dilui e perde sentido a escala local, que tende a esvaziar o território e que, como notam alguns autores brasileiros, se aproximará do que ocorreu em grandes zonas dos Estados Unidos.

Paralelamente, noutra leitura, o rural, onde os outros três tipos de economia mantinham o seu enraizamento local, embora com problemas a resolver, nomeadamente a pobreza, era indicado como um espaço necessário para “problemas centrais que interessam toda a sociedade”²⁵ (Wanderley, 2011). Advogavam que no rural brasileiro podia desenvolver-se uma economia territorial, com uma presença relevante das atividades não-agrícolas. Ou seja, de algum modo, uma

via similar ao renascimento rural que se verificou na Europa do Norte²⁶.

Esta perspectiva tem sido contestada pelos que preveem o inelutável avanço do agronegócio e dos seus interesses, levando ao “esvaziamento demográfico das regiões rurais”, ou seja, ao triunfo da “via argentina”. Trata-se de uma designação utilizada para referir o que ocorreu na Argentina, onde, nas zonas onde imperavam as grandes unidades capitalistas agrícolas, se verificou o desmantelamento do tecido rural tradicional²⁷ (cf. Pedroso e Navarro, 2020 e Buainain *et al.* 2013).

Nesta troca de argumentos, esta última visão é considerada, pelos que se lhe opõem, muito limitada: “oculta mais do que ilumina o que se passa no chamado mundo rural”. Assim, embora reconhecendo a validade daquela tese para algumas regiões, destacam que não toma suficientemente em consideração a diversidade do país e que centra o destino do rural apenas na dimensão produtiva e tecnológica²⁸.

Para além deste debate, há uma excelente apresentação do rural brasileiro que ajuda, no plano da economia, a avaliar a situação e a esclarecer os termos dos diferendos²⁹. Assim, reafirma que, apesar das tendências da evolução da população económica ativa, o rural continua a ser nitidamente agrícola, com uma população total em decréscimo continuado desde 1940, e também em perda de peso relativo: a percentagem da população rural na população total passou de 69%, em 1940, para 19%, em 2000. Estes indicadores mostram que o ajustamento da população ao modelo de desenvolvimento económico prevalente no rural, ainda passa pela diminuição da população.

Poderia admitir-se que este esvaziamento correspondia à saída daqueles que a modernização tecnológica da agricultura fora expulsando, mas que, sob esta tendência, estava a constituir-se uma economia territorial a que se associava uma população estabilizada. A análise dos rendimentos e das condições de vida ajuda a esclarecer a questão. Os rendimentos de atividades não-agrícolas correspondiam a 31% do total, e os de aposentadorias (reformas), pensões e benefícios de apoios sociais a 23%. A agricultura – agronegócio, agricultura familiar, camponeses pobres e trabalhadores sem terra – era ainda a principal fonte de rendimento.

Relativamente às condições de vida, registavam-se acentuadas deficiências nos contextos residenciais – em especial no saneamento básico, abastecimento de água, acesso a telefone e internet – e

sobressaiam as elevadas taxas de pobreza e de insegurança alimentar.

Com este panorama torna-se difícil sustentar, a nível do país, a relevância de um rural ancorado numa economia territorial diversificada. Pelo contrário, parece sobressair ainda uma presença incontornável da agricultura e da exclusão social associada ao seu modelo de desenvolvimento. Isto, sem prejuízo deste panorama geral coexistir, nalguns lugares e regiões, com situações diferentes e com outras características.

Nota comparativa

Neste comentário conclusivo apenas se pretendem evidenciar os factores que contribuíram decisivamente para modificar as configurações do rural, nos quatro casos antes referidos. O primeiro, e mais determinante, foi a modernização tecnológica da agricultura que permitiu um notável aumento da produção e da produtividade que levaram a uma baixa tendencial do preço dos alimentos, na segunda metade do século XX. Mas que, simultaneamente, contribuiu para a dissociação da agricultura modernizada das dinâmicas do território e para a erosão da agricultura tradicional, que era a base económica do tecido social do rural. Foi o que aconteceu em França, na península ibérica e no Brasil.

Dada a crescente liberalização dos fluxos comerciais – é o segundo fator – esta baixa repercutiu-se mesmo em muitos países em que se mantiveram as estruturas agrícolas tradicionais, mas em que estas foram afetadas pela entrada de produtos importados a um preço inferior ao que seria possível com a produção nacional. Foi a situação de Angola em que, por um lado, se manteve a agricultura tradicional, mas, por outro, esta mesma agricultura tornou-se irrelevante para alimentar as cidades, face à concorrência dos produtos importados.

O terceiro fator decorreu da existência de um sistema urbano cuja procura de bens e serviços não-agrícolas no espaço rural permite a constituição de uma economia, não assente na produção agrícola, a que se associa uma população, ainda que com baixa densidade, mas com sustentabilidade demográfica. Foi o que ocorreu em França, onde primeiro um amplo êxodo rural ajustou o nível da população

ao desmantelamento da agricultura tradicional, e posteriormente a nova economia se associou a um patamar de população sustentável. No Brasil, alguns autores defendem a existência de movimentos similares a este modelo, mas, de qualquer modo, não emergiram como uma alternativa na estruturação económica do rural.

As dinâmicas populacionais são o quarto fator. Tanto em França como na península ibérica, os que sobraram da transformação tecnológica da agricultura puderam abandonar os campos, indo para as cidades ou emigrando. Este ajustamento foi muito facilitado pela tendência, que entretanto se instalou, nestes países, de uma baixa taxa de crescimento, ou mesmo uma quebra, populacional.

As consequências destes movimentos levaram, no rural profundo da península ibérica, a um progressivo declínio da população, dado que as estruturas tradicionais se tinham esboroadado e não houve condições de procura urbana, que permitisse outra economia. Em França, como já se notou, houve primeiro um ajustamento em baixa e, posteriormente, com a nova economia restabeleceu-se um nível demográfico sustentável.

Em Angola, com um acentuado crescimento populacional, à população rural não se deparam alternativas favoráveis fora das suas aldeias. Assim, a uma economia agrícola irrelevante para o mercado acresce uma população desnecessária para o sistema económico do país.

Finalmente, no Brasil, apesar do dinamismo sectorial do agronegócio, do fortalecimento de alguma agricultura familiar e da emergência das atividades não-agrícolas, persiste no rural um amplo contingente de famílias sem terra ou com diminutas e fragilizadas unidades agrícolas. A sua existência decorre de um continuado crescimento populacional e da impossibilidade de uma saída para as cidades, mas também das debilidades, em muitas regiões, da agricultura familiar e, sobretudo, das atividades não-agrícolas. É uma realidade que se impôs e que, de algum modo, diluiu a relevância de outras dinâmicas.

As apreciações anteriores não visam qualquer generalização, mas apenas evidenciar que o rural que se confundia com a agricultura, tanto na economia como na vida social, passou a ser moldado ou bloqueado – como no caso de Angola – por fatores que são exteriores às suas vilas e aldeias. Identificaram-se alguns destes fatores mas, o que, sobretudo, importa destacar é a perda de centralidade do rural, na definição da sua própria configuração.

NOTAS

- 1 - Alphonchéry, P. et al., *Les chemins du départ. Une France sans paysans?*, Paris, 1988.
- 2 - Kayser, B., *La renaissance rurale*, Paris, 1990.
- 3 - Fuller, A. e Boldan, R., Pluriactivity among farm families: some West European, US and Canadian comparaisons, em Bowler, R. et al., *Contemporary rural systems in transition*, vol. 2 *Economy and Society*, Londres, pp.201-212.
- 4 - Rambaud, P., *Société rurale et urbanisation*, Paris, 1973 (1ª edição 1969), p.284..
- 5 - Cf. Newby, H., La sociologia rural institucionalizada, em Newby, H. e Sevilla-Guzman, *Introducción a la Sociologia Rural*, Madrid, pp. 11-135.
- 6 - Cf. Bruneau, I. et al., *Mondes ruraux et classes sociales*, Paris, 2018.
- 7 - Wanderley, N., *Uma singularidade histórica. O olhar de uma pesquisadora Brasileira sobre o Mundo Rural Francês*, Recife, 2018.
- 8 - Rolo, J. e Cordovil, F., Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000, Oeiras, (http://www.iniaiv.pt/fotos/editor2/versao_alargada_online.pdf).
- 9 - Cf.: Molinero, F., El espacio rural de España: evolución, delimitación y clasificación, *Cuadernos Geográficos* 58 (3), 2019, pp. 19-56; Molinero, F. e Alario, M., Ante el reto de la despoblación de la España interior y sus diferencias regionales, *Perspectives on rural development*, nº3, 2019, pp. 41-70; Molinero, F., La España profunda, *Anuario UPA*, 2017.
- 10 - Langreo, A. e Garcia-Azcarate, T., Qué actividad en la España vacía?, *Economía agraria y recursos naturales*, vol. 19, nº 1, pp. 9-15.
- 11 - Cordovil, F., *Política agrícola e equidade territorial no limiar 2020*, Doc. trabalho, 2018.
- 12 - Moyano, E., Está vacía la España rural?, *Anuario UPA*, 2017.
- 13 - Rolo, J., Trilhos do desenvolvimento, em Canadas, M., et al. (orgs.), *Racionalidades e Dinâmicas em Espaço Rural*, Lisboa, 2018, pp. 205-225.
- 14 - Camarero, L., Por los senderos de la despoblación rural: notas desde la diversidad social, *Documentación social*, nº185, 2017, p. 27.
- 15 - Arnalte, E., Desarrollo rural y mercados de “productos rurales”, em *INTER-COOP—Unión de Cooperativas de Castellón: Planes estratégicos de actuación sectorial en el nuevo contexto de la PAC*, Castellón, 2005.
- 16 - Cf.: Carvalho, R., *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises*, Luanda, 2002; Pacheco, F., *Autoridades tradicionais e estruturas locais de poder em Angola: aspectos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica*, Luanda, 2012.; Oliveira, R., *Magnífica e miserável. Angola desde a guerra civil*, Lisboa, 2015; Baptista, F. . *O destino camponês*, Castro Verde, 2013.
- 17 - Oliveira, R., *Ob. cit.*, p.178.
- 18 - Florêncio, F., *O papel das autoridades tradicionais na transição para a democracia em Moçambique*, Lisboa, 1998.

- 19 - Esta realidade, está bem distante do previsto na ordem jurídica. Cf. Feijó, C., *A coexistência normativa entre o Estado e as autoridades tradicionais no ordem jurídica angolana*, Coimbra, 2012.
- 20 - Cf. : Graziano da Silva, J., *O novo rural brasileiro*, Campinas, 1999; Veiga, J. E., *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, São Paulo, 2002.
- 21 - Laurenti, A. e Del Grossi, M., A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil, em Campanhola, C. e Graziano da Silva, J., *O novo rural brasileiro. Uma análise nacional e regional*, vol 1., Jaguariúna (São Paulo), 2000, pp. 15-66.
- 22 - Cf.: Veras, E. e Lira, F., Comportamento das ocupações no rural de Alagoas, em Campanhola, C. e Graziano da Silva, J., *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 71-96; Balsadi, O. *et al.*, Evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas no Estado de Pernambuco: 1981-97, em Campanhola, C. e Graziano da Silva, J., *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 139-155.
- 23 - Sobre este parágrafo cf.: Campanhola, C. e Graziano da Silva, J., *Ob. cit.*, 7 vols. publicados de 2000 a 2004; Graziano da Silva, J., *Ob. cit.*, 1999 e Veiga, J. E., *Ob. cit.*.
- 24 - Elias, D., Agronegócio e reestruturação urbana e rural no Brasil , em Bulher *et al.*, *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização*, 2016, pp.63-82; Bulher, A., *et al.*, Espaces et villes des agricultures entrepreneuriales, em Purseigle, F. *et al.*, *Le nouveau capitalisme agricole. De la ferme à la firme*, Paris, 2017, pp. 183-213.
- 25 - Wanderley, N., *O mundo rural como um espaço de vida*, Porto Alegre, 2009.
- 26 - Cf.: Wanderley, N., *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*, Campinas, 2011; Abromovay, R., *O futuro das regiões rurais*, Porto Alegre, 2003 e Veiga, J. E., *Ob. cit.*.
- 27 - Cf.: Buainain, A. *et al.*, Sete teses sobre o mundo rural brasileiro, *Revista de política agrícola*, ano XXII, nº 2, 2013; Navarro, Z., Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018), *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57 (3), 2019, pp.472-489; Pedroso, M. e Navarro, Z., O Brasil rural – do passado agrário ao sistema agroalimentar global (1968-2018), *Revista do Desenvolvimento Regional*, vol. 17, nº 1, 2020, 15 p..
- 28 - Favareto, A., Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil, em Buainain, A. *et al.*, *O mundo rural no Brasil do século XXI*, 2014, pp. 1101-1124.
- 29 - Kageyama, A., *Desenvolvimento rural*, Porto Alegre, 2008.

NOTA FINAL

Nesta nota final, não se vão repetir as sínteses conclusivas que encerraram cada um dos capítulos, nem se retoma a apresentação de cada um dos fatores que se associaram às transformações ocorridas, já feita na introdução e cuja relevância emergiu nas análises efetuadas ao longo do livro. Nestas evidenciou-se que já não são – como há um século – os mercados nacionais que permitem apreender as dinâmicas das estruturas agrárias e das realidades territoriais. Como se viu, o quadro é agora marcado pela globalização da economia, cujos efeitos potenciam as consequências dos outros fatores: percursos e presença da tecnologia; existência de alternativas para as famílias agrícolas ao trabalho nos campos; possível desacerto entre a população e os recursos disponíveis; expressão da autonomia dos camponeses e agricultores familiares e ainda as políticas e intervenções do Estado, que se revelaram muito determinantes.

Apesar de não se pretender retomar o que já anteriormente se apresentou e concluiu, optou-se por sublinhar alguns pontos cujas consequências parecem incontornáveis.

O primeiro é sobre os dois tipos de unidades que atualmente polarizam a diferenciação das explorações agrícolas e que, por motivos opostos, condicionam fortemente o futuro da população agrícola. Começa-se pelo emergente capitalismo agrícola comandado pelo capital financeiro, que se designa por novo capitalismo agrícola. Utiliza um modelo tecnológico que, sem preocupações ambientais e sociais, conjuga os equipamentos e os químicos agrícolas mais potentes, com a utilização de eficazes sementes geneticamente modificadas,

o todo gerido em unidades de grande dimensão, com grande fluidez organizativa, assente sobretudo no arrendamento da terra e no aluguer de equipamentos, procurando minimizar os custos fixos e garantindo que o capital investido pode rapidamente ser deslocado para outra aplicação mais rentável. Tem-se revelado um modelo muito competitivo e vem ganhando peso na agricultura de muitos dos países que são grandes exportadores.

A expansão deste capitalismo agrícola tem tido um duplo efeito. Por um lado, dados os resultados obtidos, aparecem ao sector empresarial como um modelo a seguir, nomeadamente no plano tecnológico e da organização produtiva mas, por outro, sobressalta as unidades com menor competitividade com quem, nalguns produtos, vai concorrer no mercado. É o caso de uma parte das outras explorações capitalistas mas sobretudo da agricultura familiar.

As dúvidas que agora vão surgindo, com frequência, sobre o futuro do “modelo agrícola europeu”, com a sua agricultura de base familiar e o seu capitalismo tradicional, decorrem do receio de ver a União Europeia (UE) atenuar as barreiras que têm defendido este modelo. Uma tal decisão tornaria incontornável o confronto direto com o novo capitalismo, tanto no mercado internacional, com as empresas implantadas noutras regiões do mundo, como no interior da própria UE, onde, nalguns sectores produtivos, já vai emergindo.

Refere-se agora a agricultura camponesa, em que uma grande parte das famílias vive nos países do Sul em situações de grande pobreza e acumula, com frequência, todas as desvantagens: debilidade tecnológica e produtiva; dificuldade na relação com o mercado; falta de oportunidades para além da ocupação na parcela da família; escasso ou nulo apoio do Estado; grande amplitude no desajustamento entre o total da população e os recursos a que tem acesso.

É um panorama sombrio, para que não têm aparecido vias de transformação consensuais, dadas as limitações dos resultados obtidos ou a inviabilidade de vias seguidas noutros contextos. Assim, sobre este último ponto, constata-se que não estão reunidas, nestas regiões, as condições que favoreceram a transformação das economias camponesas nos países mais desenvolvidos, designadamente a existência de alternativas de vida e trabalho para as famílias, fora da agricultura.

Anteriormente, também se mencionaram outros projetos, nomeadamente o que se centra no fortalecimento das capacidades endógenas associado à conquista da cidadania e ao assegurar de uma presença política. No entanto, como se notou, tanto pela economia como pelo lado político é um modelo que não tem conseguido prosperar.

Referiu-se também uma proposta formulada no Brasil, nos anos em que se encontravam no poder os governos do presidente Lula da Silva e que agora se resume: o Estado deveria reconhecer que os camponeses, com as suas estratégias familiares e lógicas económicas, constituem um amplo sector social e económico e não apenas uma preocupação social. Aceitando, em consequência, que deveriam ser promovidas políticas públicas que, incorporando as especificidades das economias camponesas, lhes permitissem viabilizarem-se no mercado. Esta formulação não veio a ter qualquer sequência concreta.

Convém, no entanto, sublinhar que esta formulação, mesmo que só implicitamente, é comum a propostas – feitas para os países mais desenvolvidos – relativas à relevância social e ambiental de apoiar a constituição de um sector amplo de pequenas unidades agrícolas e territoriais, cujas vantagens e possibilidades têm sido argumentadas com grande fundamento. Tanto nestes países, como naqueles em que predomina um campesinato pobre e muito fragilizado, esta parece ser uma via possível, tanto para integrar amplos sectores da população, como para revitalizar os territórios. A alternativa que se conhece, com resultados significativos, tem um elevado custo social, como parece indiciar o que ocorre na China: diminuiu acentuadamente a pobreza, num mercado regulado pelo Estado, com grande enquadramento tecnológico mas, com grandes restrições na autonomia das famílias, em aspetos muito marcantes.

Para além das unidades agrícolas, têm ainda de referir-se os assalariados agrícolas, ou seja, os que vivem sobretudo do trabalho assalariado e cuja relação com a terra – com a vontade de cultivar uma pequena parcela – se tem vindo a alterar em muitas zonas, onde a realidade da economia e da vida dos camponeses tornou evidente que, atualmente, as pequenas parcelas de terra desmunidas de tecnologia não são uma salvaguarda contra a pobreza. Além do que se assiste, na fase atual, em muitos países e regiões, a uma ofensiva dos “grandes projetos” (agrícolas, florestais, mineiros e outros) para absorverem

as terras das populações locais, sejam os retalhos individuais ou os espaços comunitários.

A pequena parcela está fragilizada e esmoreceu como objetivo dos que lutavam por terra. Os assalariados agrícolas privilegiam agora, em muitas regiões, a defesa da segurança do posto de trabalho e de adequadas condições laborais, para o que também contribuiu, fortemente, beneficiarem, nalguns países, de apoios sociais que atenuaram os riscos do mercado de trabalho. Também os camponeses, nalgumas regiões, se preocupam mais com os apoios sociais que o Estado distribui do que em conseguirem áreas maiores, até porque, com frequência, não teriam condições para as cultivar. Ou seja, a questão social da terra, do lado dos grupos subalternos, perdeu iniciativa e alento.

Para além das estruturas agrárias também o rural, o mundo rural, registou, em muitos territórios, uma profunda transformação. Assim, com a transformação tecnológica da agricultura associada à mundialização da economia, as grandes unidades agrícolas, que atualmente abastecem os mercados de consumo, a nível nacional e internacional, tornaram-se crescentemente sectoriais e desligaram-se das economias locais, onde não vendem, nem compram e empregam cada vez menos pessoas. Estas unidades são uma agricultura sectorial e com reduzida influência na vida local e que contribuiu para erosionar as agriculturas camponesa e as familiares mais débeis. É um efeito que tanto se repercute nos territórios onde estão implantadas, como nas terras longínquas para onde exportam os seus produtos que, no consumo, se sobrepõem aos dos produtores locais.

Face a esta tendência, os territórios rurais, que tradicionalmente viviam da agricultura, tiveram possibilidades diferentes consoante as suas características e, sobretudo, a estrutura social e económica dos seus países.

Assim, nalgumas regiões foi-se enraizando, desde há algumas décadas, uma economia associada à procura pelas populações urbanas de serviços e bens específicos de cada economia local. Desenvolveu-se assim a hotelaria, a restauração, atividades de lazer e desporto, iniciativas ambientais, produção de artesanato e de produtos “da terra”. Instalaram-se famílias das cidades, muitas já na situação de reforma e vieram, por dias ou semanas, muitas pessoas que queriam desfrutar

do espaço rural. Esta procura levou à dinamização de negócios locais, constituindo uma economia que se substituiu à tradicional hegemonia da agricultura, e permitindo a inversão do declínio populacional.

Noutro polo, encontram-se as populações que continuaram nas suas comunidades, cultivando minúsculos retalhos de terra, irrelevantes para o sistema económico capitalista e vivendo as famílias, quase todas, em condições de grande pobreza. Não lhes foi possível modernizarem as explorações, nem saírem para outras paragens. Também não beneficiaram de transferências do Estado, nem foram envolvidos numa economia de produtos e serviços, associados a procuras urbanas.

Entre estes dois panoramas há situações muito diversas, condicionadas tanto pelas características das regiões como pelas influências exteriores e pelas intervenções dos Estados. É uma diferenciação muito vincada que também se verifica, como se notou, nas estruturas agrárias. Resta acrescentar, nesta nota final, que estas tendências ocorreram num contexto em que também se alteraram os contornos da questão da terra e em que se observa um desacerto entre as lógicas económicas das unidades agrícolas e a sustentabilidade ambiental.

Estas diferenciações, diversidades, alteração de contornos e desacerto entre a economia e o ambiente, têm vindo a acentuar-se nas últimas décadas, anos em que também ganhou maior amplitude a escala a que estes efeitos se geram. Paralelamente, tornou-se mais evidente a incapacidade dos quadros nacionais para regularem alguns dos principais fatores que os provocam e para intervirem em muitas das suas consequências.

Alteraram-se as relações entre a terra, a tecnologia e a natureza. Os percursos das estruturas agrárias extremaram-se. Os mundos agrícolas e rurais estão agora mais segmentados e afastados. Afinal sem surpresa: a mundialização da economia tende a homogeneizar comportamentos e modelos de consumo, mas a diferenciar e polarizar territórios e estruturas produtivas. A agricultura e o rural não constituem uma exceção.

Posfácio de Eladio Arnalte Alegre¹

QUESTÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS AGRÁRIAS. O CASO DE ESPANHA.

O texto de Fernando Baptista que precede estas linhas estabelece um quadro analítico preciso para compreender a lógica e identificar os fatores que condicionaram as transformações da agricultura e do mundo rural, em vários contextos nacionais e regionais, durante as últimas décadas. Um dos elementos que está a marcar a evolução recente da agricultura nalgumas dessas regiões é a irrupção e progressiva difusão do modelo do “novo capitalismo agrário”, associado à crescente entrada do capital financeiro neste sector produtivo. O desenvolvimento deste modelo, bem identificado e caracterizado por Baptista, vai ser, previsivelmente, determinante na futura configuração das diferentes realidades agrárias e rurais.

A aplicação deste quadro analítico a uma realidade concreta, como a da agricultura espanhola, coloca uma série de questões, em particular relacionadas com o desenvolvimento, neste caso, do novo modelo do capitalismo agrário. A primeira será precisar como este modelo se está a introduzir em Espanha, com que intensidade e quais as formas concretas que apresenta. Assim, é relevante averiguar se estas novas formas de empresa agrícola se estão a articular com as realidades pré-existentes na estrutura agrária espanhola, os diferentes tipos de agricultura familiar, com graus diversos de modernização e de “empresarialização”. Ou se, simplesmente, estão a tomar o lugar das explorações familiares. Também haveria que analisar quais são as relações entre este “novo”

1 - Professor catedrático da Universidade Politécnica de Valência.

capitalismo agrário e o que podemos denominar como capitalismo agrário “tradicional”, com presença significativa nalgumas regiões espanholas.

A breve aproximação a estes temas que aqui se apresenta parte de uma síntese das tendências recentes das transformações estruturais da agricultura espanhola, evidenciadas por trabalhos que analisam a informação proporcionada pelas fontes estatísticas. Utiliza-se seguidamente a escassa informação disponível sobre as questões identificadas nos parágrafos anteriores, relativas ao desenvolvimento do novo capitalismo agrário e o seu possível impacto sobre as relações entre os diferentes atores sociais da agricultura espanhola. Por último, já nas considerações finais, introduz-se uma referência breve ao comportamento da procura, mencionando o debate sobre se determinadas preferências dos consumidores (por produtos locais, de proximidade, mais associados a uma agricultura “não capitalista”) podem ser capazes de contrariar o impulso daquele novo modelo e travar uma reconversão radical da oferta agrária. Tudo isto num contexto pós-Covid que multiplica as incógnitas e dificulta as previsões.

A conclusão é uma enumeração, dispersa ao longo do texto, de uma série de linhas de investigação que se consideram necessárias para ultrapassar os importantes deficits de conhecimento existentes sobre estas matérias, conhecimento imprescindível para saber para onde se encaminha a estrutura económica e social da agricultura espanhola. O seu futuro também condicionará, logicamente, a dinâmica e a configuração futura dos espaços rurais, em particular daqueles que hoje se denominam “a Espanha vazia”.

O ajustamento estrutural na agricultura espanhola.

Indicadores e tendências

Durante as últimas décadas, a evolução da estrutura agrária nos países desenvolvidos foi marcada pela progressivo desaparecimento de explorações e o incremento de dimensão das que se mantêm no sector, o conhecido processo de ajustamento estrutural. Numa perspetiva histórica, nos países europeus este processo desencadeou-se como consequência da diferenciação do campesinato enquanto se

consolidava o que se denomina como agricultura familiar modernizada². Esta evolução continua atualmente com ritmos consideráveis (Matthews, 2021a).

As avaliações deste processo e, em consequência, as posições políticas sobre ele podem agrupar-se em duas perspetivas opostas. Por um lado, as posições que avaliam positivamente o incremento da produtividade das explorações que decorreria do seu aumento de dimensão e que, em consequência, propõem medidas que facilitam ou aceleram o processo. Por outro, do que genericamente se denomina a perspetiva da multifuncionalidade, consideram-se as funções dos agricultores na gestão dos espaços rurais e a manutenção da população valorizando negativamente o processo de ajuste que leva à sua redução (Arnalte, 2006). Este é um debate que se mantém atual, em termos similares (Matthews, 2018 e 2021a). As posições que rejeitam as vantagens do processo de ajustamento têm vindo a incorporar outros argumentos como a defesa do “modelo familiar da agricultura europeia” e a oposição a uma agricultura “industrial” e ao crescimento de mega-explorações.

No caso da agricultura espanhola, o processo de ajustamento tem-se desenvolvido ininterruptamente, pelo menos desde que existem dados fiáveis sobre a estrutura das explorações, proporcionados pela primeira vez pelo Recenseamento Agrícola de 1962. Desde então, tanto os sucessivos Recenseamentos Agrícolas como os Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas (iniciados em 1987) têm vindo a evidenciar uma continuada redução do número de explorações e, paralelamente, um aumento de dimensão das que se mantêm, ainda que este processo tenha tido ritmos variáveis durante estas décadas.

Ao forte ajustamento dos anos 60, num período de intenso êxodo rural e de crise da agricultura tradicional, sucedeu durante as décadas seguintes uma certa desaceleração do processo, que voltou a intensificar-se nos anos 90. No início do século XXI os dados mostram que o número de explorações continuava o seu ritmo de diminuição a par de uma ligeira redução da superfície agrícola utilizada (SAU) no período 1999-2009, levando a diminuir o ritmo de crescimento da dimensão média das explorações, em hectares (Arnalte, Ortiz e

2 - Fernando Baptista analisa em profundidade este processo no capítulo 1 deste livro.

Moreno, 2008 e 2013). A análise comparada dos países europeus que realiza Matthews (2021a) confirma um crescimento relativamente moderado da dimensão média (hectares/exploração) na agricultura espanhola nas primeiras décadas do século XXI. Com base em dados homogeneizados pelo EUROSTAT assinala que esta dimensão média cresceu em Espanha 7% entre 2005 e 2016, enquanto no conjunto da UE-15 (os países da Europa Ocidental membros da UE antes do alargamento de 2004) o crescimento foi de 30%, no mesmo período. O ajustamento foi, no entanto, mais rápido nos novos países do Leste da Europa, onde a dimensão média das explorações aumentou cerca de 50% (UE-12).

Um trabalho recente de Ruíz-Maya e Regidor (2019) analisa o balanço da evolução da estrutura das explorações em Espanha durante quase trinta anos, comparando os Recenseamentos Agrícolas de 1982 e de 2009. Apoiado numa metodologia rigorosa que torna possível a comparação entre os dois Recenseamentos, o estudo confirma a profunda transformação da agricultura neste período, com uma redução de 46% no número de explorações e de 47% no volume total do trabalho realizado no sector, enquanto a superfície agrícola se mantém praticamente constante e o efetivo pecuário (expresso em cabeças normais) aumenta 53%. Os autores realizam uma análise detalhada por Orientações Técnico Económicas (OTE) das explorações, mostrando que se concretizou um forte processo de especialização, sendo as explorações especializadas num determinado cultivo ou atividade pecuária as que concentram uma percentagem muito elevada (sobretudo na pecuária) do número total de hectares dedicados no país a essa cultura ou do efetivo desse tipo de gado.

Outra via de aproximação à análise do processo de concentração de explorações consiste em determo-nos no estudo do que em trabalhos anteriores (Arnalte *et al.*, 2008 e 2013) denominámos o “núcleo duro” da agricultura espanhola. Trata-se do grupo de explorações de maior dimensão económica, não muito numerosas mas que progressivamente concentram a produção agrícola e incrementam o controle sobre as variáveis básicas do sector (superfícies, unidades pecuárias, trabalho realizado). Desde a modificação introduzida pelo Recenseamento de 2009 na medida de dimensão económica das explorações (Produção Padrão em vez de Margem Bruta) considerámos “núcleo duro” da

agricultura espanhola as explorações com Produção Padrão superior a 50.000 euros. Este “núcleo duro” correspondia em 2009 a 13,5% do total de explorações, as quais controlavam 52% da SAU e 41% do trabalho realizado, mas concentrava 88% do efetivo pecuário e 77% da Produção Padrão do sector (Arnalte, Moreno e Ortiz, 2013). A análise mostrava ainda a presença crescente nesse “núcleo duro” das explorações especializadas nas orientações produtivas mais intensivas, tanto agrícolas como pecuárias. Isto confirmaria a tese de uma mudança no modelo de ajustamento e crescimento da agricultura espanhola nos anos iniciais do século XXI, baseado sobretudo na intensificação produtiva e menos na expansão da superfície das explorações.

O quadro 1 mostra a importância do peso relativo das explorações do “núcleo duro” da agricultura espanhola, de acordo com os últimos dados disponíveis, os do Inquérito de Estruturas de 2016. Evidencia-se como essas explorações com Produção Padrão superior a 50.000 euros são agora 15,4% do total e que o seu controle das variáveis básicas se acentuou relativamente a 2009³.

O quadro permite também comparar o peso relativo destas explorações na agricultura espanhola com os as que na agricultura francesa têm uma relevância similar⁴, aproximadamente 15% do total. Esta comparação evidencia que o “núcleo duro” da agricultura francesa tem um controle muito menor de todas as variáveis básicas do sector, o que reflete uma distribuição muito menos polarizada nas explorações francesas do que nas espanholas. Em Espanha continua presente o histórico dualismo da estrutura agrária, ainda que com outras formas. Agora, as grandes explorações (grandes sobretudo na dimensão económica), apenas 15% do número total das unidades agrícolas, controlam uma parte muito importante dos recursos produtivos (60% da terra, mais de 90% do efetivo pecuário) e a produção destas explorações corresponde a 80% do valor total da produção.

3 - O Inquérito de Estruturas de 2016 seguiu o mesmo universo estatístico do que o Recenseamento de 2009, pelo que os dados destas duas fontes são diretamente comparáveis.

4 - Em muitos aspetos, a agricultura francesa continua a ser considerada um referencial da agricultura europeia, o que justifica esta comparação. O “núcleo duro” da agricultura francesa tem uma dimensão económica muito superior à do “núcleo duro” da agricultura espanhola, como consequência da maior dimensão económica das explorações francesas que, em média, triplica a das espanholas (134,4 milhares de euros de Produção Padrão contra 40,6 milhares em Espanha).

Quadro1. Importância relativa das explorações com maior dimensão económica (2016) – Para cada variável, percentagem destas explorações relativamente ao total das explorações

	Espanha	França
	Explorações com produção padrão superior a 50.000 euros	Explorações com produção padrão superior a 250.000 euros
Número de explorações	15,4	16,2
SAU	60,1	35,7
Cabeças normais	91,2	52,5
Produção Padrão	80,1	56,8
Mão-de-obra UTA	42,8	36,0

Fonte: Elaboração com base em EUROSTAT, Data Base

Em dois trabalhos recentes (2018 e 2021a) Alan Matthews abordou o debate sobre os indicadores mais adequados para avaliar a evolução da estrutura das explorações e efetuar comparações entre países. A evolução do indicador mais utilizado (a dimensão média das explorações) é pouco esclarecedora quando a distribuição das explorações é muito assimétrica. Além do que é muito sensível ao desaparecimento ou persistência das explorações mais pequenas, ao mesmo tempo que não reflete bem a evolução das explorações grandes que controlam a maior parte da superfície e de outras variáveis. As comparações de dimensões médias entre países também são difíceis como consequência das diferenças e das alterações no universo estatístico (limiares do tamanho mínimo das explorações que se incluem nos Recenseamentos e nos Inquéritos), frequentes nos últimos anos entre os países da UE.

Como alternativa (ou como complemento) da análise da dimensão média, Matthews propõe outro indicador, o “mid-point size” ou “hectare mediano ponderado”, ou seja, o ponto médio na distribuição de uma determinada variável entre as explorações. Por exemplo, no caso da

variável superfície agrícola, o “ponto-médio” é o tamanho da exploração que separa a distribuição das superfícies em duas metades: 50% da superfície agrícola será cultivada em explorações de dimensão superior a esse “ponto-médio” e os outros 50% em explorações de tamanho inferior.

Este indicador é muito menos sensível à evolução do número de pequenas explorações ou das modificações na definição do universo estatístico dos Recenseamentos e Inquéritos: Assim, no caso de Espanha, as modificações da dimensão mínima das explorações a considerar nos inquéritos estatísticos, entre os Recenseamentos de 1982 e de 2009, levou a uma exclusão do universo estatístico de 22% de explorações de pequena dimensão às quais, no entanto, só correspondia 0,5% da SAU total do país (Ruiz-Maya e Regidor, 2019:10). Esta mudança tem uma influencia significativa no tamanho médio das explorações, mas pouco altera o “ponto-médio” da distribuição das superfícies agrárias.

No seu último trabalho (2021a), Matthews apresenta para os países da UE, no período 2005-2016, a evolução comparada das dimensões médias (em hectares) e das dimensões das explorações que são “pontos-médios” na distribuição das superfícies agrícolas. Sobre estas últimas apresenta apenas estimativas, dadas as dificuldades do seu cálculo derivadas da estratificação por dimensões das explorações com que são apresentados os dados do EUROSTAT.

A evolução da estrutura das explorações agrícolas espanholas no contexto europeu apresenta características de interesse. A dimensão média mantém-se em valores similares aos da média da UE-15 (23 hectares de SAU, em 2005; 24,6% em 2016), ainda que com um crescimento mais lento do que se verifica, em média, no conjunto desses países da Europa Ocidental. No entanto, os valores e o comportamento do “ponto-médio” na distribuição das superfícies diferencia-se dentro deste conjunto de países europeus. Em 2005 o “ponto-médio” era em Espanha de 155 hectares, muito acima da média da UE-15 (92 hectares), valor somente superado no Reino Unido (258 hectares) e em Portugal (158 hectares). A França tinha nesta data um “ponto-médio” de 111 hectares, e a Alemanha de 105.

A evolução deste indicador no período 2005-2016 também evidencia singularidades em Espanha. O “ponto-médio” reduziu-se ligeiramente em Espanha (149 hectares em 2016) enquanto aumentou bastante, em média, no conjunto dos países da UE-15 (135 hectares) e nalguns países:

em 2016 o “ponto-médio” era de 177 em França, 183 na Alemanha, 193 em Portugal. Ou seja, a histórica assimetria ou “desigualdade” na distribuição das superfícies agrícolas em Espanha parece estabilizada nos últimos anos, enquanto se acentua de forma considerável noutros países europeus. O comportamento deste indicador pode também ser um reflexo do modo como o crescimento e a concentração da produção na agricultura espanhola está seguindo nestes anos uma via mais intensiva e menos apoiada na concentração da superfície agrícola.

A análise dos dados estatísticos mostra as tendências da estrutura agrária e algumas características de diferentes grupos de explorações agrícolas, mas não permite responder a todas as questões sobre o modo como se está a transformar a realidade económica e social da agricultura espanhola. Quem são os que integram esse “núcleo duro” da agricultura espanhola? São empresas que podemos associar ao “novo” capitalismo agrário ou são grupos da “agricultura familiar modernizada” que continuam a crescer e a subir degraus no interior da estrutura agrária?

E, por outro lado, que está a ocorrer com as explorações, com superfícies de grande dimensão, que constituíram, sobretudo no Sul, o “velho” capitalismo agrário? Elas são as principais responsáveis pela histórica assimetria da estrutura agrária espanhola, refletida no elevado “ponto-médio” da distribuição das superfícies agrícolas. Se na análise estatística não se considerassem estas explorações, a evolução do “ponto-médio” mostraria em Espanha uma concentração das superfícies similar à dos outros países antes referidos?

Há ainda trabalho por realizar na análise dos dados estatísticos, mas, para além disso, será necessário realizar um considerável trabalho de campo, empírico, para apreendermos as distintas realidades da agricultura espanhola e observar como se estão a transformar.

O desenvolvimento do “novo capitalismo agrário”

Nos capítulos precedentes deste livro (ver em especial capítulo 6 e Nota Final), Fernando Baptista identifica a emergência de um “novo” modelo de capitalismo agrário, estreitamente ligado à penetração

do capital financeiro no sector. Estaria representado por unidades produtivas de grande dimensão, muito tecnificadas, que utilizam de forma generalizada trabalho assalariado e recorrem frequentemente ao arrendamento de terras e à contratação de empresas de serviços para realizar uma boa parte do processo produtivo. Baptista faz referencia ao seu desenvolvimento na agricultura argentina, paradigma deste novo modelo, e à sua crescente presença no Brasil, articulado com o poderoso capitalismo agrário já existente neste país. Também assinala a sua difusão nalguns países europeus.

Em França, a literatura e os meios jornalísticos relacionados com a agricultura têm prestado atenção durante os últimos anos à crescente presença de capitais exteriores no sector e no desenvolvimento de novas formas de agricultura “de firme”, com características empresariais bem vincadas e diferenciadas do modelo familiar tradicional. Legagneux e Olivier-Salvagnac (2017) fizeram uma estimativa quantificada do seu grau de difusão. Com base nos dados do Recenseamento de 2010, utilizando variáveis relacionadas com a estrutura da força de trabalho das explorações, a dissociação entre os proprietários do capital e os prestadores de trabalho, as formas jurídicas que utilizam, chegam a indicar que cerca de 10% das explorações agrícolas francesas têm “allures de firmes”, características e dinâmicas de empresas. Estas explorações seriam responsáveis por 28% do emprego da agricultura francesa e por 30% da produção padrão total.

Em Espanha a única informação que permite uma primeira aproximação quantificada deste tema é a proporcionada pelos Recenseamentos e Inquéritos sobre as explorações cujo titular é uma pessoa jurídica, não uma pessoa física. A metodologia destas fontes estatísticas distingue habitualmente (Recenseamento de 2009; Inquérito de Estruturas de 2016) quatro categorias de formas jurídicas que podem ser titulares de explorações agrícolas:

*Sociedades mercantiles*⁵, podem ser sociedades anónimas, de responsabilidade limitada ou outro tipo de sociedades;

Entidades Públicas, cujo titular é algum sector da Administração Pública;

5 - Mantiveram-se as designações *sociedades civiles*, *sociedades mercantiles* e *comunidades de bienes* utilizadas nos inquéritos do Instituto de Estatística de Espanha.

Cooperativas de Produção. Até 2007 os Inquéritos especificavam, nesta categoria, as Sociedades Agrícolas de Transformação (SAT);

Outras formas, grupo no interior do qual a própria metodologia destaca as *Comunidades de Bienes* (são acordos privados entre pessoas físicas para administrar um património comum com um projeto empresarial) e as *Sociedades civiles* (contratos entre várias pessoas para realizarem conjuntamente uma atividade), ainda que não desagregue os seus dados específicos.

A primeira e a última destas quatro categorias são as que têm um protagonismo destacado e crescente na agricultura espanhola, nos últimos anos. Em conjunto, em 2016, cabem-lhes 86% do total de explorações com personalidade jurídica. As outras duas categorias, além de serem em número reduzido, também não têm um controle importante das variáveis básicas do sector, ainda que seja de assinalar que as Entidades Públicas dispunham, em 2016, de 6% da SAU do país.

O quadro 2 mostra a evolução, desde 2003 até 2016, do número de explorações e da SAU de que dispõem, tanto as *Sociedades mercantiles*, como as unidades classificadas como “outras formas jurídicas”, que se podem considerar constituídas principalmente por *Comunidades de bienes* e *Sociedades civiles*.

Os dados mostram um crescimento significativo do número de explorações com estas formas jurídicas, mas um crescimento muito mais moderado do seu controle sobre a superfície agrícola do país. Já o peso no efetivo pecuário é mais acentuado: em 2009, às *sociedades mercantiles* cabiam 24% do total de cabeças normais e às explorações com “outra forma jurídica” 13%.

Quadro 2. Evolução das explorações com personalidade jurídica. Espanha, 2003-2016

		2003	2005	2007	2009	2013	2016
<i>Sociedades Mercantiles</i>	Nº expl.	16 091	17 078	18 897	23 953	23 495	24 391
	% SAU	8,9	9,3	9,8	11,1	11,1	11,5
<i>Comunidades de bienes Soc. civiles</i>	Nº expl.	23 840	23 467	26 222	26 273	28 355	30 975
	% SAU	9,3	9,2	9,6	8,9	9,8	10,5

Fonte: Elaboração com base no Recenseamento Agrícola de 2009 e no Inquérito de Estruturas das Explorações Agrícolas, para os outros anos⁶.

Segundo os dados do EUROSTAT, o conjunto de explorações com personalidade jurídica⁷ correspondiam em 2016 a 6,8% do total das explorações agrícolas espanholas e controlavam 30% da SAU total, 44% das cabeças nominais do efectivo pecuário e 40% da produção padrão. Os dados de Ruíz-Maya e Regidor, para o período que estudam (1982-2009) confirmam um importante aumento do controle das explorações com personalidade jurídica sobre as superfícies cultivadas e, sobretudo, sobre o efetivo pecuário.

No entanto, na interpretação destes dados, não se pode associar todo este conjunto de explorações com o “novo modelo”. Em particular, as formas de *Comunidades de bienes* e de *Sociedades civiles* foram adotadas frequentemente por explorações familiares “em crescimento” para poderem aceder a determinadas vantagens fiscais ou porque se adaptavam melhor a configurações mais complexas, como é o caso das explorações “multifamiliares” (Moreno e Lobley, 2015).

O outro tipo de informação disponível, mas muito menos precisa, que

6 - No Recenseamento de 2009, o universo inquirido (as explorações consideradas recenseáveis) foi ligeiramente mais amplo do que o dos Inquéritos de Estruturas dos anos anteriores. Em ambos os casos são consideradas as explorações com pelo menos um hectare de SAU, mas acrescentam algumas exceções a este limiar para algumas culturas. O Recenseamento tem mais exceções do que os inquéritos posteriores a 2009. Estas diferenças não afetam a comparabilidade dos dados de ambas as fontes nas variáveis analisadas no quadro 2. Os Inquéritos posteriores a 2009 adoptaram os critérios do Recenseamento de 2009.

7 - A informação do EUROSTAT não permite uma desagregação dos diferentes tipos de personalidade jurídica similar à das outras fontes utilizadas.

pode ser relevante no caso espanhol, é a referente ao crescimento durante os últimos anos dos investimentos de diferentes tipos de fundos financeiros em empresas agrícolas e agroindustriais espanholas. Os títulos da imprensa, sobretudo da especializada em negócios, são bem expressivos: “Os fundos de capital de risco vêm às compras na agricultura espanhola” (*La huerta digital*, Março de 2019); “A febre do agronegócio: os fundos procuram na terra o que não dá o mercado” (*El confidencial-empresas*, Novembro de 2019); “Os fundos de investimento avançam como novos senhores do campo em Espanha” (*lainformación.com*, Outubro de 2020); “A febre dos fundos agronegócio no meio da pandemia” (*Agronegocios*, Março de 2021); “Os novos proprietários fundiários de Espanha” (*El País*, Março de 2021).

No entanto, as informações fornecidas por estes meios não aprofundam a análise dos processos que estão a ocorrer. Relatam uma série de atuações em grandes empresas em que investem diferentes tipos de fundos (fundos de investimento, fundos de capital de risco ou “private equity”). As mais repetidas destas informações são as seguintes:

A empresa Cítrico Global (Citri&Co) formada em 2017 pela empresa valenciana Martinavarro e a empresa de Huelva Rio Tinto Fruit, com participação do fundo Miura Private Equity, converteu-se num líder do sector citrícola. Posteriormente adquiriu outras empresas (em Alicante, Murcia) e também estabeleceu alianças com empresas brasileiras produtoras de melões. Tem um importante volume de faturação, em parte decorrente pela produção obtida nas suas próprias propriedades. É um dos fornecedores de referência de grandes empresas de distribuição, como Mercadona.

O fundo de capital de risco Atitlán, coproprietário da empresa Elaia que explora 15 000 hectares de olival no Alentejo português, Extremadura e Marrocos, adquiriu uma empresa de Murcia com 1 300 hectares de cítricos distribuídos por várias regiões espanholas.

O fundo Abac Capital comprou em 2019 o Grupo Agroponiente, uma das maiores empresas de Almería especializadas em hortaliças.

O fundo de capital de risco ProA Capital tornou-se em 2017 acionista

de Moyca, empresa de Murcia especializada na produção de uva de mesa sem grainhas, com mais de 1 100 hectares de produção própria.

Um fundo de investimento espanhol especializado no sector agrícola, Panda Agriculture & Water Fund, tem importantes investimentos em plantações e outras empresas agroalimentares, em todo o mundo. Em Espanha tem investimentos no sector vinícola.

Também há referências, menos precisas e atualizadas, de investimentos de empresas ligadas a determinados Estados, como os dos Emiratos Árabes Unidos em empresas desidratadoras de luzerna (com o objetivo de assegurar o abastecimento desta forragem para o seu gado) ou de empresas chinesas nos sectores do azeite e do vinho (Soler e Fernández, 2015: 220-225).

Ainda que a maioria destas informações façam referência a investimentos em grandes empresas, transformadoras ou comercializadoras, mas também produtoras, alguns responsáveis de fundos de capital de risco assinalam que também têm interesse em “sociedades familiares medianas(...) com boas equipas dirigentes, com projetos ambiciosos de crescimento” (Fernández, 2021).

Relativamente à distribuição destes investimentos por sectores, parecem estar mais dirigidos para a agricultura intensiva, provavelmente a de maior rentabilidade atualmente. Também na pecuária intensiva são importantes os investimentos nas denominadas “macro-explorações”. É conhecido o projeto, apresentado em 2018, de uma exploração de bovinos-leite com capacidade para 23 500 animais, em Noviercas, província de Soria (COAG, 2019). Recentemente têm proliferado os projetos de macro-explorações, sobretudo de porcos, em províncias como Segovia, Toledo ou Guadalajara (Agroinformación, datas diversas).

As razões que indicam estes meios de informação para este febre de investimentos referem as perspetivas gerais da agricultura, dada a necessidade de aumentar a produção a nível mundial, num contexto como o atual com excessos na oferta monetária global. Estes elementos gerais estariam a traduzir-se numa alta rentabilidade dos fundos de investimento especializados no sector agrário, chegando nalguns casos a rentabilidade médias anuais de dois dígitos (Lamo de

Espinosa, 2021). A pandemia originada pelo COVID e a sua evolução também se estão repercutindo nesta situação. O responsável pelo fundo espanhol Panda Agriculture & Water Fund fala de uma “explosão de dinheiro” entrando nestes ativos desde o verão passado, em plena desaceleração global (Fernández, 2021).

É evidente que a informação disponível deixa muitas questões em aberto. A primeira é clarificar como estes fundos e investimentos se estão a introduzir nas explorações agrícolas. As informações antes citadas permitem vislumbrar os mecanismos que se estão a utilizar nas grandes empresas e explorações, desde a entrada como acionistas nas respetivas sociedades até à compra direta de empresas. Mas seria necessário saber se estão introduzindo também novas formas de financiamento (e mediante que mecanismos) noutra tipo de explorações, de menor dimensão ou com outros estatutos jurídicos como as *sociedades civiles* ou as *comunidades de bienes*.

O exemplo de França pode continuar a ser útil, apesar das diferenças nas formas jurídicas das empresas, muito mais diversificado do que em Espanha, com uma variedade de formas de sociedades que podem ser titulares de explorações. Estas formas, em conjunto, exploravam, em 2016, 64% da SAU francesa (EUROSTAT, Data base). O que se tem observado é a crescente introdução de empresas ou pessoas exteriores à atividade agrícola, nacionais ou estrangeiras, no *marché des parts sociales d'exploitations agricoles*⁸, particularmente nas sociedades anónimas e noutros tipos de sociedade (Levesque, Guéringuer e Maalouf., 2020:13-14). Para travar a acumulação e a concentração excessiva de terras por esta via está-se debatendo atualmente na Assembleia Nacional francesa uma proposta de lei que estabelece restrições na aquisição destas participações (*Agri Mutuel*, 26 maio 2021).

Outra questão em aberto é obter uma estimativa sobre a importância quantitativa da difusão destas novas formas de financiamento da atividade agrícola, quantos hectares de cultivo ou que parte do efetivo pecuário controlam estas iniciativas. Assim como que consequências estão tendo na organização da produção nessas explorações, como

8 - Este mercado inclui participações em GAEC (Agrupamentos Agrícolas de Explorações em Comum), EARL (explorações agrícolas de responsabilidade limitada), SCEA (*sociétés civiles d'exploitation agricole*) e sociedades anónimas (Levesque, Guéringuer e Maalouf, 2020).

está evoluindo o processo técnico ou se estão modificando os sistemas de produção.

E, por último, uma terceira questão não menos relevante, relativa à estabilidade destas novas fontes de financiamento. O carácter especulativo dos investimentos nestes fundos favorece a sua volatilidade, a sua dependência da conjuntura internacional ou de fatores como a evolução da pandemia e as suas consequências nos modelos de consumo. O que, evidentemente, aumenta os riscos para uma parte significativa da produção agrícola espanhola.

A recomposição das relações entre os atores sociais da agricultura

O atual Ministro da Agricultura espanhol, Luís Planas, defendeu no passado dia 2 de Fevereiro, num debate no Senado sobre a futura Política Agrícola Comum (PAC), a necessidade de um pacto de Estado para que a PAC beneficie a “imensa classe média da agricultura espanhola, os agricultores e pecuaristas que necessitam da PAC para alcançarem um nível de rendimento e de apoio que lhes permita viver dignamente” (*Agroinformación*, 3 de fevereiro 2021; *Ministério de Agricultura. Últimas noticias*, 3 de fevereiro 2021).

Para além de ser pouco frequente que um Ministro fale da agricultura em termos de classes sociais⁹, estas afirmações sugerem a necessidade de uma análise mais fina da realidade social agrária, de considerar como estão a evoluir as relações entre os diferentes atores sociais que protagonizam a produção agrária. E, em particular, analisar como está a afetar esta estrutura e as suas relações internas a onda de capital financeiro que está a entrar na agricultura a qual, de forma genérica, se associa a um “novo” capitalismo agrário espanhol.

Com base na escassa informação de que se dispõe sobre este tema até agora pode-se apontar, como uma primeira hipótese, a existência de algumas relações entre este novo capitalismo agrário e

9 - Só recordo a defesa por parte de Pascual Carrión (não como ministro, que não chegou a ser) do seu Projeto de Reforma Agrária, nos anos 30, argumentando que essa reforma era a via mais rápida e eficaz para criar “uma classe média agricultora”.

o tradicional capitalismo agrário espanhol. Segundo alguns peritos, o interesse do capital privado e dos fundos internacionais pelo campo espanhol explica-se, em parte, porque “muito solo agrícola está concentrado em grandes propriedades”, tanto de empresas como de “famílias (grandes fortunas)” (Fernández, 2021). Assim, esta estrutura de grandes propriedades estaria a favorecer a entrada de capitais.

Não se dispõe ainda de evidência empírica que confirme se o outro destino possível dos fundos – a agricultura familiar modernizada, em crescimento e com necessidades de capital, que frequentemente assumiu já formas societárias – está a aceder, ou não, a estas novas formas de financiamento.

Poucos estudos abordaram em Espanha a análise da realidade e da problemática deste tipo de explorações. O trabalho de Olga Moreno na área da agricultura intensiva do Campo de Cartagena, situa as explorações “multifamiliares (geridas ou com trabalho de vários agrupamentos domésticos que têm laços familiares entre eles) numa “zona de sombra” entre agricultura familiar e agricultura empresarial (Moreno e Lobley, 2015).

No caso francês, em que parece confirmada a entrada de atores e capitais exteriores neste tipo de explorações, Lagagneux e Olivier-Salvagnac (2017:296-299), depois de analisarem os dados dos recenseamentos e de estabelecerem uma tipologia com várias categorias de explorações “com aspeto de empresa” e outras mais próximas do modelo familiar tradicional, concluem que existe um continuum entre estas diferentes formas de exploração agrícola. Assinalam que, no contexto francês, muito marcada histórica e politicamente pela agricultura familiar, não se pode falar da oposição entre a exploração familiar e a exploração “com aspeto de empresa”, até porque esta última é, frequentemente, “a herdeira daquela”. Apareceu como o resultado da adaptação das flexíveis explorações familiares que procuram superar as suas limitações (necessidades de mão de obra e de capital) saindo do quadro familiar tradicional e utilizando “formas de organização capitalista”.

Outra possibilidade é que os fundos de investimento comprem ou participem empresas de comercialização ou transformação as quais, para além da produção própria de que dispõem em muitos casos, estabelecem relações contratuais com agricultores independentes.

Neste caso a questão a esclarecer seriam as consequências nestas relações da entrada dos fundos.

Em Espanha dispomos de exemplos sobre este tipo de situações. Um estudo da COAG (2019) descreve em pormenor esta realidade no caso da uva de mesa em Murcia, atualmente primeira região produtora e exportadora. A entrada de fundos de investimento e de capital de risco consolidou a posição das três empresas comercializadoras que concentram 85% da uva de mesa desta região. Estas empresas, além da importante produção própria localizada em Espanha e noutros países, estabelecem contratos de “quase integração” com os agricultores individuais fornecedores de uva. São contratos a longo prazo, com forte dependência técnica e também nas autorizações para plantar, pagando as respetivas *royalties*, variedades de uva sem grainha que são propriedade das empresas integradoras. Este modelo de produção está substituindo o de outras zonas produtoras (Alicante, zonas de Andaluzia), com a produção menos concentrada e mais orientada para o mercado nacional.

O outro sector onde estão generalizadas as relações contratuais entre produtores independentes e as empresas “integradoras”, a produção porcina, a incógnita é saber qual será o efeito da proliferação de “macro-explorações”. Em teoria esta concentração da produção pode provocar o desaparecimento de produtores individuais integrados, menos necessários dado que as grandes empresas passam a controlar a produção nas suas próprias instalações.

Das considerações anteriores conclui-se sobre a necessidade de analisar em profundidade as relações entre os pequenos e médios agricultores familiares (os que continuam a ser “a imensa classe média da agricultura”, segundo Planas) e as estruturas de transformação e distribuição, tanto os já existentes como as que se vêm constituindo impulsionadas pelo “novo capitalismo”. Esta análise é particularmente necessária para clarificar o futura destes agricultores.

Considerações finais

Para concluir referem-se algumas considerações gerais. A primeira para averiguar as possibilidades de que o comportamento da procura possa servir de contrapeso aos desenvolvimentos da oferta que se vislumbram, favorecidos agora pela expansão do “novo capitalismo”. Nomeadamente, as preferências manifestadas em especial por alguns estratos de consumidores, por alimentos locais, procedentes de circuitos curtos ou de proximidade, relativamente aos produtos que oferece a grande distribuição e os sistemas alimentares globais. O tema merece, evidentemente, um tratamento muito mais amplo e em profundidade do que as notas que se seguem. Pretende-se simplesmente exprimir algumas opiniões que fazem o balanço do comportamento comparado de ambos os sistemas alimentares (mercados locais/circuitos curtos face a circuitos convencionais e sistemas globais) durante as fases iniciais e mais duras, incluindo o confinamento da população, da luta contra a pandemia do COVID que continuamos a sofrer.

Com referência específica ao caso francês, Kirsch (março de 2021) constata que durante o período de confinamento muitos agricultores demonstraram uma grande capacidade de adaptação para encontrarem novas saídas para os seus produtos, através de venda direta ou de circuitos curtos de comercialização. Em Espanha também se constatou o crescimento, durante estes meses, da venda em lojas tradicionais e locais (*El correo de Andalucía*, maio 2021). Porém, Kirsch também assinala como, depois deste período crítico, os consumidores regressaram rapidamente aos seus comportamentos habituais e a procura através de circuitos curtos voltou a cair, ainda que se mantenha acima do nível anterior à crise.

Pela sua parte Matthews (2021b), relativamente ao conjunto da União Europeia, refere que as cadeias alimentares mostraram durante o período de confinamento capacidade para fazerem frente a este tipo de choque. O conjunto dos agricultores, a indústria de transformação e o comércio mantiveram a oferta de alimentos aos consumidores europeus e adaptaram-se às alterações da procura. Considera que, em conjunto, o sistema alimentar europeu mostrou uma notável resiliência durante a crise. Refere ainda que, pelo contrário, os argumentos de alguns líderes europeus para promoverem os sistemas

alimentares locais, como via para incrementar a resiliência do sistema alimentar face a futuras crises, não estão suficientemente apoiados em evidências empíricas.

Regressa-se agora ao tema central deste texto, as características e as dinâmicas da estrutura agrária espanhola e o desenvolvimento de formas de um “novo capitalismo agrário”. Os diversos indicadores analisados (a análise do “núcleo duro”, ou da constatação dos níveis históricos e atuais do “ponto médio” da agricultura espanhola em relação a outras agriculturas europeias) confirmaram a existência de uma forte concentração das explorações agrícolas em Espanha, concentração que pode estar favorecendo a difusão das novas formas de capitalismo financeiro no sector agrário. Pode ser certo, como afirma o ministro Planas, que exista uma ampla (eu não diria “imensa”) classe média de agricultores, mas sobre este facto há que sublinhar que 8% das explorações (as 78 000 que têm uma produção padrão superior a 100 000 euros, ou seja, a parte alta do “núcleo duro” segundo os dados do Inquérito de 2016) controlam 40% da SAU espanhola e, sobretudo, dispõem de 82% do efetivo pecuário e obtêm 68% da produção padrão total do país.

Apesar de estar a avançar em Espanha a difusão das formas societárias nas explorações agrícolas, o nível de expansão ainda é inferior ao de outras agriculturas europeias, o que poderia retardar a introdução de fundos financeiros no conjunto do sector. Porém, no “top” da escala as explorações, aquelas formas estão muito mais difundidas. Das 78 000 explorações com mais de 100 000 de produção padrão, mais de um terço pertence a uma sociedade (37% contra 6,8% no conjunto da agricultura espanhola) e controlam mais de metade (54%) da produção obtida por esse estrato de explorações. A penetração dos fundos financeiros nestas grandes explorações que já têm formas societárias, pode permitir-lhes controlar uma parte significativa da agricultura espanhola.

A informação disponível não permite avançar muito mais do que a formulação de hipóteses no que se refere ao desenvolvimento do novo capitalismo na agricultura espanhola. Para avançar neste conhecimento duas vias parecem imprescindíveis. Por um lado, a informação estatística sobre as explorações agrícolas deve aperfeiçoar-se e permitir melhores aproximações a dados chave, como

a estrutura do seu capital, em particular no caso das explorações com formas societárias ou similares¹⁰. Ou sobre as formas e o alcance do contratação de serviços a empresas exteriores, em expansão nas novas formas de empresa agrícola.

Por outro, dadas as evidentes limitações da análise da informação estatística sobre este tema, e de ser imperioso melhorar as fontes, serão necessários trabalhos de campo, monografias e análise de casos, que permitam um aprofundamento do conhecimento das formas organizativas desta novas explorações e da sua problemática. Saber, pelo menos, as suas origens (eram as grandes explorações do “velho” capitalismo agrário, ou são uma transformação dos estratos altos da agricultura familiar modernizada) e que fatores estão levando a que nelas estejam a ser introduzidas novas formas de financiamento.

10 - As fontes atuais (recenseamentos e inquéritos) também não permitem conhecer a composição da mão de obra utilizada nestas explorações. Associam-na na sua totalidade a mão de obra assalariada, quando explorações familiares que adoptaram formas societárias mantêm um volume considerável de trabalho familiar.

Referências bibliográficas

- Agri Mutuel (2021): Mieux réguler le foncier agricole. Feu vert de l'Assemblée à une proposition de loi, *Agri-mutuel.com*, 27 maio.
- Agroinformación (2021): Planas insiste en alcanzar un pacto de Estado sobre la PAC “que beneficie a la inmensa clase media de la agricultura española”, *Agroinformación.com*, 3 fevereiro.
- Arnalte, E. (2006): Economía política del proceso de ajuste estructural en la agricultura de los países desarrollados, em E. Arnalte (coord.) *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid, pp. 17-54.
- Arnalte, E., Moreno, O. e Ortiz, D. (2013): La dimensión social del proceso de ajuste estructural en la agricultura española, em J.A. Gómez Limón e Reig, E. (coords.) *La sostenibilidad de la agricultura española*, Cajamar Caja Rural, Almería, pp. 117-154.
- Arnalte, E., Ortiz, D. e Moreno, O. (2008): Cambio estructural en la agricultura española: Un nuevo modelo de ajuste en el inicio del siglo XXI, *Papeles de Economía Española* nº 117, pp. 59-73.
- Coordinadora de Agricultores y Ganaderos (COAG) (2019): *La “uberización” del campo español. Estudio sobre la evolución del modelo social y profesional de agricultura*. COAG, Madrid.
- De Opazo, J.G. (2019): Los fondos de capital riesgo salen de compras en la agricultura española. Em blog *La huerta digital*, 18 março.
- Fernández, M. (2021): Los nuevos terratenientes de España, *El País. Negocios*, 21 março.
- García Contreras, B. (2020): El producto local triunfa durante el confinamiento, *El Correo de Andalucía*, 30 maio.
- Kirsch, A. (2021): Circuits courts et vente direct: tour des idées préconçues, *Agriculture Stratégies* (www.agriculture-strategies.eu), 2 março.
- Lamo de Espinosa, J. (2021): La fiebre de los fondos agribusiness en medio de la pandemia, *Agronegocios*, 24 março.

- Legagneux, B. e Olivier-Salvagnac, V. (2017): Les exploitations agricoles françaises aux allures de firmes. Lecture statistique d'une nouvelle diversité, em F. Purseigle, G. Nguyen e P. Blanc (dir.) *Le nouveau capitalisme agricole. De la ferme à la firme*, Presses de Sciences Po, Paris, pp. 275-302.
- Levesque, R., Guéringier, A. e Maalouf, R. (2020): Politique foncière et agriculture, *Urgence Transformation Agricole & Alimentaire (UTAA)*, Note thématique 2, Novembro.
- Matthews, A. (2018): Measuring changing farm structure in the EU. Em blog *capreform.eu*, 13 março.
- Matthews, A. (2021a): Farm consolidation continues. Em blog *capreform.eu*, 1 janeiro.
- Matthews, A. (2021b): EU Food System Strengths and Vulnerabilities during COVID-19, *EuroChoices* 19(3), pp. 4-12.
- Moreno-Pérez, O. e Lobley, M. (2015): The Morphology of Multiple Household Family Farms, *Sociologia Ruralis*, volumen 55, number 2, pp. 125-149.
- Romero, V. (2019): El capital entra en el campo español. La fiebre del 'agrobusiness': los fondos buscan en la tierra lo que no da el mercado, *El confidencial-empresas*, 9 novembro.
- Ruiz-Maya, L. e Regidor, J.G. (2019): *Evolución de la agricultura española 1982-2019. ¿Una reforma agraria silenciosa?*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid.
- Sánchez Juárez, A. (2020): Del ladrillo a la tierra. Los fondos de inversión se lanzan a ser los nuevos señores del campo en España, *lainformación.com*, 26 outubro.
- Soler, C. e Fernández, F. (2015): *Estudio Estructura de la propiedad de la tierra en España. Concentración y acaparamiento*, Fundación Mundubat e Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas, Bilbao.

TEMPOS QUE MUDARAM



Tempos que mudaram: tesoura de corte de um camponês-alfaiate do Centro de Portugal (anos 50 do século XX)

